



UFAM

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente e
Sustentabilidade na Amazônia – PPG/CASA
Mestrado Acadêmico

EMPREENDIMENTOS RURAIS NÃO-AGRÍCOLAS: A Sustentabilidade Para
Além da Agricultura na Comunidade Nossa Senhora do Livramento –
Manaus/AM

Pedro Henrique Mariosa

Manaus - Amazonas

Fevereiro - 2018

Pedro Henrique Mariosa

**EMPREENHIMENTOS RURAIS NÃO-AGRÍCOLAS: A Sustentabilidade Para
Além da Agricultura na Comunidade Nossa Senhora do Livramento –
Manaus/AM**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia como exigência para obtenção do título de Mestre em Ciências do Ambiente sob orientação da *Profa. Dra. Maria Olívia de Albuquerque Ribeiro Simão* e co-orientação da *Profa. Dra. Veridiana Vizioni Scudeller*.

Manaus - Amazonas

Março – 2018

AUTORIZO A REPRODUÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

M341e Mariosa, Pedro Henrique
Empreendimentos Rurais Não-Agrícolas : A Sustentabilidade Para Além da Agricultura na Comunidade Nossa Senhora do Livramento – Manaus/AM / Pedro Henrique Mariosa. 2018
143 f.: il. color; 31 cm.

Orientadora: Maria Olívia de Albuquerque Ribeiro Simão
Coorientadora: Veridiana Vizoni Scudeller
Dissertação (Mestrado em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia) - Universidade Federal do Amazonas.

1. Empreendedorismo Rural. 2. Reserva. 3. Bem Viver. 4. Pluriatividade. 5. Redes Sociais. I. Simão, Maria Olívia de Albuquerque Ribeiro II. Universidade Federal do Amazonas III. Título

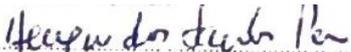
Nome: Pedro Henrique Mariosa

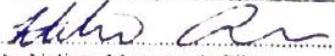
Título: EMPREENDIMENTOS RURAIS NÃO-AGRÍCOLAS: A Sustentabilidade Para Além da Agricultura na Comunidade Nossa Senhora do Livramento – Manaus/AM

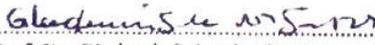
Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia, na área de concentração de dinâmicas socioambientais.

Aprovado em: 26/03/2018.

BANCA EXAMINADORA

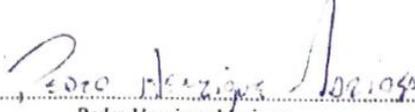

Prof. Dr. Henrique dos Santos Pereira
CPF nº 214671522-45


Prof. Dr. Neliton Marques da Silva
CPF nº 052.830.862-91
Instituição: UFAM


Prof. Dr. Glademir Sales dos Santos
CPF nº 274.319.702-00
Instituição: PNC/UEA


Profa. Dra. Maria Olívia de Albuquerque Ribeiro Siqueira - Presidente
CPF nº 321.316.589-49


Henrique dos Santos Pereira
Coordenador do PPG/CASA.


Pedro Henrique Mariosa
Mestrando

Agradecimentos

Espero que as pessoas que aqui agradeço e todas as outras que estiveram comigo nestes últimos dois anos possam também ter recebido de mim ao menos uma fagulha daquilo que recebi delas.

Inicialmente gostaria de agradecer à minha companheira, Murana, pela constante troca de conhecimento e carinho, concebido antes de minha residência em Manaus e que perdurou durante todos os dias. Além disso, gostaria de agradecer seu suporte incondicional, nos dois sentidos da palavra.

Às minhas famílias que tanto amo. À *Famiglia* Mariosa que derrubou barreiras físicas e emocionais para poder me proporcionar o conhecimento. Pai (Duarcides), Mãe (Maria Filomena) e minha querida irmã (Érica), mesmo longe em distância, sinto vocês próximos de meu coração. À *Familia* Arenillas (Catarineta, Esteban Carlos, Nahuel, Ramses e Grisel), obrigado pelo acolhimento e o carinho do dia-a-dia.

Ao Projeto Biotupé na figura de Edinaldo Nelson, obrigado pela amizade, ensinamentos e, acima de tudo, por não desistir de mim. O Biotupé é a principal porta acadêmica aberta em minha vida a qual me orgulho muito.

Aos novos amigos do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia na figura de Elieyd e Glademir, que além de oportunidades concedidas, me fizeram apaixonar ainda mais pela pesquisa.

À minha orientadora Maria Olívia, pois com ela aprendi que o percurso da produção científica é mais saboroso que o resultado e à minha co-orientadora Veridiana pelo carinho e cuidado com cada detalhe deste percurso.

À minha casa, o Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia (PPG-CASA), não só pela oportunidade, mas também por me fazer sentir parte de algo maior. Nesta casa, gostaria de agradecer à todos os professores nas figuras do Prof. Henrique Pereira e do Prof. Neliton, à todos os colegas nas figuras de Ricardo Monteles e David Franklin e à todos os colaboradores, nas figuras do Dr. Carlos Augusto (Tijolo) e Fernanda Mendes e em especial à Dorinha e à Nina, pela troca de saberes.

Por fim, gostaria de agradecer ao CNPq pelo apoio financeiro, o qual garantiu minha dedicação exclusiva à este estudo e a possibilidade de realizar o campo no tempo.

RESUMO

Restrições às atividades econômicas, impostas pelo Estado, muitas vezes são necessárias para evitar a supressão de terras, águas e florestas. Em áreas onde coexistem o ambiente natural e os povos tradicionais, como na Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) do Tupé, é desejável que as atividades econômicas causem o mínimo de impacto possível aos ecossistemas, ao mesmo tempo que garantam a reprodução física e social destes povos. Neste contexto, o presente estudo teve como objetivo evidenciar como as atividades rurais não-agrícolas, empreendidas por agentes sociais, podem representar uma estratégia para o Bem Viver das Comunidades de uma RDS. Para tanto, optou-se por uma abordagem multimétodos, composta de entrevistas temáticas e observação direta com agentes sociais da Sede da Comunidade Nossa Senhora do Livramento, localizada no perímetro interno da RDS do Tupé. Foram entrevistados 20 agentes sociais responsáveis por desenvolver atividades rurais não-agrícolas em 21 espaços diferentes denominados de Empreendimentos Rurais Não-Agrícolas (ERNA's). Para análise dos dados foram utilizados métodos predominantemente qualitativos para extrair a percepção destes agentes sociais sobre: as características socioeconômicas dos ERNA's, sua pluriatividade e a contribuição destes para o Bem Viver da Comunidade. Como resultado, foram identificadas 14 atividades rurais não-agrícolas diferentes, autodeclaradas como atividade principal dos ERNA's, estes predominantemente pluriativos em uma rede de relações sociais de alta transitividade. Estes agentes sociais percebem a contribuição de seus empreendimentos, de forma positiva, principalmente nas dimensões: Vitalidade Comunitária, Cultura, Ambiente e Educação. Concluiu-se que as atividades rurais não-agrícolas podem ser adotadas como uma estratégia para a promoção do Bem Viver e deveriam estar articuladas nos processos de gestão da RDS do Tupé, como alternativa à exploração direta das terras, águas e florestas.

Palavras-chave: Empreendedorismo Rural; Reserva; Bem Viver; Pluriatividade; Redes Sociais.

ABSTRACT

Restrictions on economic activities, imposed by the State, are often necessary to prevent the suppression of land, water and forests. In areas where the natural environment and traditional peoples coexist, such as the Sustainable Development Reserve (SDR) of Tupé, it is desirable that economic activities cause the lowest possible impact on ecosystems, while ensuring the physical and social reproduction of those people in these ecosystems. In this connection, the present study aimed to show how rural non-farm activities, undertaken by social agents, can represent a strategy for the Good Living of Communities in an SDR. For that, a multi-method approach was chosen, composed of thematic interviews and direct observation with social agents of the headquarter district of the Comunidade Nossa Senhora do Livramento, located on the SDR of Tupé internal perimeter. We interviewed 20 social agents responsible for developing rural non-farm activities in 21 different spaces called Non-Rural Non-Farm Ventures (RNFV). For the analysis of the data, predominantly qualitative methods were used to extract the perception of these social agents about: the socioeconomic characteristics of the ERNA's, their pluriactivity and the contribution of these to the Community's Good Living. As a result, 14 different rural non-farm activities were identified as self-pronounced as the main activity of RNFV, which are predominantly pluriactives in a relationships social network of high transitivity. These social agents see the contribution of their ventures, in a positive way, mainly in the dimensions: Community Vitality, Culture, Environment and Education. It was concluded that rural non-farm activities can be adopted as a strategy for the promotion of Good Living and should be articulated in the SDR of Tupé management processes as an alternative to the direct exploration of lands, waters and forests.

Keywords: Rural Entrepreneurship; SDR of Tupé; Good Living; Pluriactivity; Social Networks

Lista de Tabelas

Tabela 01: Caracterização das atividades principais dos empreendimentos.....	36
Tabela 02: Tipo e formalização dos empreendimentos.....	37
Tabela 03: Grupos de Pesquisa de Análise de Redes Sociais (anos 30 à 70).....	61
Tabela 04: Categorização das atividades principais e complementares.....	69

Lista de Figuras

Figura 01: Localização das Comunidades da RDS do Tupé.....	28
Figura 02: Desenho da Ilha do Mari de 1975.....	34
Figura 03: Croqui da Comunidade do Livramento.....	35
Figura 04: Fluxo das relações de compra dos ERNA's a partir do ERNA 12.....	46
Figura 05: Sinalização do ERNA 20 para a troca.....	46
Figura 06: Pimentão adquirido em Manaus e embalado na Comunidade.....	49
Figura 07: Itens processados e <i>in natura</i> vindos de Manaus.....	50
Figura 08: Cruzamento entre principais fornecedores e clientes.....	51
Figura 09: Distribuição espacial dos empreendimentos.....	67
Figura 10: Distribuição espacial das atividades principais e complementares.....	72
Figura 11: Similaridade dos empreendimentos por atividades.....	73
Figura 12: Exemplos de atividades do Macro <i>Cluster</i> 1.....	74
Figura 13: Exemplos de atividades do Macro Cluster 2.....	75
Figura 14: Exemplos de atividades do Macro Cluster 3.....	77
Figura 15: Exemplos de atividades do Macro Cluster 4.....	78
Figura 16: Mudança na entrada da Comunidade na Seca e na Cheia.....	79
Figura 17: Grafo das relações de compra.....	80
Figura 18: Grafo das relações de venda.....	83
Figura 19: Grafo das relações de troca.....	85
Figura 20: Grafo das relações de parentesco.....	87
Figura 21: Grafo das relações de ações coletivas.....	89
Figura 22: Grafo síntese das relações sociais	91
Figura 23: Síntese das percepções dos agentes sociais sobre o Bem Viver.....	125
Figura 24: Recorte das percepções dos agentes sociais do ramo eventos.....	126

Lista de Quadros e Gráficos

Quadro 01: Síntese das percepções dos AS' sobre o Bem Viver.....	124
Gráfico 01: Quantidade de Empreendimentos Rurais Não-agrícolas.....	38
Gráfico 02: Tempo de existência dos empreendimentos.....	39
Gráfico 03: Quantidade de trabalhadores por tipo de empreendimento.....	40
Gráfico 04: Média de empregados por tipo e setor de empreendimento.....	41
Gráfico 05: Formas de emprego dos empreendimentos por setor.....	42
Gráfico 06: Faturamento dos empreendimentos por setor.....	44
Gráfico 07: Faturamento médio por trabalhador.....	45
Gráfico 08: Divisão de renda por setor dos empreendimentos.....	48
Gráfico 09: Origem dos principais fornecedores dos empreendimentos.....	48
Gráfico 10: Origem dos principais clientes dos empreendimentos.....	51
Gráfico 11: O que os agentes sociais desejam obter mais na Comunidade.....	52
Gráfico 12: Dias de maior intensidade das atividades dos empreendimentos.....	53
Gráfico 13: Periodicidade de reabastecimento de insumos/mercadorias.....	54
Gráfico 14: Finalidade dos empreendimentos.....	55
Gráfico 15: Natureza e ramo das atividades principais dos empreendimentos.....	68
Gráfico 16: Natureza e ramo das atividades principais e complementares.....	70

Sumário

RESUMO.....	6
ABSTRACT	7
LISTA DE TABELAS	8
LISTA DE FIGURAS	9
LISTA DE QUADROS E GRÁFICOS	10
1. INTRODUÇÃO	12
2. PRESSUPOSTOS TEÓRICOS.....	18
3. METODOLOGIA.....	27
3.1 ÁREA DE ESTUDO	28
3.2 PROCEDIMENTOS ÉTICOS.....	31
CAPÍTULO 1 - EMPREENDIMIENTOS RURAIS NÃO-AGRÍCOLAS: CARACTERÍSTICAS E DINÂMICA DE FUNCIONAMENTO NA SEDE DA COMUNIDADE DO LIVRAMENTO (RDS DO TUPÉ).....	32
CAPÍTULO 2 - PLURIATIVIDADE E REDE DE RELAÇÕES: A COMPLEMENTARIEDADE DE ESTRATÉGIAS DE ADAPTAÇÃO	62
CAPÍTULO 3 - A CONTRIBUIÇÃO DE EMPREENDIMIENTOS RURAIS NÃO-AGRÍCOLAS PARA O BEM VIVER	99
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	131
5. REFERÊNCIAS	134
6. ANEXO I.....	139

1. INTRODUÇÃO

Esta dissertação teve como *locus* de pesquisa uma área rural da região do Baixo Rio Negro, mais especificamente em uma das 06 Comunidades do perímetro interno na Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Tupé, a Comunidade Nossa Senhora do Livramento. Esta Comunidade é tida como a mais antropizada da Reserva, é também a mais próxima do centro urbano da cidade de Manaus, Amazonas e possui transporte fluvial de hora em hora, todos os dias da semana, das 6 horas da manhã às 6 horas da tarde. Possui em torno de 200 agentes sociais que moram todos os dias da semana e aos finais de semana recebe um montante duas vezes maior provindo de Manaus. Dos residentes constantes, estes agentes sociais autodenominam-se, em sua maioria, pertencentes à povos ribeirinhos e povos indígenas.

Até a intervenção do Estado determinando sua área como pertencente à uma RDS, em 2005, possuía como atividades principais, a extração de carvão vegetal e a pesca (com a utilização de explosivos) para atendimento da demanda da metrópole. Devido às restrições ambientais e a ausência de determinações quanto à permissão de atividades ligadas à esfera da produção (agrícolas), os agentes sociais passam a desenvolver, como estratégia de adaptação, atividades na esfera da circulação (não-agrícolas) em espaços aqui chamados como Empreendimentos Rurais Não-Agrícolas (ERNA's).

Esta dissertação possui como foco o estudo sobre as características socioeconômicas e a dinâmica de funcionamento destes ERNA's, bem como elucidar quais são as estratégias de adaptação desenvolvidas que permeiam estas atividades rurais não-agrícolas e como estas são percebidas por seus agentes sociais como promotoras de qualidade de vida (Bem Viver).

Entender a alteração no uso da terra na Comunidade do Livramento se mostra um desafio, sendo que historicamente as sociedades amazônicas das margens dos rios utilizam os recursos naturais dos diversos ecossistemas para produção de bens de consumo essenciais e não essenciais. Com o tempo e o advento do capitalismo, há uma intensificação no uso dos recursos naturais, no montante populacional, no fluxo de mercadorias, capital e pessoas através destes rios, tornando as relações entre essas populações e os centros urbanos intensas e interdependentes. Segundo Freitas (2009) o desenvolvimento da Amazônia, pautado pelo capitalismo, ameaça e cria uma dívida socioambiental incalculável, uma vez que as históricas formas adaptativas dos povos tradicionais vêm sendo alteradas por ciclos econômicos, insensíveis e displicentes com o ambiente ao qual estão inseridos, e por modelos de políticas públicas que desconsideram a realidade regional, bem como intervêm nesses espaços com a criação de fronteiras físicas e políticas. Entender estas ameaças e a adaptabilidade desenvolvida por estes povos está

diretamente ligado à noção de valorização humana e social, sendo necessário também, a compreensão da complexidade existente nas relações entre homem e ambiente, natureza e cultura, Estado e sociedade, região e nação. Sendo assim, o modelo de desenvolvimento idealizado pelo Estado para a Amazônia está longe de proporcionar, por si só, uma sustentabilidade no sentido amplo, garantindo a conservação destes ecossistemas em consenso com a autossuficiência das sociedades que nestes vivem.

Este processo é histórico, no século XIX com o interesse da indústria capitalista, por meio da intensa e regular procura pela borracha e a imposição do sistema de aviamento, há uma expressa elevação das lideranças mercantis locais, conduzindo-os a aliar seus interesses aos interesses do mercado externo (Estados Unidos e Europa), por conseguinte introduzindo um sistema monetário como alternativa ao predominante escambo (SANTOS, 1980). O capital monetário se intensifica tanto nas capitais quanto no interior da Amazônia, com a migração de povos de outras regiões do Brasil. Muitos destes povos que migraram, chegavam ao Amazonas abastecido do desejo de enriquecimento e com uma visão limitada e próxima do *homo economicus* da Administração Científica de Taylor, que tende a considerar o homem influenciado tão somente por recompensas salariais, econômicas e materiais (CHIAVENATO, 2014).

Para Santos (1980) é nesse cenário que surge o sistema de aviamento, responsável por um sistema verticalizado e de lucro duplo (lucra no fornecimento do capital e no recebimento da produção rural), uma vez que existem intermediários (por exemplo: o aviador, o patrãozinho, o regatão, etc.) responsáveis pelo fornecimento de capital em troca da força de trabalho dos agentes sociais locais residentes e migrantes que desempenham atividades rurais agrícolas que, na época era geralmente ligada à pesca nos rios, extração de látex nas florestas e a produção de juta e malva nas várzeas amazônicas. A queda do sistema de aviamento devido a também queda da exportação de borracha, na primeira metade do século XX, é responsável por uma drástica mudança no fluxo de produtos provindos da extração nas florestas e no fluxo do capital monetário em metrópoles como Belém e Manaus. Para Jacobs *et al.* (2013), um novo impacto nestes fluxos ocorre na repentina ascensão, no final da década de 60, após a criação da Zona Franca de Manaus, através do Decreto-Lei nº 288 de 27 de fevereiro de 1967 e sua consolidação por meio de um grande aporte financeiro em 1980, adicionado ao crescimento da infraestrutura portuária, que resultou em uma expansão populacional urbana desordenada e uma nova configuração do transporte de mercadorias na Amazônia.

Aumenta mais uma vez a demanda de produtos oriundos da agricultura, pesca e extrativismo, intensificando as relações mercantis entre a capital e interior, intermediada por uma longa cadeia de atravessadores que, mesmo no século XXI, ainda se estabeleceram em um sistema muito semelhante ao aviamento. Em muitos casos, nas comunidades

distantes das capitais, o atravessador, patrãozinho ou regatão praticam a mesma dinâmica de dominação, como retratado por Menezes (2012, p.15) sobre o trabalho dos “piaçabeiros” no médio Rio Negro, quando sinaliza, em suas considerações iniciais que “Os “patrões” denominam o “piaçabeiro” de “freguês”. Essa relação com o “patrão” é referida a partir de conflitos, marcados por uma relação vertical, de dominação e de apadrinhamento.”

Em contraponto ao domínio do capital em relação ao ambiente e aos modos de vida de povos tradicionais, uma das estratégias adotada pelo próprio Estado, com forte intensidade na Amazônia, é a intervenção em territórios para a criação de Unidades de Conservação (UCs), que possuem como objetivo proteger, conservar e permitir a utilização de forma sustentável dos recursos naturais em áreas geograficamente definidas, bem como assegurar a reprodução social de povos tradicionais que residem ou passam a residir nestas áreas, disponibilizando tanto mecanismos legais, quanto de gestão que norteiem suas ações, além de recursos para garantir que estes objetivos sejam alcançados (WWF-Brasil, 2012).

Dentre estas Unidades de Conservação, a Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS), definida como uma área natural que coexiste com populações tradicionais, possui estas populações baseadas em sistemas sustentáveis de produção e consumo de recursos naturais (MMA, 2000), e protagonistas na conservação da natureza e dos ecossistemas aos quais fazem parte. A utilização das áreas de RDS pelos povos tradicionais é regulamentada por contrato e os obriga a comprometer-se com a defesa, manutenção, conservação e recuperação da reserva como um todo.

Ao criar uma RDS, o Estado intervém com a intenção de superar paradigmas de pobreza e de vulnerabilidade, estabelecendo ações (e omissões) que atingem territorialidades e reconfiguram o poder dos agentes capazes de produzir efeitos no campo da sustentabilidade (NASCIMENTO & LÉNA, 2012). Ora o Estado intervém de forma apropriada e diminui as divergências entre benefícios e custos sociais e privados (RIVAS, 2014), ora de forma inapropriada criando entraves que culminam em implicações aos agentes sociais destas áreas, principalmente quando estas intervenções estão diretamente ligadas às áreas de trabalho que envolvem o uso das terras, águas e florestas.

Independente desta representatividade para a manutenção dos serviços ecossistêmicos e outras notórias conquistas que esta estratégia obteve ao longo dos anos, é fato que restrições legais e ambientais em determinadas áreas fazem com que pessoas e grupos sociais alterem a forma com que desempenham atividades que envolva o uso de recursos naturais. Em outra mão, quando se trata da intervenção do Estado, Maduro (2013) adverte que, para que ela não se torne inapropriada, há a necessidade de compreender alguns fatores como o tempo, necessidades e anseios dos povos tradicionais seguem ritmos diferentes do exigido para elaborar, discutir implementar e gerir políticas públicas nestas

áreas, uma vez que este descompasso pode levar ao descrédito dos residentes nestas áreas em relação ao Estado, além de gerar impactos, conflitos e mudanças sociais tanto para quem reside quanto aos sujeitos do entorno destas áreas.

No Estado do Amazonas, algumas destas RDS's estão localizadas nas proximidades da metrópole, Manaus. A questão primordial necessária para o estabelecimento de diretrizes nestas áreas consiste em entender que este território possui uma temporalidade específica que só pode ser compreendida em uma relação recíproca e complementar entre sociedade e os ecossistemas. Próximas à grandes centros, os povos tradicionais que vivem nessas RDS's passam a desenvolver estratégias de adaptação frente à necessidade de mudança no uso da terra, que acaba por muitas vezes em aumentar sua relação com a cidade.

Uma destas estratégias frequentemente refere-se a uma multiplicidade de atividades que garantam a autossuficiência individual e de coletivos, por meio de ajustes de ordem cultural. Para Moran (1994), estes ajustes culturais são aqueles adquiridos como membros de uma sociedade, em diversas vezes dada por mimetismo de ações obtidas por meio das redes de relações sociais. É neste contexto que povos desenvolvem estratégias e desenvolvem uma multiplicidade de atividades ligadas aos ecossistemas na esfera da produção e na esfera da circulação de atividades referentes ao comércio e a prestação de serviços. É neste sentido que se faz necessário compreender estas estratégias para a reprodução social e física das unidades familiares para além da esfera da produção. Estudos sobre a chamada pluriatividade (BAUMEL & BASSO, 2004) passam a destinar suas atenções, em um contexto global, às atividades rurais não-agrícolas para além daquelas desenvolvidas pelo agricultor em um tempo parcial como complemento de renda. É destinando à estas atividades não-agrícolas um relativo protagonismo destas capazes de produzir uma renovação na compreensão das características demográficas e ocupacionais do espaço rural brasileiro (SCHNEIDER, 2009), da América Latina (MATTEI, 2008) e do mundo (HAGGBLADE *et al.* 2007).

Desenvolver atividades rurais não-agrícolas, via de regra vinculadas à esfera da circulação¹, produz impactos não somente aos agentes sociais, mas em toda sociedade onde estas famílias estão inseridas, o que traz alguns apontamentos sobre a necessidade de estudar a capilaridade destas atividades atreladas as interações entre estes agentes, suas atividades e as rede de relações sociais que os permeiam (LATOUR, 2012). Sendo assim, um estudo com certo grau de profundidade se faz por meio do entendimento da

¹ Para Chevalier (2001) a esfera da circulação se inscreve espacialmente no mundo rural e urbano e seus agentes sociais usam diferentes modos de trocas, entre insumos, produtos, serviços e informações, podendo estas serem monetárias e não monetárias. Neste estudo as atividades desenvolvidas na esfera da circulação são tidas como as atividades rurais não-agrícolas.

dinâmica da “economia rural não-agrícola” (*RNFE*)² como um todo e não apenas das atividades.

Neste sentido, crescem iniciativas de estudos sobre outras atividades que podem representar novos paradigmas de produção e consumo (MORAIS & BORGES, 2010), na reflexão sobre uma possível racionalidade ambiental (LEFF, 2009). Alguns destes estudos inclusive foram capazes de articular a sociedade, economia e o ambiente, traduzidas em conceitos norteadores de políticas públicas, como no caso do Equador que passa a incorporar a postura do Bem Viver (ACOSTA, 2012) em suas diretrizes políticas e sociais. Dentre estes estudos como, aqueles sobre o impacto do crescimento de atividades rurais não-agrícolas em diversos lugares do mundo, o desenvolvimento da pluriatividade como alternativa para autossuficiência e as estratégias de adaptação dos povos da Amazônia frente ao modelo de desenvolvimento idealizado pelo Estado, começaram a provocar algumas inquietações.

Por conta destas inquietações, em 2016, deu-se início a um estudo exploratório realizado na RDS do Tupé. Esta RDS foi escolhida por atravessar um processo conturbado de aprovação e instituição de seu Plano de Gestão, o que inicialmente se apresentava como um potencial agravante dos processos de interação entre o modelo idealizado pelo Estado e a sociedade. Este estudo exploratório ocorreu entre os meses de junho e julho e foi extremamente importante para quebra de alguns obstáculos epistemológicos da pesquisa (BACHELARD, 1996) e fornecer um processo de desconstrução fundamental para a posterior construção do objeto da pesquisa, que consiste no entendimento das atividades rurais não-agrícolas como estratégia de adaptação frente às restrições no uso da terra na RDS do Tupé.

Neste estudo exploratório, de caráter observacional, foi possível realizar uma primeira aproximação com os agentes sociais e perceber outros fatores que compõe estas estratégias de adaptação, como a rede de relações de várias naturezas existentes entre os agentes sociais e uma noção de coletividade sobressalente à individual, que acabou por inverter a lógica carregada de pré-noções anteriores ao estudo exploratório. Além disso, graças a interação tanto com a Comunidade vivenciada, quanto com o agente social representante do órgão municipal responsável pela gestão da RDS, foi possível garantir as permissões necessárias para a realização desta pesquisa.

A vivência no estudo exploratório aliada ao processo de reflexão crítica junto às subseqüentes orientações e às críticas expostas pela banca de avaliação do plano de pesquisa, foi possível definir algumas perguntas que balizaram este estudo, dentre elas a norteadora: “As atividades rurais não-agrícolas, empreendidas por agentes sociais, podem

² Tradução de Rural Non-Farm Economy (RNFE).

ser consideradas uma estratégia para promoção do Bem Viver frente às intervenções do Estado?”.

Para tornar-se possível evidenciar este questionamento amplo, alguns questionamentos pormenores foram idealizados: a) Quem são os agentes sociais que empreendem atividades rurais não-agrícolas como atividade principal? E quais são as características destes empreendimentos? b) Quais destes agentes consideram-se pluriativos? E como esta pluriatividade influi na rede de relações entre estes agentes sociais? c) Como estes agentes sociais que empreendem atividades rurais não-agrícolas percebem a influência de seu empreendimento para o Bem Viver da Comunidade Nossa Senhora do Livramento? E o resultado disso, aponta para o desenvolvimento destas atividades rurais não-agrícolas por uma oportunidade de mercado? Ou como decorrência das restrições impostas?

A elucidação destes questionamentos é apresentada e organizada em três capítulos independentes, porém, imbricados que dão conta de apresentar o que foi estabelecido no escopo da pesquisa. A opção por esta estrutura visa facilitar a análise, estruturação e discussão dos componentes e resultados do estudo de modo a facilitar sua publicação e a divulgação junto à Comunidade do Livramento, gestores dos órgãos responsáveis pela RDS do Tupé, sociedade em geral e a sociedade científica a partir da adaptação aos veículos pertinentes em cada contexto, sendo este um compromisso maior do pesquisador com a sociedade.

No primeiro capítulo, objetivou-se a apresentação das características socioeconômicas do ERNA's, bem como sua dinâmica de funcionamento - no capítulo 2 demonstra-se a complementariedade de estratégias de adaptação como a pluriatividade e a rede de relações entre os agentes sociais responsáveis por estes ERNA's – no capítulo 3 está disposta a percepção da contribuição destes agentes sociais para o Bem Viver da Comunidade. Por fim, há uma consideração final que evidencia como as atividades rurais não-agrícolas podem representar uma estratégia para o Bem Viver das Comunidades da RDS do Tupé.

Ao indagar sobre a percepção dos agentes sociais sobre sua capacidade em influir no Bem Viver, foi possível inverter o estigma da ação antrópica traduzir-se sempre em prejuízos aos ecossistemas. Esta inversão é apontada, neste estudo sem os habituais romantismos da pesquisa científica realizadas com povos tradicionais, uma vez que esta capacidade de influir positivamente nos ecossistemas está ligada ao provimento de resultados econômicos da alteração no uso da terra, que é trabalhada pelos agentes sociais na integração destas atividades às atividades sociais, sem que haja a necessidade de supressão dos recursos naturais da Comunidade.

2. PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

Inicialmente em nível global, este trabalho alinha-se à algumas diretrizes estabelecidas pela Organização das Nações Unidas (ONU) que, em setembro de 2015, estipula os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) organizados em uma agenda complementar aos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), composta por 17 objetivos e 169 metas a serem atingidos até 2030.

Este estudo apresentou abordagens com temas correlatos, mais especificamente referentes aos ODS 8, 12 e 15:

- i) o Objetivo 8, quando relativo aos processos das atividades rurais não-agrícolas como forma de garantir a promoção do crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, o emprego pleno e produtivo, bem como trabalho decente para todos;
- ii) o Objetivo 12, na busca de outros paradigmas de produção e consumo que propõem-se assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis;
- iii) no Objetivo 15 com o foco nas estratégias de adaptação e o protagonismo dos agentes sociais para a proteção, recuperação e promoção do uso sustentável dos ecossistemas terrestres, estes se bem articulados com o poder público, capazes de promover uma gestão sustentável dos ecossistemas.

Já no que diz respeito aos pressupostos teóricos, as categorias científicas que darão suporte as perspectivas de reflexão, observação e análise não serão separadas por tópicos, com a intenção de criar uma tessitura que seja capaz de tornar mais claro os pontos de conversão entre elas, assim tentando evitar uma linha de raciocínio com início, meio e fim de cada uma das categorias, o que não contribui para um pensar interdisciplinar. Para facilitar a compreensão do leitor, as principais categorias estão ressaltadas em *itálico*.

Para alcançar o objetivo geral proposto por este estudo, a compreensão sobre a trajetória e características de uma área protegida, em específico, as Unidades de Conservação (UC), em sua modalidade de Uso Sustentável, é base para esclarecer tanto as restrições quanto as oportunidades existentes no estabelecimento de fronteiras físicas e políticas no território, no que concerne ao estabelecimento de atividades econômicas. Não é possível estipular ações sem levar em consideração algumas particularidades.

Áreas Protegidas, segundo o PNAP (2006), são áreas naturais geograficamente definidas, regulamentadas e administradas visando a conservação e o uso sustentável da biodiversidade. A criação das UC não é contemporânea à consciência dos riscos globais, ela vem de muito antes, segundo a WWF-Brasil (2012), com a criação do Parque Nacional de Yellowstone, no Estado de Wyoming, nos Estados Unidos, em 1872, com o único objetivo de contemplação estética da natureza, a partir de uma noção preservacionista. Em um contexto nacional, os primeiros Parques Nacionais criados foram o Parque Nacional do

Itatiaia (1937), o Parque Nacional da Serra dos Órgãos e o Parque Nacional de Iguaçu (ambos em 1939).

As UC ultrapassam o tempo, alteram suas classificações e atribuições, moldam-se as necessidades e aos desafios impostos pelas consequências da modernidade, sem deixar com que sua concepção seja tida como um entrave para o desenvolvimento. A noção de sustentabilidade destes espaços consolida-se a partir do momento em que essas UCs começam a mostrar sua representatividade para a manutenção de serviços ecossistêmicos, como colaboradores na criação e no fortalecimento do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (MMA, 2000)³, estabelecendo regras e subsidiando condições para o desenvolvimento sustentável das comunidades locais (WWF-Brasil, 2012).

Segundo Almeida (2014) com a criação do SNUC, o Brasil passa, de forma oficial, a incluir modelos de gestão de áreas protegidas com base no modelo de Gestão Biorregional, visando atender às recomendações estabelecidas da Convenção sobre Diversidade Biológica, ratificada na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, no Rio de Janeiro, em 1992. Para a mesma autora, o conceito de Gestão Biorregional, desenvolvido por Kenton Miller na década de 70, visava superar o paradigma da gestão isolada de áreas específicas, como dos Parques Nacionais, e ampliava a toda uma gestão ecossistêmica. Esta estratégia de Gestão Biorregional significou um avanço nas estratégias de conservação para Amazônia, uma vez que suas áreas protegidas “atualmente estão conectadas estruturalmente e funcionalmente, formando “blocos” com identidades territoriais e socioambientais específicos.” (PORTO, 2014, p.13).

Da criação da primeira UC em 1937 até o ano de 2016, o Cadastro Nacional de Unidades de Conservação (CNUC)⁴ aponta 1.979 UCs em território nacional, divididas em UC de âmbito federal, estadual e municipal, com mais de 1.515.119 km². Destas, apenas 36 UC (menos de 2%) são Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS) - sendo 2 Federais, 29 Estaduais e 5 Municipais – mas sua área em km² é representativa, possuindo mais de 7% da área das UC.

Com predominância no bioma Amazônico, de acordo com o SNUC, uma RDS é definida como uma área natural que coexiste com populações tradicionais, sendo estas populações baseadas em sistemas sustentáveis de produção e consumo de recursos naturais, e protagonistas na conservação da natureza e do ecossistema ao qual estão inseridas. O objetivo de uma RDS é garantir a preservação da natureza em primeiro momento.

³ Promulgado na Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000.

⁴ O Cadastro Nacional de Unidades de Conservação (CNUC) é mantido pelo MMA com a colaboração dos Órgãos gestores federal, estaduais e municipais. Seu principal objetivo é disponibilizar um banco de dados com informações oficiais do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC). Disponível em: <http://www.mma.gov.br/areas-protegidas/cadastro-nacional-de-ucs>, acesso em 22/05/2016.

O SNUC, por meio da Lei 9.985, de 18 de julho de 2000, em seu capítulo primeiro, artigo segundo, inciso II (conservação) e V (preservação), definem a diferença entre preservação e o conceito adotado nesta pesquisa, conservação:

“preservação: conjunto de métodos, procedimentos e políticas que visem a proteção a longo prazo das espécies, habitats e ecossistemas, além da manutenção dos processos ecológicos, prevenindo a simplificação dos sistemas naturais;

conservação: o manejo do uso humano da natureza, compreendendo a preservação, a manutenção, a utilização sustentável, a restauração e a recuperação do ambiente natural, para que possa produzir o maior benefício, em bases sustentáveis, às atuais gerações, mantendo seu potencial de satisfazer as necessidades e aspirações das gerações futuras, e garantindo a sobrevivência dos seres vivos em geral.” (MMA, 2000)

Em mesma lei, em seu artigo 20, que trata sobre o objetivo básico de uma Reserva de Desenvolvimento Sustentável, diz que, além de preservar a natureza deve:

“assegurar as condições e os meios necessários para a reprodução e a melhoria dos modos e da qualidade de vida e exploração dos recursos naturais das populações tradicionais, bem como valorizar, conservar e aperfeiçoar o conhecimento e as técnicas de manejo do ambiente, desenvolvido por estas populações.” (MMA, 2000)

A utilização das áreas de RDS pelas populações tradicionais é regulamentada por contrato, obrigando estas populações a comprometer-se pela defesa, manutenção, preservação e recuperação da reserva como um todo.

Existem algumas restrições específicas em relação a estes recursos naturais, como por exemplo, no caso de supressão de espécies ameaçadas ou de atividades de qualquer natureza que degradem o ambiente, que infiram na Constituição de uma forma geral, no Plano de Manejo⁵ dessas áreas e no Contrato de Concessão de Direito Real de Uso. Uma RDS tem como Unidade Gestora, um Conselho Deliberativo (ou Consultivo e uma tutela gestora) formado por órgãos públicos, organizações da sociedade civil e representantes das populações residentes.

Sobre as práticas desenvolvidas dentro de uma RDS, só é permitido a visitação pública desde que coincidam com os interesses da Comunidade interna e com as disposições do Plano de Manejo, como o turismo por exemplo. Sobre a visitação e permanência de membros com o intuito de pesquisa científica, são permitidos desde que estas sejam voltadas para a conservação, para o relacionamento das populações tradicionais com o seu meio e a educação ambiental, sendo necessária a autorização prévia do órgão administrativo (MMA, 2000).

Em relação às práticas de gestão de uma RDS, estas são planejadas com o objetivo de proteger a diversidade biológica e natural, bem como preservar o ambiente, incentivar a pesquisa científica, promover a educação ambiental, o turismo ecológico, o manejo

⁵ “O Plano de Manejo da Reserva de Desenvolvimento Sustentável definirá as zonas de proteção integral, de uso sustentável e de amortecimento e corredores ecológicos, e será aprovado pelo Conselho Deliberativo da unidade.” SNUC - SISTEMA NACIONAL DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO, LEI No 9.985, DE 18 DE JULHO DE 2000.

sustentável dos recursos naturais e a resolução de problemas socioambientais (WWF-Brasil, 2012).

Uma RDS deverá ter assegurada a ampla participação da população local na elaboração, implementação e monitoramento do Plano de Manejo, o qual este deve abranger a Zona de Amortecimento e Corredores Ecológicos, de forma a integrar a Unidade às comunidades vizinhas. É previsto na legislação que este instrumento deverá ser elaborado no prazo de cinco anos da data de sua criação. No entanto, muitas das RDS na Amazônia e no Brasil ainda não o possuem. Um dos responsáveis pela dificuldade em se elaborar e colocar em prática os planos de manejo é a complexidade dos “roteiros metodológicos” (IBAMA, 2004), sendo de difícil desenvolvimento em condições onde não existe um montante significativo de dados secundários.

Para auxiliar na compreensão dessa dissertação, o foco foi direcionar nossos esforços em refletir como as dissociações da sociedade moderna, entre o homem e o ambiente, agentes sociais do órgão gestor e das Comunidades das RDS, de países ricos e pobres, desenvolvimento e subdesenvolvimento, mudam de panorama a partir do momento em que o modelo econômico mundial se vê permeado de contradições e onde esta racionalidade vigente, segundo Leff (2009), é apontada como grande responsável pela massiva destruição do ambiente e degradação da qualidade de vida das pessoas, levando o homem a uma revisão dos questionamentos sobre os princípios éticos norteadores da tomada de decisão acerca do paradigma de *produção e consumo* hegemônico.

Já é questionável o comportamento consumista individualista de atender apenas as necessidades pertencentes a “nós”, uma vez que os processos sociais, na produção de bens de consumo, não são concebidos de forma singular. A autonomia destes processos sociais “baseia-se na vida em comum de uma pluralidade de seres humanos mais ou menos dependentes uns dos outros e que agem uns com os outros ou uns contra os outros” (ELIAS, 2006).

Como a resultante da mudança climática, a crise ambiental, não se resume apenas em ações e comportamentos individuais, para uma possível quebra de paradigma de produção e consumo hegemônico é necessário que haja uma sensibilização global sobre as incertezas do futuro dos riscos globais⁶ palpáveis a que estamos sujeitos, causados por uma ação antrópica dentro daquela racionalidade econômica hegemônica e com reflexos intensificados na própria sociedade. Alguns dos riscos globais são minimizados, em relação a sua dimensão e profundidade, por quem detém o poder de inverter esse caminho,

⁶ Os riscos globais são simultâneos a ação designada pelas relações de poder, onde quem define e decide o que é risco, como a realidade destes riscos será apresentada para a sociedade (de forma branda, de forma agressiva) é quem detém esse poder. Estes riscos são moldados e internalizados conforme o interesse destes. (BECK, 1996)

externalizando os custos ambientais para países subdesenvolvidos e garantindo assim sua soberania tecnológica sobre os mesmos (BECK *et al*, 2013).

A Amazônia, neste sentido, torna-se a última fronteira nacional para a efetivação de um modelo desenvolvimentista, pautado por uma economia voltada a “satisfazer a enorme demanda de energia dos empreendimentos de minério de ferro, bauxita ou petróleo na região” (FATHEUER, 2012). Apesar de tentarem mascarar os obstáculos deste modelo nos caminhos futuros, a mudança climática já representa um importante aliado na elucidação dos riscos globais resultantes da implantação de empreendimentos desta natureza.

Pode soar estranho afirmar que o produto da ação antrópica negativa do homem é também seu aliado para a desconstrução do paradigma dominante do consumismo. No entanto, esta é uma realidade que ganha força na medida em que a sustentabilidade deixa de ser uma ideologia e passa a ser um campo social, o *campo da sustentabilidade*⁷, como propõe Léna & Nascimento (2012), que possui regras estabelecidas e que são transformadas pela força dos próprios agentes (políticos, da sociedade, da economia, da academia, etc.), desenhados em uma rede social, capaz de estimular uma transição do romantismo acerca do tema e a organização de pensamentos em discursos objetivos e fundamentados.

O homem só começa a agir assim que a ameaça se apresenta de forma comprovada. A mudança climática então é considerada uma aliada, pois traz a compreensão de termos como o clima e ambiente, que por sua vez são incorporados pelas instituições sociais e vistos como fatores de desigualdade e insegurança, evidenciando conceitos como, por exemplo, justiça ambiental (ACSELRAD, 2004). Assim estimulando comportamentos de “como ser e atuar no mundo, em cooperação e solidariedade” (BECK *et al*, 2013).

A *Racionalidade Ambiental* proposta por Enrique Leff surge em um momento de intensificação de debates ambientais e propõe, dentre diversas coisas, introduzir conceitos teóricos norteadores de ações político-ideológicas. Enrique Leff, pauta a racionalidade ambiental com base nas esferas da racionalidade weberiana, e tem sua construção iniciada no ano de 1986, em seu livro *Ecología y Capital*. É uma categoria científica que passa sempre por constantes atualizações, como as apresentadas em edições posteriores, de 2009, que incorpora o conceito desenvolvido em 1994 no livro *Las ciencias sociales y la formación ambiental* em capítulo intitulado *Sociología y ambiente: racionalidade ambiental, processos sociais y transformaciones del conocimiento*, onde começa a consolidar o conceito como:

⁷ Conceito de campo concebido em: BOURDIEU, Pierre. **A Economia das Trocas Simbólicas**. São Paulo, Ed. Perspectiva, aprimorada nas obras de anos seguintes (Ref. 2003, 2004, 2008). Prof. Dr. Elimar Pinheiro do Nascimento apropria-se deste conceito como base para a concepção da sustentabilidade como um campo.

“[...] uma estratégia teórica para articular as condições ideológicas, teóricas, políticas e materiais que estabelecem novas relações de produção [...] categorias teóricas do marxismo tradicional – modos de produção, formação econômico-social – resultam demasiado esquemáticas para compreender a articulação das esferas ideológica, políticas e econômica, com os processos ecológicos e culturais que constituem as bases e as condições de sustentabilidade [...] Assim podemos pensar num conceito de racionalidade ambiental [...] entendida esta como um sistema integrado de esferas de racionalidade, que articula a fundamentação dos valores e a organização do conhecimento” (LEFF, p.303-304, 2009)

O autor ainda ressalta a necessidade de articulação entre as quatro esferas da racionalidade ambiental:

1 - a racionalidade substantiva: sistema de valores que orienta as ações para os objetivos da gestão ambiental da sustentabilidade;

2 - a racionalidade teórica: articulação deste sistema de valores com conceitos teóricos a fim de gerar os procedimentos de legitimação ideológica e política, que permita a construção de uma racionalidade produtiva com base em princípios da equidade e sustentabilidade;

3 – a racionalidade técnica ou instrumental: sistema de meios eficazes, composto por meios tecnológicos, vínculos funcionais e operativos;

4 – a racionalidade cultural: sistema de significações.

Apesar de controverso, Sachs (1993), propõe pensar o desenvolvimento em um novo paradigma, diferente do até então Desenvolvimento Sustentável, traduzindo este pensar em uma sustentabilidade composta por oito dimensões, que se trabalhadas de forma integradas, proporcionam um passo significativo para além da utilização racional de recursos naturais. Estas dimensões possuem sim o aspecto econômico como uma das engrenagens da sustentabilidade, na ótica do desenvolvimento econômico “ótimo”, equilibrado e sustentado, além do aprimoramento das formas de produção; bem como do ambiente resiliente aos processos antrópicos; da ecologia dos recursos naturais renováveis e não renováveis; da homogeneidade social proporcionada pelo emprego pleno, inclusivo e que proporcione qualidade de vida; que seja culturalmente respeitoso com o tradicional, mas aberto à inovação, tendo a cultura como forte componente mediador dos processos econômicos e ambientais; com territórios urbanos e rurais balanceados e entrelaçados, proporcionando uma relação natural e duradoura, inclusive com relação ao equilíbrio de investimentos nas duas áreas; e político em duas vertentes, tanto da política interna, garantindo que os projetos políticos sejam implementados com o alcance necessário, proporcionando o Bem Viver de forma ampla, como proposto por Acosta (2012); e da política externa (ambos articulados em processos de governança *bottom-up*) baseada no princípio de igualdade entre as nações e co-desenvolvimento.

Para tanto, é inevitável como pesquisador com formação acadêmica no curso de Administração, dissociar totalmente os conceitos provindos da Economia para pensar esta

noção de sustentabilidade. Ao invés de evitar ou apontar lacunas, procuro neste momento agregar conceitos da Economia à interdisciplinaridade deste estudo. Sendo assim, por diversas vezes, me atendo à conceitos como *intervenção inapropriada do governo* e as externalidades, integrando estes à outros conceitos em uma relação interdisciplinar. O governo intervém na economia, segundo Rivas (2014), para corrigir uma divergência entre custos privados e custos sociais, porém, quando o governo entra com algum outro propósito e de forma inapropriada no mercado, temos uma falha de mercado. Uma falha de mercado é “uma situação em que o mercado, por si só, fracassa ao alocar recursos com eficiência” (MANKIWI, p.11, 2009).

A intervenção inapropriada do governo é tida como uma ação intencional que gera divergência, por outro lado, as externalidades, de acordo com Rivas (2014), são aquelas geradas por uma disparidade entre custos e benefícios sociais e para melhor defini-la, o autor utiliza da conceituação de Baumol e Oates (1988), ressaltando três pontos-chave principais: efeitos involuntários (quando não há a intenção deliberada em relação aos efeitos sobre o bem-estar); variáveis reais (excluem a mudança de preço involuntário como uma externalidade) e efeitos na produção e nos relacionamentos de utilidades (quando uma atividade influencia na capacidade de produção ou na utilidade de outros bens).

A Economia Ambiental, fornece alguns pressupostos interessantes para a reflexão das variáveis obtidas no trabalho empírico, uma vez que a Economia Ambiental traz o entendimento que as soluções dos problemas ambientais perpassam por:

“[...] Princípios oriundos da ecologia, administração, física, química, filosofia, sociologia e muitas outras disciplinas científicas que devem ser integrados às perspectivas econômicas a fim de que possa desenvolver uma estrutura adequada à promoção de soluções vigorosas.” (RIVAS, p.36, 2014)

Apesar da Economia Ambiental se propor a esta interdisciplinaridade, é importante ressaltar que esta ciência é desenvolvida a partir de teorias como a Teoria do Consumidor e do Bem-estar, algo que nesta dissertação tentaremos trabalhar de forma qualitativa com Teorias mais subjetivas como o *Bem Viver*.

O Bem Viver aqui não será tratado apenas como conceito, mas como uma postura para novos paradigmas de produção e consumo de uma sociedade. Este Bem Viver possui origem nos povos Quechua (*Sumak Kawsay*), Aymarà (*Suma Qamaña*), Guaraní (*Teko Porã*) (IHU, 2010) e nos povos Baniwa (*Manakaj*) (CRUZ, 2014) e traduz nestes conceitos uma visão de sustentabilidade baseada nos conhecimentos dos povos sobre sua forma de viver e cuidar do ambiente. Não se trata de idealismo e nem de utopia, este Bem Viver utilizado na pesquisa já fora instrumentalizado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD na década de 70 e apropriado e aprimorado por Moraes & Borges (2010) para análises qualitativas.

Sobre resistência de se adotar formas endógenas dos povos na forma de viver e cuidar do ambiente, Wright (2005) aponta que os povos tradicionais (com referência aos povos indígenas) deveriam ser considerados como sujeitos históricos que mantêm sua condição de existência, em relação ao processo exógeno de colonização, por meio de, segundo Hill (1996), estratégias de “adaptação criativa” frente a um histórico de mudanças violentas. Neste contexto, *redes de relações* pautadas por princípios da interculturalidade (CRUZ, 2014) entre os povos, se apresentam como *estratégias de adaptação* frente a estas modificações. As redes estão dentre os processos culturais intrínsecos aos povos indígenas e são responsáveis por promover ajustes culturais, uma vez que estas redes, para Wright (1992), promovem vínculos de natureza social, comercial, política e religiosa.

Ajustes culturais/sociais, como a instituição de redes interétnicas, são considerados, para Moran (1994), aqueles ajustes que as pessoas adquirem como membros de uma sociedade e é o meio de competição mais importante para que o homem reaja rapidamente às mudanças ambientais. Além dos ajustes culturais/sociais, Moran (1994) também aponta que existem outros três tipos de ajustes: os de aclimatação, que são discretos ajustes fisiológicos reversíveis decorrentes de estresse ou modificações ambientais; os de regulação, que são reações rápidas, incluindo reações de ordem comportamental, decorrentes de modificações no ambiente; e os de desenvolvimento, modificações fisiológicas ou morfológicas irreversíveis, que ocorrem em resposta à condicionantes ambientais durante o desenvolvimento do indivíduo.

As estratégias adaptativas dos povos tradicionais hoje, portanto, resultam das modificações e intervenções de agentes no campo da sustentabilidade ao logo da história que, para Cunha (2012), moldam e passam a homogeneizar novos processos culturais por meio de uma trajetória compartilhada entre estes povos. Além destas, existem outras estratégias de adaptação, como a migração sazonal (MORAN, 1994) e práticas para além da agricultura, como a pluriatividade que, segundo Baumeu & Basso (2004), são atividades ocupacionais integrativas de alcance econômico, social e cultural exercidas por diferentes famílias que ocupam um mesmo espaço, contribuindo assim para que a organização do trabalho gere novos mecanismos de autossuficiência, reprodução material e importância na estrutura social, além de garantir sustento mesmo quando ocorre uma quebra na produção, causada por fatores climáticos, por exemplo, não submetendo apenas a uma fonte de renda exclusiva.

Estas estratégias de adaptação resultam em territorialidades, que, para Almeida (2006), é uma construção política com o objetivo de afirmar identidades coletivas as quais os agentes sociais utilizam para obter força frente a outros agentes e agências, como os antagonistas e o Estado e que, como complementa Santos (2016), delimita uma base física que pode vir a tornar-se um território etnicamente configurado. Haesbaert (2004) faz uma

caracterização do território, sendo este obrigatoriamente e ao mesmo tempo funcional e simbólico, uma vez que estes nunca se manifestam em um estado puro, o funcional sempre possui uma carga simbólica e o simbólico sempre manifesta um caráter funcional. Por um lado, o território funcional é essencialmente permeado por processos de dominação, territórios sem territorialidade, princípios de exclusividade e valor de troca, e por outro lado o território simbólico têm como essência os processos de apropriação, territorialidades sem território, princípios da multiplicidade e valor simbólico (HAESBAERT, 2004). Ao lançar mão de estratégias de adaptação com base em relações sociais, os povos fomentam condições para a presença de uma multiplicidade de territórios articulados em territórios-rede, ou em um contexto contemporâneo, aquilo que Haesbaert (2004) chama de multiterritorialidade, que são territórios múltiplos que conjugam territórios-zona (escala estritamente espacial restrita) por meio de redes de conexão (escala não só espacial e ampla).

Schneider (2009) ressalta as pesquisas do grupo Rurbano⁸, que renovam a compreensão sobre o espaço rural ser um ambiente de multiterritorialidades determinadas por atividades especificamente agrícola, demonstrando que nas últimas décadas ocorreu significativo crescimento de *atividades rurais não-agrícolas* em áreas rurais no Brasil, além da redução do número de ativos ocupados em atividades agrícolas, produzindo assim uma renovação na compreensão das características demográficas e ocupacionais dos espaços rurais. Mattei (2008) disserta que esta alteração de características demográficas e ocupacionais na América Latina, quando ligada a atividade exercida, tem como motor de mudança as atividades ou “ocupações rurais não-agrícolas” (ORNA). Em nível global, Thomas Reardon, pesquisador e professor da Michigan State University em parceria com Barrera & Webb (2001), Faiguenbaum & Berdegue (2002), Stamoulis & Pingali (2007), Haggblade & Hyman (2007), Haggblade & Hazell (2010) apontam para o crescimento de ocupações rurais não-agrícolas em diversas sociedades rurais no mundo e que estas atividades garantem a reprodução física e social não só de unidades econômicas familiares, mas das Comunidades que estas famílias estão inseridas. Estes autores, então, passam a estudar a dinâmica e o impacto do conjunto de atividades rurais não-agrícolas de uma sociedade, denominando este tipo de pesquisa de estudos sobre “economia rural não-agrícola” (RNFE)⁹.

Por fim, ao pensarmos a sustentabilidade como um campo de disputas, o que cabe agora é compreender a capacidade destes agentes sociais em produzir efeitos dentro do campo da sustentabilidade. Sendo assim adotaremos a denominação de *Agentes Sociais* (AS), em detrimento de outras denominações como sujeitos ou atores, uma vez que este,

⁸ Grupo sobre mudanças no mercado de trabalho rural e novas relações entre áreas urbanas e rurais. Maiores informações em www.eco.unicamp/projetos/rurbano.

⁹ Tradução de Rural Non-Farm Economy (RNFE).

segundo Bourdieu (2004) é capaz de agir conforme seus interesses dentro deste campo e seu *habitus*, ou seja, experiências, sentimentos, de acordo com sua forma de interpretar o mundo social. Ressalto que em algumas vezes utilizaremos o termo empreendedores para nos referir à estes agentes sociais, uma vez que esta denominação apareceu repetidas vezes durante as entrevistas como autodenominação, sendo assim, quando nos referirmos à empreendedores, estaremos tratando dos agentes sociais que participaram da pesquisa e que desenvolvem atividades rurais não-agrícolas. Neste estudo, o chamado “empreendimento” fará referência ao espaço físico de uso do agente social, e onde este empreende suas atividades rurais não-agrícolas será denominado de Empreendimento Rural Não-Agrícola (ERNA).

3. METODOLOGIA

A reflexão sobre a relação entre as categorias apresentadas acima forneceu um alicerce para que algumas pré-noções que carrego da formação em Administração não disciplinassem as observações durante a vivência em campo, procurando superar aquilo que Bachelard (1996) chama de verdade absoluta e/ou observação primeira. Para tanto, não há a pretensão de afirmar que todos os obstáculos foram superados e que não existe arbitrariedade nos métodos utilizados. Muito pelo contrário, procurou aqui evitar apegar-se à aquilo que Latour (2012) chama de repertório já aceito pelos membros da academia, eliminando assim alguns dados que não se enquadrassem neste repertório.

O percurso metodológico desta dissertação se deu no diálogo constante com os agentes sociais e o contato com o *lócus* de pesquisa e sendo assim, sempre atentando-se à uma construção do objeto de pesquisa nessa relação, de forma que a “Relação de Pesquisa”, pautado em Bourdieu (2008), fosse capaz de fornecer um certo grau de criatividade e inovação aos processos metodológicos, rompendo com o que o mesmo autor chama de ideal de padronização na pesquisa imposto pelo rigor da ciência.

Por se tratar de uma pesquisa voltada às Ciências Ambientais, o que mais aproximasse da abordagem utilizada nesta pesquisa é a abordagem multimétodos, por ter levado em consideração tanto elementos da abordagem qualitativa, quanto da abordagem quantitativa na relação pessoa-ambiente, que assegura, segundo Günther *et al.* (2004), uma boa dose de complementaridade entre os métodos utilizados, garantindo assim uma maior precisão e acurácia que uma análise unimétrica; potencializando a compreensão das experiências ambientais humanas no diálogo com outras áreas de conhecimento, dentro de uma relação dinâmica entre o agente social e o mundo real.

A pesquisa também pode ser considerada também de cunho descritivo e exploratório, uma vez que as práticas foram melhoradas através de descrição e análise de observações

objetivas e diretas (GIL, 2008). A análise de conteúdo, seguindo a concepção de Bardin (2009), forneceu dados qualitativos substantivos para análise das entrevistas dos agentes sociais, sem que categorias prévias fossem criadas e sem a necessidade de dissociar o agente de sua fala, uma vez que esta técnica pode ser aplicada a todas as formas de comunicação. Este processo de categorização foi realizado após a coleta, evitando assim uma delimitação prévia que criasse algum tipo de viés.

O convívio de 2 meses no estudo exploratório e 4 meses de campo foram necessários para a coleta dos dados analisados em todos os 3 capítulos, pois para reduzir a violência na comunicação, todas as entrevistas realizadas ou foram totalmente abertas, colhidas no dia-a-dia com os agentes sociais, ou temáticas, quando esta temática fora desenvolvida junto ao agente social. No primeiro capítulo as análises do conteúdo das entrevistas e as observações tiveram foco nas características e dinâmicas socioeconômicas dos empreendimentos (espaço onde ocorre a atividade rural não-agrícola). No segundo, além da mudança de foco na análise de conteúdo para entender a pluriatividade dos agentes sociais, foram realizados levantamentos e análises das relações sociais entre os agentes sociais responsáveis pelos ERNA's. No terceiro e último, as observações e a análise do conteúdo das entrevistas voltaram-se a evidenciar as percepções dos agentes sociais sobre a contribuição de cada ERNA para o Bem Viver de todos da Comunidade estudada.

3.1 Área de Estudo

Este estudo foi realizado na Comunidade Nossa Senhora do Livramento, pertencente a Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Tupé (RDS do Tupé), Unidade de Conservação de Uso Sustentável no município de Manaus-AM (FIGURA 01) e que possui gestão de responsabilidade também municipal. A RDS do Tupé foi instituída em agosto de 2005, está localizada a 25 quilômetros em linha reta do centro urbano de Manaus na direção Oeste e possui uma área de 11.973 hectares, ocupando um quadrilátero mais ou menos regular entre os igarapés Tatu e Tarumã-Mirim (SCUDELLER *et al*, 2005).

Existem 6 Comunidades no perímetro interno da RDS do Tupé: Livramento, Tatulândia, São João do Tupé, Central, Julião e Agrovila. Outras sete Comunidades estão localizadas no entorno, estas também sob influência dos mesmos dispositivos legais que caracterizam a RDS, são elas: Bela Vista, Costa do Arara, Baixote e Caioé, São Sebastião, Nossa Senhora de Fátima, Ebenézer e Tarumã-Açu (MARCHAND, 2014).

Figura 01 - Localização das Comunidades Ribeirinhas da Reserva de Desenvolvimento do Tupé, Manaus, Am.



Fonte: Acervo do Projeto Biotupé (2015). Elaborado por Danilo M. de Camargo

Em específico, na RDS do Tupé, o Plano de Manejo passa a ser aprovado após 12 anos de sua promulgação. Em 2009 houve uma tentativa de consulta pública sem sucesso e hoje este plano passa por reformulação. A falta da instituição do Plano de Manejo para a RDS do Tupé é um dos entraves para que as populações locais desenvolvam atividades sociais e econômicas que garantam sua autossuficiência, além de dificultar o estabelecimento e monitoramento de uma dinâmica socioambiental que assegure a implementação de políticas públicas que garantam a conservação da Reserva.

A RDS do Tupé, não foi concebida como tal repentinamente, passou por um processo histórico que culminou em sua criação, em 2005, através do Decreto Municipal nº 8.044. Segundo Scudeller *et al.* (2005), a constituição da RDS do Tupé começa muito antes, em 1990, com a instituição da praia do Tupé como Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE), por meio de uma Lei Orgânica do Município de Manaus (LOMAM, de 05 de abril de 1990); Em 1995 são estabelecidos seus limites territoriais pela Lei Municipal nº 321 criando assim a Unidade Ambiental do Tupé (UNA-Tupé); O Decreto Municipal nº 4.581 de 1999 institui a área como “espaço territorial de relevante interesse ecológico”, e atribuiu à então Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Meio Ambiente (SEDEMA) a gestão ambiental daquela localidade e, no mesmo ano, a Portaria nº 18/99 estabeleceu o Regulamento da Área de Relevante Interesse Ecológico do Tupé (ARIE -Tupé), definindo os limites espaciais e estabelecendo diretrizes e estratégias para a implantação e o funcionamento dessa unidade ambiental; em 2002, por meio da Lei nº 671/02, a UNA-Tupé é reenquadrada como Reserva de Desenvolvimento Sustentável, em atendimento ao SNUC. Em 2005, então, é criada, de fato e de direito, a Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Tupé, através do Decreto Municipal nº 8.044 assinado no dia 25 de agosto.

Dando sequência a esta cronologia, Oliveira (2009) traz mais alguns marcos importantes: Em 2006, por meio da Resolução 040/2006 do Conselho Municipal do Meio Ambiente (COMDEMA), é aprovado o Regimento Interno da Reserva; em 2008, a Resolução 01/2008 do Conselho Deliberativo da Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Tupé (CDREDES) cria o Regulamento de Uso da Praia do Tupé; e por fim, em 2009, a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMMAS) disponibilizou um Plano de Manejo para consulta pública.

Segundo Porto (2014), em 2010, ocorre a criação do Mosaico de Áreas Protegidas do Baixo Rio Negro (MBRN), pela Portaria Federal Nº 483, de 14 de dezembro de 2010, afim de incorporar a questão da Gestão Biorregional e integrar as AP existentes na Reserva da Biosfera da Amazônia Central e no Corredor Ecológico Central da Amazônia. Para a mesma autora, a RDS do Tupé também passa a compor diretrizes em relação ao que consideram atividades econômicas de baixo impacto, como atividades recreativas, turismo, visitação, pesquisa, educação ambiental e de divulgação (MMA, 2000).

A consulta pública não teve aprovação entre os anos de 2009 e 2012 e a SEMMAS estimava que até final do ano de 2016 a reformulação do Plano de Manejo, estaria concluída. De fato, houve a confirmação da reformulação do Plano na data prevista (SEMMAS, 2016), realizada por uma empresa terceirizada de consultoria ambiental, que submeteu junto a SEMMAS este Plano à votação e, no dia 25 de agosto, obteve aprovação, após (1)¹⁰ uma “consulta pública on-line; (2) consulta presencial reunindo comunitários e representantes de instituições governamentais e não-governamentais; (3) revisão na Câmara Técnica do Conselho Deliberativo da RDS”, Texto publicado no portal da prefeitura de Manaus, por Pedrosa (2017). Este Plano possui algumas lacunas que, não cabe à este trabalho questionar, pois já foram questionadas em outras publicações (MARIOSIA, 2017a; 2017b).

A Comunidade do Livramento, *lócus* deste estudo, localiza-se como a primeira Comunidade de acesso fluvial, na cheia possui entrada pelo Igarapé do Mari (canal de acesso do Igarapé Tarumã-Mirim) e na seca esta entrada desloca-se para a margem esquerda do Rio Negro. O Livramento possui 4 distritos, que segundo Chateaubriand (2009) dividem-se em: i) a Sede; ii) o Morro; iii) o Ramal e Lago do Sorva e iv) os igarapés do Diúna e do Tachi. Nesta dissertação, nos atentaremos apenas a Sede e ao Morro, pensados de forma integrada, sendo assim, todas as vezes que utilizarmos as denominações Comunidade Nossa Senhora do Livramento, Comunidade do Livramento, Livramento, Sede da Comunidade do Livramento, estamos nos referindo aos distritos Sede e Morro.

¹⁰ Marcação (1), (2) e (3) realizada pelo autor

Sobre os agentes sociais, dentro da RDS só é permitido a permanência daqueles chamados “populações tradicionais” ou “povos tradicionais”. Em estudos feitos por Mariosa *et al.* (2014) e Mariosa *et al.* (2017b) estão dispostas particularidades destes que são se autodenominam pertencentes à povos indígenas e ribeirinhos.

Sendo assim, como foram abordados 20 agentes sociais que empreendem atividades rurais não-agrícolas, as questões sobre o *ethos* destes foram abordadas de forma indireta, quando estas se apresentaram dentro das falas analisadas dos agentes sociais sobre a temática estudada.

3.2 Procedimentos Éticos

O plano de pesquisa foi encaminhado para a anuência da SEMMAS, mais especificamente ao órgão gestor da RDS do Tupé. Após concordância em realizar a pesquisa na referida Unidade de Conservação, foi solicitado ao presidente da Comunidade Nossa Senhora do Livramento a devida permissão para a pesquisa. Em seguida, para atender o que preceitua as normas da Resolução do Conselho Nacional de Saúde (CNS) 466/2012¹¹ para este contexto, estas anuências acompanhadas do projeto completo, foram apresentados ao Conselho de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Federal do Amazonas (UFAM) para validação e aprovação da pesquisa. A aprovação ocorreu no ano de 2017 por meio do parecer Nº 2.077.742 CEP/UFAM (ANEXO I). O CEP/UFAM será comunicado da suspensão ou término dos trabalhos após a entrega da versão final e posterior publicação de artigos.

Apesar desta pesquisa ter pretendido dar voz e representatividade aos agentes sociais, por questões éticas, todas as precauções foram tomadas contra possíveis roubos, reprodução ou difusão acidental que possam comprometer o sigilo das informações, bem como foram tomados cuidados éticos quanto a confidencialidade e anonimato dos entrevistados que, neste caso, foram identificados por códigos (letra e número) escolhidos de forma aleatória, para evitar possíveis conflitos de ordem social, econômica e territorial. Os dados e informações coletadas a partir da fala dos entrevistados tiveram apenas o único propósito de atingir os resultados da pesquisa, respeitando a privacidade e direitos individuais, publicando os resultados em periódicos, livros e/ou eventos científicos.

¹¹ Diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos do Ministério da Saúde e Conselho Nacional de Saúde (CNS) 466/2012. Disponível em http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2013/res0466_12_12_2012.html. Acesso em 9 de outubro de 2016.e

CAPÍTULO 1 - EMPREENDIMENTOS RURAIS NÃO-AGRÍCOLAS: Características e Dinâmica de Funcionamento na Sede da Comunidade do Livramento (RDS do Tupé)

“O ambiente deixa de ser um objeto de conhecimento para se converter em fonte de pensamentos, de sensações”

Enrique Leff

INTRODUÇÃO

A Comunidade do Livramento está localizada no perímetro interno de jurisdição da Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Tupé (RDS do Tupé), que fica a 25km em linha reta do centro de Manaus (SCUDELLER *et al*, 2005) e apresenta entraves provindos da intervenção do Estado que afetam, primordialmente, a dimensão territorial, em questões como a regularização fundiária, uma vez que, Segundo Oliveira (2009), há um adensamento demográfico nas Comunidades da RDS do Tupé devido à proximidade da zona urbana de Manaus, à falta de fiscalização e aos projetos de geração de renda para Reserva. Por outro lado, para diminuir a divergência entre benefícios sociais e privados, é permitido que todos os moradores, sejam eles tradicionais ou não, residentes e empreendedores locais, tenham acesso rápido e contínuo aos bens de consumo e serviços existentes na capital, sejam de setor primário, secundário ou terciário, possibilitando também o acesso dos empreendedores a um público bem mais abrangente do que o da própria Comunidade, por meio da permissão à visitação o que impacta na escolha das atividades econômicas exercidas no território (SEMMAS, 2016). A expansão populacional somada ao desenvolvimento de atividades econômicas, já não tão ligadas à obtenção dos recursos naturais, faz com que a Comunidade do Livramento passe a ser considerada, como aponta Maduro (2013), a Comunidade mais antropizada da Reserva.

O Estado intervém em Comunidades rurais com a intenção de superar paradigmas de pobreza e de vulnerabilidade, estabelecendo ações (e omissões) que atinge territorialidades e reconfigura aquilo que Sachs, (2008) chama de dimensões da sustentabilidade, ora de forma apropriada e diminui as divergências entre benefícios e custos sociais e privados, ora de forma inapropriada criando entraves (BAUMOL & OATES, 1988), culminando em implicações aos residentes locais, principalmente quando estas intervenções estão diretamente ligadas às áreas de trabalho que envolve o uso das terras, águas e florestas (WITKOSKI, 2007). Seguindo o pensamento de Saquet (2006), a questão não é enquadrar uma territorialidade em uma definição sobre ser rural (agricultura) ou urbano (industrial), mas sim entender que este território possui uma temporalidade específica que só pode ser compreendida em uma relação recíproca e complementar.

A Sede da Comunidade Nossa Senhora do Livramento apresenta uma organização social bem mais complexa do que um simples “aglomerado rural isolado – povoado” como classificada pelo IBGE (2003). Devido à proximidade e interferência da metrópole, bem como o transporte fluvial regular de hora em hora, todos os dias da semana, das 6h às 18h, tanto na seca quanto na cheia dos rios, a cidade de Manaus extrapola suas fronteiras e se entrelaça na rotina e nas relações sociais da Comunidade, o que traz à tona necessidade da construção e manutenção de uma prática sustentável neste ecossistema, que considere uma dinâmica de intervenção do Estado para além apenas de classificações pragmáticas como “aglomerado rural isolado” ou “aglomerados subnormais” (IBGE, 2003), uma vez que este tipo de classificação não possui a propositura de direcionar investimentos para a localidade, mas sim de isentar o próprio Estado de prover serviços básicos.

Em alguns países do continente da África e Ásia, em estudos em sociedades consideradas com rurais, a diversificação de atividades nestas áreas passa a ser responsável por uma nova configuração da economia rural, como sinaliza Barrera *et al.* (2001), avaliando que essa diversificação, como um todo, proporciona um equilíbrio entre retornos esperados e exposições a riscos provindos de restrições e que a diversificação possui como fator de impulso, exatamente a presença de riscos decorrente de sistemas financeiros fracos, com restrições nos mercados de trabalho, terra e com incertezas climáticas. Corroborando com esta ideia e trazendo para um contexto mais amplo, de acordo com Almeida *et al.* (2013), no mundo, as economias baseadas essencialmente no setor primário são incompatíveis com o desenvolvimento sustentável, seja em qualquer um de seus pilares (econômico, social ou ambiental).

Para Schneider (2009), as sociedades rurais que desempenham um conjunto mais heterogêneo de atividades possuem também uma renda média mais elevada e Abramovay (2000) ressalta que, há duas décadas atrás, no Brasil existiam evidências de que havia um engajamento dos domicílios rurais em desempenhar atividades econômicas múltiplas, agrícolas e não-agrícolas. Segundo Haggblade *et al.* (2010), o rendimento obtido em atividades não-agrícolas representa 35% de toda a renda obtida em áreas rurais da África e cerca de 50% em áreas rurais da América Latina e Ásia. Além disso, a renda aferida nestes estudos foi 20% maior do que a renda aferida em atividades semelhantes em áreas urbanas. Os mesmos autores ainda confirmam a relevância da renda obtida por atividades rurais não-agrícolas executadas como atividade econômica em meio período ou sazonais.

Estes mesmos autores não consideraram o estudo em áreas com total restrição de atividades agrícolas para fins comerciais, como é o caso da Sede Comunidade do Livramento, que passa desde 2005 a ter de desenvolver novas estratégias por parte de seus agentes sociais. Isso se deve às restrições impostas pelo Estado ao estabelecer uma Área Protegida sem atender, em prazo adequado, as novas diretrizes para a utilização dos

recursos naturais, em atividades da esfera da produção ou do chamado setor primário (DIEESE, 2011), que neste estudo são consideradas como atividades agrícolas (que englobam terras, águas e florestas).

No período de 12 anos, tempo decorrido até a aprovação do Plano de Manejo (em determinadas ocasiões denominado de Plano de Gestão), fora liberada pelo órgão gestor apenas atividades que o próprio SNUC (2000) considera como de baixo impacto. Importante ressaltar que o órgão gestor da RDS do Tupé não coibiu neste período atividades na esfera da produção para a autossuficiência destes agentes sociais, nem atividades do setor secundário (beneficiamento) e terciário (comércio e serviços), ou esfera da circulação, ligadas a garantia da reprodução física e social dos agentes sociais da Comunidade. O que não está claro é qual atividade pode ou não ser considerável de baixo impacto, sendo esta sempre sinalizada como aquelas que contribuem para a qualidade de vida, sem que haja a natureza, um limite superior ou inferior como parâmetro de tal baixo impacto. Neste sentido, surgem inquietações quanto à interface entre as estratégias de adaptação dos agentes sociais frente às omissões e restrições impostas pelo Estado.

Algumas indagações nortearam a construção deste estudo, como: a) Como se dá a composição das atividades rurais não-agrícolas na Sede da Comunidade do Livramento? b) Quais são as características socioeconômicas (dinâmica e funcionamento) dos Empreendimentos Rurais Não-Agrícolas? Sendo assim este estudo consiste na caracterização socioeconômica intra ERNA's na Sede Comunidade Nossa Senhora do Livramento.

METODOLOGIA

Este estudo optou por trabalhar apenas com os agentes sociais que declararam desempenhar alguma atividade rural não-agrícola, seja como atividade principal ou complementar. Esta opção se dá não pela falta de agentes sociais que desenvolvam atividades agrícolas, muito pelo contrário, elas existem e são desenvolvidas por boa parte das unidades econômicas familiares, mas estão localizados nos outros dois distritos periféricos pertencentes a Comunidade Nossa Senhora do Livramento: a) o Ramal e Lago do Sorva e b) nos Igarapés Tachi e Diúna. Dois agentes sociais que desenvolvem atividades agrícolas exclusivamente também fazem parte do distrito Sede da Comunidade Nossa Senhora do Livramento, porém estes já foram retratados em Maduro (2013) e o foco deste estudo é para retratar as atividades do setor secundário e terciário (esfera da circulação).

Neste sentido, foi considerado, como critério de inclusão, os agentes sociais que declararam empreender alguma atividade rural não-agrícola como atividade exclusiva, principal ou complementar, desenvolvida na Sede da Comunidade do Livramento e concordaram em construir esta pesquisa em conjunto ao pesquisador. Como critério de

exclusão, não foram incluídos aqueles que desempenhassem exclusivamente apenas atividades agrícolas (esfera da produção) em terras, águas e florestas na Sede da Comunidade do Livramento. Não foram considerados indicações de agentes sociais com empreendimento (espaço de desempenho de atividades) fora do distrito Sede.

A metodologia adotada consistiu em uma abordagem multimétodos (GÜNTER, *et al.* 2004) e para a obtenção dos dados foram realizadas entrevistas abertas e temáticas (GIL, 2008). A identificação dos agentes sociais da pesquisa se deu por indicação dos próprios agentes sociais da Sede da Comunidade do Livramento, por meio da técnica “bola de neve” que, para Biernack & Waldorf (1981) consiste em indicações de pessoas que compartilham o conhecimento sobre outras pessoas e/ou características referentes ao objeto investigado e é uma técnica indicada em situações que necessitam do conhecimento dos agentes locais para a localização destas pessoas e/ou características. No caso deste estudo, foi solicitado dos agentes sociais a indicação de outros 2 agentes sociais até que desenvolvessem algum tipo de trabalho na Comunidade.

Para tabulação e elaboração dos dados quantitativos, construção de gráficos, diagramas e análises dos dados quantitativos, foram utilizados os programas Microsoft Excel, Past e UCINET; para auxiliar e fornecer dados qualitativos substantivos, bem como facilitar a categorização e gradiente das características socioeconômicas foi utilizado análise de conteúdo (BARDIN, 2009), com o auxílio do facilitador TextStat 3.0. Para a caracterização socioeconômica dos ERNA's da Comunidade do Livramento, todas as categorias estabelecidas foram extraídas da análise de conteúdo das falas dos próprios agentes sociais, evitando assim modelos de formulários pré-estabelecidos por outros institutos de pesquisa econômica, uma vez que todos os ordenamentos de dados na construção de um panorama sobre os moradores que desenvolvem atividades econômicas partiram de denominações autodeclaradas pelos agentes sociais, tais como: localização, tipo, formalização, setor, distribuição de renda, entre outras, resguardando excluir da análise as perspectivas dos agentes sociais sobre o que estes entendem como “caracterização socioeconômica”.

Cabe ressaltar que esta pesquisa foi recebida e aprovada no ano de 2017 pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Amazonas – (CEP/UFAM), N° do parecer 2.077.742.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Antes de entrar diretamente na análise dos dados obtidos sobre as características socioeconômicas dos Empreendimentos Rurais Não-Agrícolas (ERNA's) e discussões subsequentes, procurou-se aqui entender como a expansão da Sede da Comunidade. Esta expansão é sinalizada em estudos de Oliveira (2009) e Mariosa *et al* (2014), além de ser

retratada por Maduro (2013) como Comunidade mais antropizada da RDS do Tupé. Porém, qual é a percepção dos próprios agentes sociais da Comunidade sobre esta expansão?

A Comunidade tem sua criação em 1973, segundo os agentes sociais antigos do Livramento, conhecida na época como “Ilha do Mari”. Em 1977 a Ilha passa a absorver moradores vindos da capital, iniciando sua expansão populacional e sofrendo constantemente com processos intensos de conflitos territoriais contra um famoso grileiro¹² da região, “Então essa luta, foi uma luta que era de “um grileiro” e ele não queria que nós fizéssemos a escola até 1986” (entrevista com Sr. S.M.T., em 30 de abril de 2017).

“Em 1986 foi fundada aqui a Comunidade, recebeu o nome de Nossa Senhora do Livramento, depois de uma luta. Tinha um morador aí que ele queria botar pra fora, quanto mais tirava morador mais chegava gente precisando, aí o que era o representante do sindicato rural, o Sandoval, ele fez uma promessa que na época ele era muito católico, se a Comunidade vencesse essa luta contra “o grileiro” que era o proprietário da terra, essa Comunidade ia se chamar Nossa Senhora do Livramento, por nos livrar assim [...] e depois de ganhar na justiça essa luta, a Comunidade foi registrada como Nossa Senhora do Livramento em 14 de outubro de 1986.” (entrevista com Sr. F.L.N., em 30 de abril de 2017).

O Sr. S.M.T., forneceu para esta pesquisa o primeiro mapa cognitivo (Figura 02), feito em 17 de fevereiro de 1983, o qual retrata suas lembranças de como era a Ilha do Mari em 1975.

Figura 02 – Desenho de 17 de fevereiro de 1983 retratando a Ilha do Mari em 1975



Fonte: Acervo do Sr. S.M.T., acesso em 30 de abril de 2017

¹² O nome do retratado grileiro na fala dos agentes sociais, foi substituído por “um grileiro” e “o grileiro”.

Em 2017, junto aos agentes sociais da Comunidade do Livramento, foi organizada uma Oficina de Mapas, com o apoio de pesquisadores do Projeto Nova Cartografia Social (PNCSA), para a produção de um Croqui da Comunidade (FIGURA 03). Ao observar as duas figuras, é possível ter uma dimensão, ao menos superficialmente, do impacto na mudança da paisagem com o aumento de 4 unidades familiares (FIGURA 02) para 590 habitantes entre 2013 e 2014 (Mariosa *et al.* 2014).

Figura 03 – Croqui da Comunidade Nossa Senhora do Livramento em 2017



Fonte: Oficina de Mapas PNCSA, 2017. Adaptado por Pedro Henrique Mariosa para este trabalho.

Não é foco, neste estudo, a análise da mudança da paisagem na Comunidade Nossa Senhora do Livramento e seus reflexos de ordem ecológica. Estas duas figuras (02 e 03) foram inseridas para demonstrar que restrições ambientais muitas vezes se fazem necessárias para evitar a supressão de terras, águas e florestas, e que é possível desenvolver atividades econômicas que conservem estes ecossistemas e garantam a reprodução física e social dos agentes sociais ali inseridos.

Vale lembrar que pouco antes da instituição da RDS do Tupé, a qual o Livramento pertence, havia uma predominância de atividades que utilizavam a subtração de recursos destes ecossistemas de maneira não sustentável, pautadas na produção de carvão vegetal e nas atividades de pesca utilizando explosivos, que ocasionou a supressão de algumas espécies de peixes (AGUIAR, 2007).

Caracterização Socioeconômica

Adentrando nas características socioeconômicas das atividades que hoje são desenvolvidas muito por conta destas restrições ambientais, foram identificados 20 agentes

sociais que declararam empreender alguma atividade rural não-agrícola, sendo que um deles empreende diferentes atividades em dois espaços separadamente.

Estes espaços serão aqui chamados de empreendimentos, o que ao todo foram contabilizados 21 Empreendimentos Rurais Não-Agrícolas¹³ (ERNA's) localizados na Sede da Comunidade do Livramento. O empreendimento é o local identificado pelo agente social, dotado de uma estrutura física, não necessariamente fixa, onde é desempenhada uma ou mais atividades econômicas.

As atividades agrícolas na Sede da Comunidade foram relatadas apenas em atividades complementares. Nestes 21 empreendimentos, a economia rural não-agrícola é diversa. Neste primeiro momento, o foco consistiu em entender como estes agentes sociais denominam a atividade rural não-agrícola principal que caracteriza o seu empreendimento, que variaram desde pequenos bares e restaurantes até centros culturais e associações. Desta autodenominação foi retirada a identificação e posteriormente agrupado por semelhança (TABELA 01).

Tabela 01 – Caracterização das atividades principais dos ERNA's (n=21) da Sede da Comunidade do Livramento

Tipo	Frequência	Frequência Relativa
Mercado ou mercearia	4	19,05%
Autônomo	2	9,52%
Centro Cultural	2	9,52%
Restaurante	2	9,52%
Associação Indígena	1	4,76%
Ateliê	1	4,76%
Balneário/Praia	1	4,76%
Bar	1	4,76%
Barqueiro	1	4,76%
Artesã	1	4,76%
Liga Desportiva	1	4,76%
Multivariadas	1	4,76%
Padaria	1	4,76%
Peixaria	1	4,76%
Pizzaria	1	4,76%
Total	21	100,00%

Quanto a classificação mais burocrática dos ERNA's, os agentes sociais declaram que seus empreendimentos podem ser: Microempresa (ME), Microempreendedor Individual (MEI), Associação, Cooperativa¹⁴ ou Projeto (Tabela 02). A respeito da formalização, estes podem ser formais ou informais. Neste trabalho, a constatação da formalidade, quando

¹³ Retratamos estes, durante esta caracterização como ERNA's ou simplesmente empreendimentos.

¹⁴ No caso "Cooperativa" faz referência a um cooperado (e não uma sede de cooperativa) de uma cooperativa instalada no perímetro urbano da cidade de Manaus residente na Comunidade do Livramento. Na cooperativa dos profissionais de transporte fluvial da Marina do David – COOP-ACAMDAF, todo cooperado é dono de sua força de trabalho e do capital, o que neste trabalho será considerado como uma cooperativa. Caso este trabalhador fosse empregado de forma assalariada pela cooperativa, não o consideramos como tal.

declarada, foi confirmada em um segundo momento a partir da análise da documentação apresentada pelos empreendedores.

No caso do Livramento, alguns critérios foram utilizados quando os moradores não souberam definir qual seria a própria classificação de seu empreendimento. Neste caso, tanto para ME, quanto para MEI, foram alocados nestas categorias aqueles com critérios semelhantes à outros empreendimentos locais que se declaram como ME ou MEI, tendo como critério principal para definição o número de trabalhadores, a saber: MEI contendo 1 ou 2 funcionários e ME 3 ou mais.

Dentre os ERNA's analisados a maioria é informal (76%). Dentre os formais (23%), temos uma representatividade de todos os tipos de empreendimentos encontrados na Sede da Comunidade do Livramento (Tabela 02).

Tabela 02 – Tipo e formalização dos empreendimentos (N=21) localizados na Sede Comunidade Nossa Senhora do Livramento.

Formalização	Tipo	Frequência	Frequência Relativa
Formal	Associação	1	4,76%
	Cooperativa	1	4,76%
	ME	1	4,76%
	MEI	1	4,76%
	Projeto	1	4,76%
Informal	Associação	2	9,52%
	Cooperativa	0	0,00%
	ME	6	28,57%
	MEI	7	33,33%
	Projeto	1	4,76%
Total Formal		5	23,81%
Total Informal		16	76,19%
Total Geral		21	100,00%

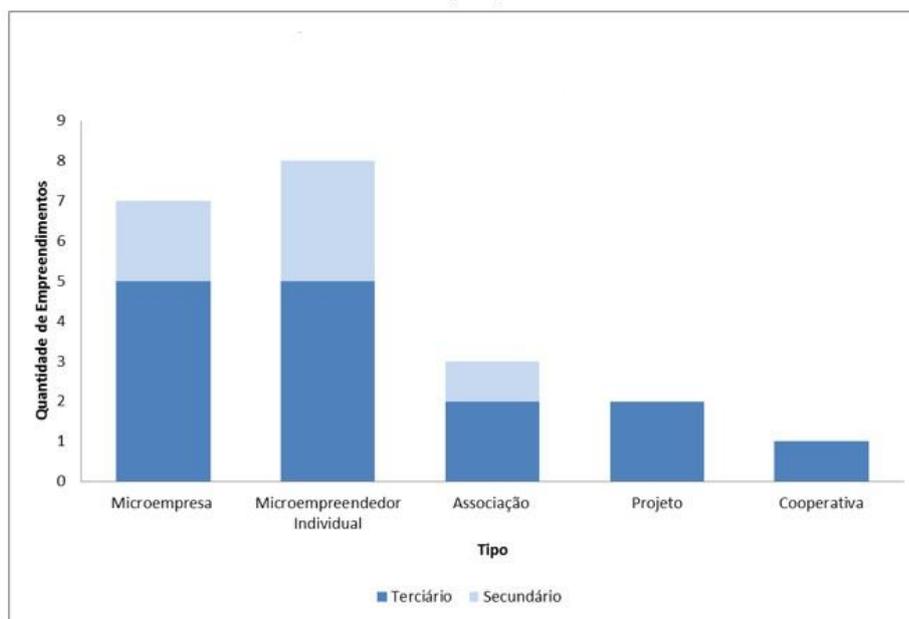
Para Hussmmans (2004), os empreendimentos informais são aqueles que não possuem registro legal, não apresentam dissociação entre entidade e proprietário, além da ausência de seguridade social e pagamento de impostos. Contudo, a realidade encontrada na Sede da Comunidade do Livramento se aproxima mais da visão apresentada pela Organização Internacional do Trabalho (ILO, 2013) onde não existe uma dicotomia na atual discussão sobre o trabalho informal e formal no que diz respeito a uma separação econômica e/ou do trabalho, sendo esta uma relação necessária e complementar entre estes setores.

Caso fossem considerados apenas os empreendimentos formais neste estudo, provavelmente existiriam reflexos na compreensão da dimensão socioeconômica e subsequentes análises sobre os ERNA's.

Sobre esta formalização então, dos 21 ERNA's identificados 15 (71%) são do setor terciário e 6 (29%) do setor secundário (Gráfico 01). Para fazer um paralelo entre os setores e as atividades declaradas, as do setor secundário, que envolve o beneficiamento de

produtos, giram em torno do artesanato (16,67%), do preparo e transformação de alimentos (33,33%) e outros tipos de beneficiamento artísticos (50%). Já o setor terciário envolve todas as outras atividades: comércio (53,33%), serviços pessoais e coletivos (33,33%), logísticas (6,67%) e outros (6,67%).

Gráfico 01 – Quantidade de empreendimentos (N=21) localizados na Sede Comunidade Nossa Senhora do Livramento por tipo e setor.



Segundo Liedholm (2007), dentre os novos empreendimentos criados no mundo, há uma década atrás, 1 em cada 5 são rurais não-agrícolas e metade destes não resistem até consolidar o terceiro ano de vida. Considerando todos os tipos de empreendimentos, em 2008 e 2009 “Os estados de Pernambuco, Amazonas e Acre são os que apresentam taxas de sobrevivência mais baixas, com 58%, 59% e 60% de taxa de sobrevivência¹⁵ para empresas com até 2 anos, respectivamente.” (SEBRAE, p.16, 2011), além da perspectiva para os anos seguintes também não ser positiva, sendo que:

“A taxa de sobrevivência evoluiu positivamente para a maioria das regiões e estados (...) Em 20 Unidades da Federação (AC, AL, AP, CE, DF, ES, MA, MG, MS, MT, PB, PI, PR, RJ, RR, RS, SC, SE, SP, TO) houve aumento da taxa de sobrevivência (...) apenas os estados AM, GO, PA, RO e RJ apresentaram redução na taxa de sobrevivência” (SEBRAE, p.16, 2011).

Em 2009, no Amazonas, aproximadamente 1 em cada 3 empresas sobreviviam até os 2 anos de vida, porém em 2010 este panorama muda e passa a ter 2 de cada 3 completando ao menos 2 anos de vida e mantem-se nesta média até o ano de 2012 (SEBRAE, 2016).

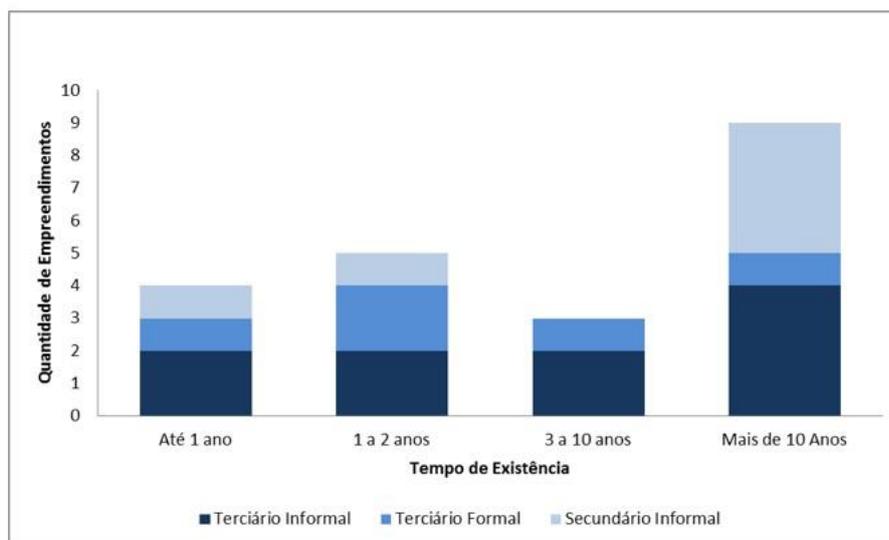
¹⁵ Taxa de sobrevivência refere-se ao número de empreendimentos que resistiram aos dois primeiros anos completos de atividade

O que se observou na Sede da Comunidade do Livramento entre o estudo exploratório (2016) e o período de trabalho de campo (2017) é que nenhum dos empreendimentos deixou de existir, o que ocorreu em apenas dois casos foi uma sazonalidade destas atividades, principalmente no setor informal, ao qual refletiu na mudança da autodenominação da atividade principal, mas não o desaparecimento de uma unidade econômica.

Segundo os agentes sociais entrevistados, a formalidade pode ser um impecílio ao desempenho de algumas atividades, dado que o custo fiscal de manutenção é constante, porém, a obtenção de renda com determinadas atividades não segue um fluxo contínuo, o qual segundo estes agentes, o receio de falência do empreendimento acarreta na opção por não formalização destes.

Ainda sobre taxa de sobrevivência, segundo IBGE (2016), aproximadamente 1 em cada 5 empresas existentes no Brasil, em 2014, possuíam um ano de existência ou menos, panorama semelhante ao encontrado na Comunidade, expresso no Gráfico 02.

Gráfico 02 – Tempo de Existência dos Empreendimentos (n=21) da Sede da Comunidade do Livramento, por setor e formalidade.



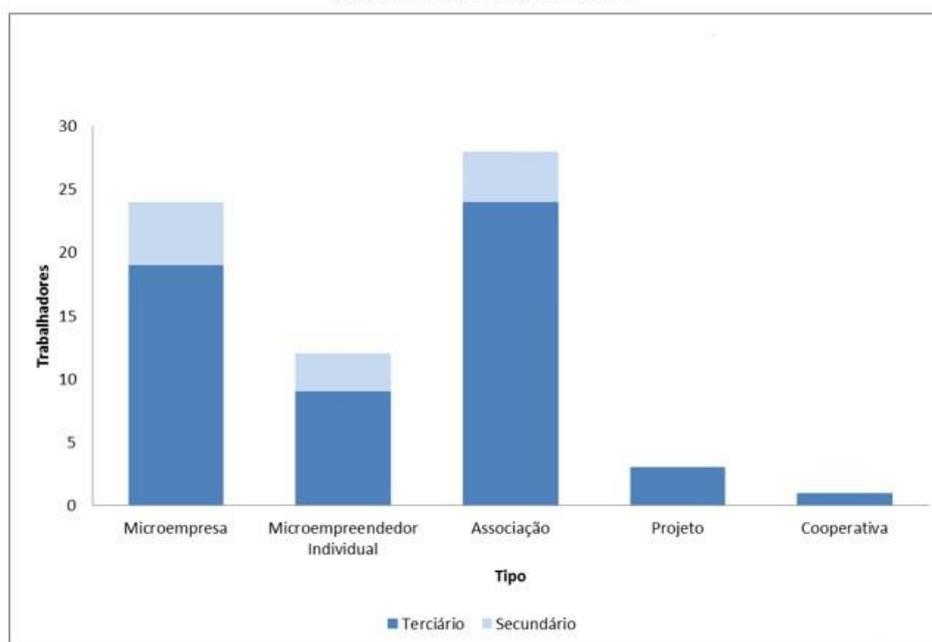
Nota-se uma ausência do setor secundário no intervalo de 3 a 10 anos, que pode ser entendido na análise do ramo de atividade do setor secundário que estamos falando. O empreendimento ligado ao ramo artesanato e outros três ligados ao ramo artístico mantém sua atividade à mais de 10 anos, já os outros dois, do ramo alimentício, existem com até 2 anos na Comunidade, o que pode sinalizar que as atividades do setor secundário ligadas à cultura, nesta localidade, possui estabilidade maior que à de outros ramos de atividades rurais não-agrícolas do setor secundário.

Sobre a quantidade de postos de trabalho gerados, ao todo 68 pessoas trabalham diretamente nestes empreendimentos dos setores secundário e terciário (GRÁFICO 03). Se levamos em conta que no último levantamento realizado entre os anos 2012 e 2014

(MARIOSA *et al.* 2014), o Livramento possuía 200 agentes sociais que permanecem na Comunidade todos os dias da semana, uma vez que destes, por volta de 50% destes são crianças e idosos. Avaliamos representativa a participação dos moradores em torno dos empreendimentos rurais não-agrícolas, sendo que, se considerarmos isto como parâmetro, aproximadamente 7 de cada 10 agentes sociais economicamente ativos estão envolvidos diretamente com estes ERNA's.

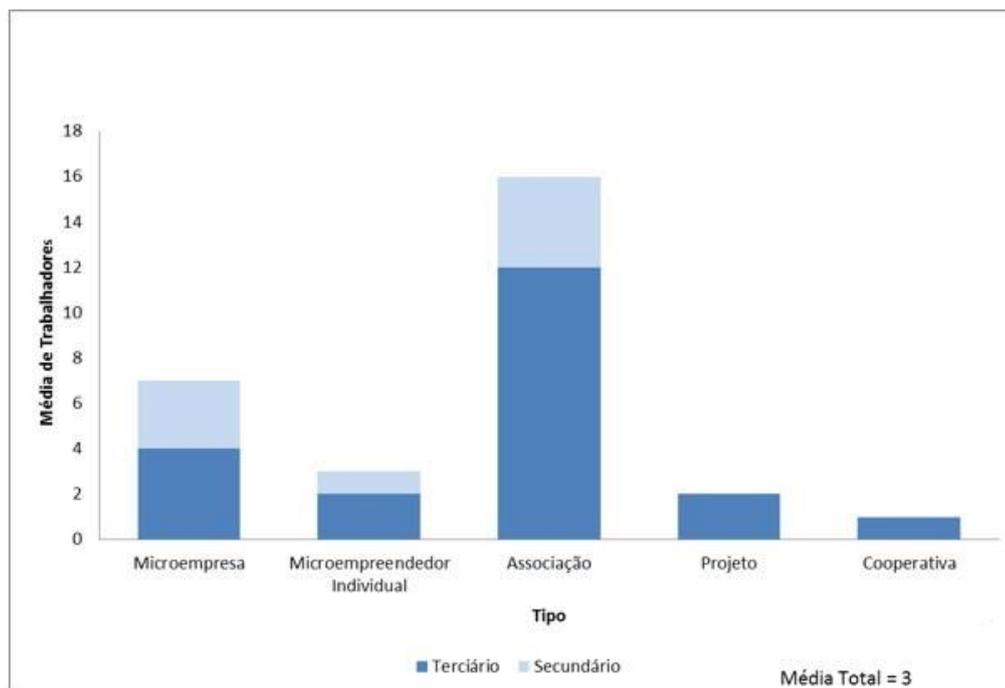
Ressalta-se aqui, que Haggblade *et al.* (2010) sinalizam que em algumas situações, para a consolidação das oportunidades de emprego não-agrícola, é exigido que parte dos familiares envolvidos nos empreendimentos migrem entre cidades rurais e centros urbanos, como estratégia de diversificação de obtenção de renda, e que na China, 1 em cada 4 domicílios que desempenham atividade rural não-agrícola, dependem de um membro familiar neste processo de migração. No Livramento este fato também foi observado que 5 dos 20 agentes sociais relataram possuir algum parente que trabalha em Manaus e compõe a renda familiar.

Gráfico 03 – Quantidade de trabalhadores (N=68) por tipo de empreendimento localizados na Sede Comunidade Nossa Senhora do Livramento.



A categoria associação, em relação à média de trabalhadores por tipo e setor, torna-se ainda mais representativa quando se considera à média de trabalhadores envolvidos diretamente, sendo aproximadamente 9 sujeitos por empreendimento (somando os dois setores) (GRÁFICO 04).

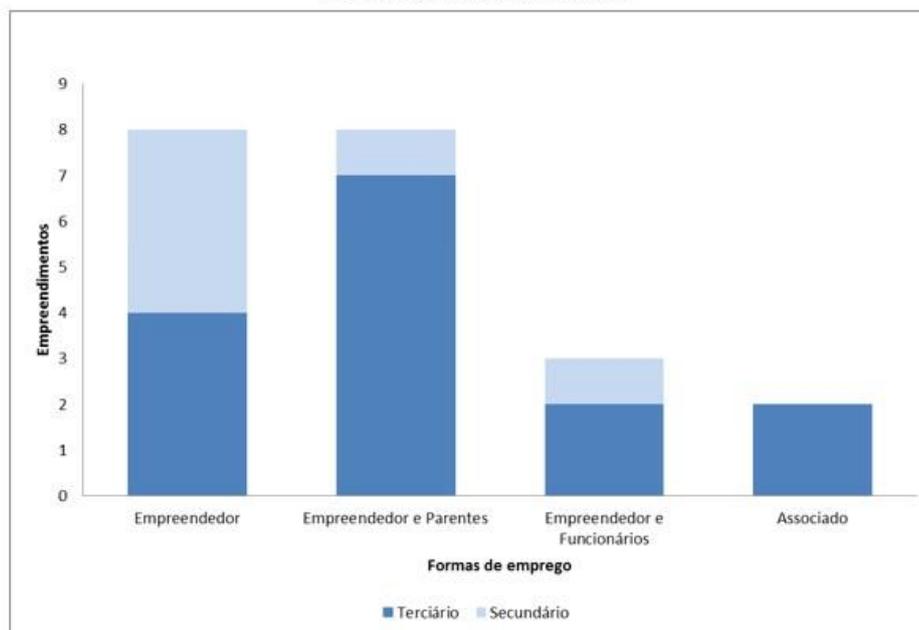
Gráfico 04 – Média de Agentes Sociais (N = 68) empregados diretamente por setor e tipo de empreendimento (n=21) localizados na Sede Comunidade Nossa Senhora do Livramento.



Foram incluídos no levantamento aqueles que desempenham papel como membro da diretoria dessas associações (diretores, secretários, tesoureiros, presidentes, líderes de produção), uma vez que neste levantamento estes desempenham papel fundamental para o funcionamento e manutenção dos projetos ativos. Segundo o IBGE *et al* (2012), a média nacional de emprego por associações privadas e sem fins lucrativos no Brasil é de 14 associados.

Esses empreendimentos não oferecem atividade apenas ao empreendedor, mas também a parentes, funcionários e associados (GRÁFICO 05). A divisão é aqui denominada “Empreendedor”, quando emprega apenas o empreendedor; “Empreendedor e Funcionários” quando estes contratados não possuem vínculo de parentesco com o empreendedor; “Empreendedor e Parentes” quando os trabalhadores possuem vínculo de parentesco com o empreendedor; e “Associados” quando aqueles que trabalham fazem parte da diretoria expressa no estatuto da associação.

Gráfico 05 – Forma de emprego proporcionada pelos empreendimentos (n=21) localizados na Sede Comunidade Nossa Senhora do Livramento.



O Livramento apresenta números sobre aqueles que empregam “apenas o empreendedor” superiores aos apresentados por Haggblade *et al.* (2010) no mundo, onde 25% dos empreendimentos rurais não-agrícolas empregam somente o próprio empreendedor. Estes autores ainda ressaltam que, corroborando com os dados da pesquisa, em algumas situações, este número pode ser um pouco mais representativo e, em alguns casos, tornam-se inclusive majoritários em relação aos empreendimentos que empregam para além do próprio empreendedor.

Em apenas um caso do setor secundário, o agente social, que se autodenomina como artesã, desempenha a atividade em família. O Agente Social 17¹⁶ (AS 17) desempenha uma série de atividades ligadas à unidade econômica familiar, seja com a produção artística (artesanato e danças), seja com a agricultura (roça) como atividade de autossuficiência, ambas com forte relação identitária, como evidenciado em sua fala:

“As coisas aqui é mais familiar mesmo, eu a vizinha, a mamãe, minha irmã. As nossas artes, as danças, as construções, a roça, tudo. Todo mundo ajuda, quando vamos fazer as coisas, juntar palha, lá no “vai quem quer”, passa 4 dias juntando palha e as coisas para fazer nossas coisas. Todo mundo ajuda como pode, tem uns que é melhor pra cortar, outro pra amarrar, outro cozinha, faz a farinha que é pra levar.”

(grifo nosso, entrevista com AS 17, no dia 17 de junho de 2017)

Este caso evidencia aquilo que Haggblade *et al.* (2007) dissertam como uma relação intrínseca entre a obtenção de ganhos em atividades econômicas rurais e não-rurais. Os mesmos autores ressaltam que, em países da África e da América Latina, há uma

¹⁶ Foram identificados os agentes sociais de 1 a 20, para manter a confidencialidade das identidades, de acordo com o Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Amazonas – (CEP/UFAM), com aprovação obtida por meio do N° do parecer 2.077.742. Os Empreendimentos Rurais Não-agrícolas também foram identificados, de 1 a 21

complementariedade entre atividades agrícolas e não-agrícolas, proporcionando a obtenção para cada 1 dólar em atividades agrícolas, de 0,3 a 0,5 dólar em atividades não-agrícolas exercidas simultaneamente.

No que se refere à renda e faturamento neste estudo foram tidos como sinônimos, dado que os agentes sociais assim o percebem, quando utilizam denominações como, o quanto: “entra, ganha, dá pra tirar, fatura”. Houveram algumas tentativas de se aferir a lucratividade, mas a mesma é percebida pelos moradores como a capacidade de subsidiar as contas do negócio e obter uma sobra satisfatória. Apesar de métricas rígidas de controle sobre a formação de preço, liquidez, margem de contribuição e sobre a demonstração do resultado do exercício não serem práticas locais, isso não significa que não haja controle por parte dos agentes sociais responsáveis pelos ERNA's. Na observação direta foram constatadas formas peculiares de realizar este controle financeiro, como cadernetas com separação do consumo por morador e troca solidária de produtos por horas de trabalho, além de outras formas peculiares de pesquisa de mercado e formação de preço de produtos, como o mimetismo quanto ao preço que um vizinho vende determinado item (nos setores secundário e terciário) ou estratégias fixas como retirar o custo de transporte e colocar 50% de margem de contribuição no produto (somente no setor terciário).

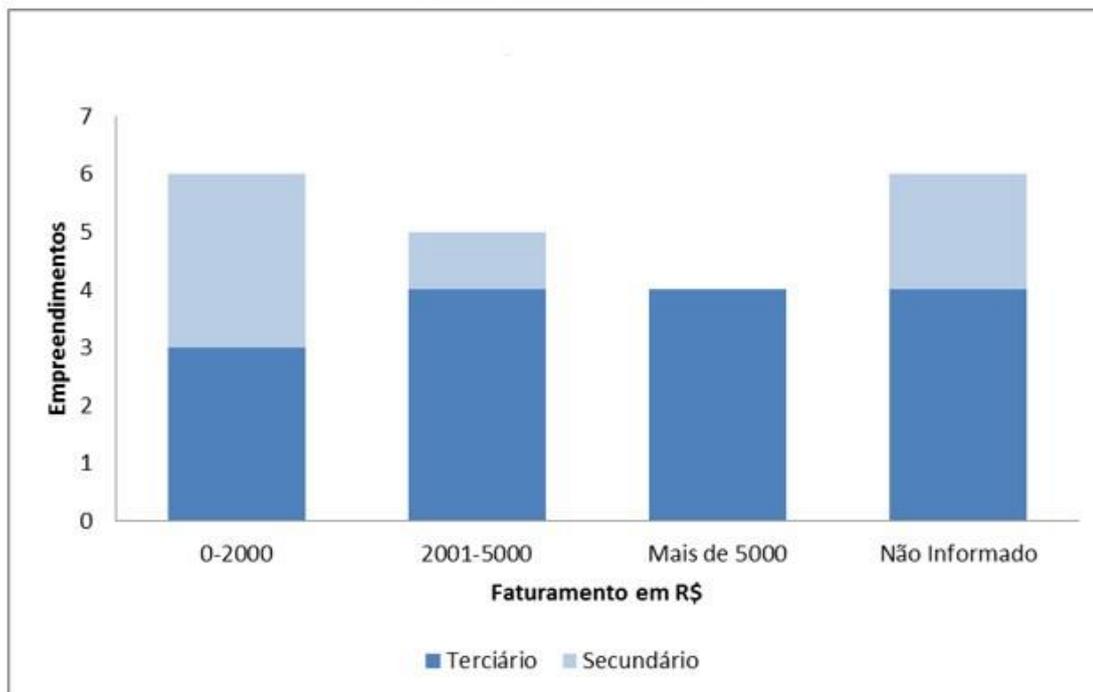
Foi constatado que os empreendimentos de setor terciário demonstram um melhor desempenho em relação aos do setor secundário (GRÁFICO 06), porém a relação do faturamento médio mensal por trabalhador é equilibrada sendo no setor secundário o valor de R\$ 657,14 e no setor terciário de R\$ 783,33 por trabalhador.

Apesar de sempre surgirem algumas controversas sobre a média representar a realidade de uma localidade, comparando média com média, o IBGE (2010), em Manaus, relatou que os domicílios rurais obtinham renda média mensal com um valor de R\$ 971,40, com a média por trabalhador de R\$ 485,70 (2 trabalhadores ativos por domicílio), o qual representa valores aproximadamente 26% menores em relação ao setor secundário e 38% em relação ao terciário dos ERNA's da Comunidade do Livramento.

Esta diferença ainda é maior se comparado com atividades não-agrícolas em outras regiões da Amazônia, como retrata o estudo apresentado por Junior, Martins e Herrera (2015) sobre a renda obtida em atividades não-agrícolas no Projeto Assentamento Cupiúba – PA, na Amazônia Ocidental, que constatou média mensal obtida por trabalhador de R\$ 341,33 (R\$ 4.094,94 anual). Em nível nacional os valores do Livramento se aproximam do constatado pelo DIEESE (2011) há quase 1 década atrás, onde os domicílios rurais com atividades não-agrícolas no ano de 2009 possuíam rendimento médio de R\$ 1.172,00, também com a média pouco superior a 2 trabalhadores ativos por domicílio (R\$ 586,00 por trabalhador). Barrera, Reardon e Webb (2001) apontam que em áreas rurais com proximidade de uma área urbana, há um aumento nas oportunidades de diversificação e

produção de renda em atividades não-agrícolas, além de circulação de gastos desta renda obtida, o que pode explicar estes valores superiores apresentados neste estudo.

Gráfico 06 – Faturamento por setor dos empreendimentos (n=21) localizados na Sede Comunidade Nossa Senhora do Livramento.

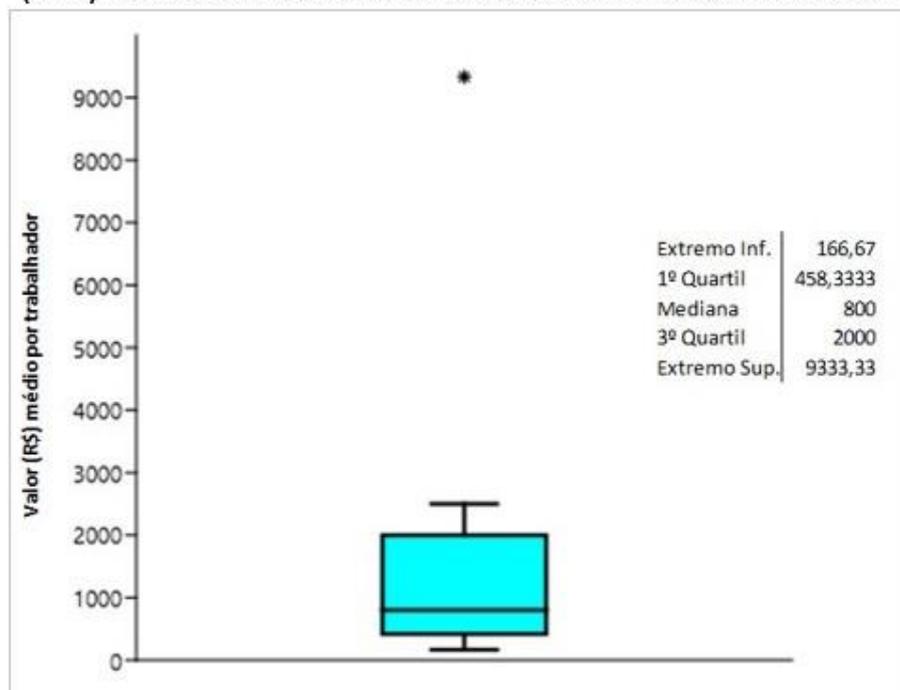


Importante ressaltar que há um *outlier*¹⁷ que eleva a média por trabalhador muito acima à encontrada nos ERNA's. O ERNA 12 foi considerado *outlier* neste estudo por apresentar um afastamento significativo dos demais pontos da série, sendo este prejudicial para interpretação dos dados. Neste caso, o empreendimento possui média de faturamento mensal por trabalhador de R\$ 9.333,33, valor acima de três desvios padrões em relação à mediana (R\$800,00) (GRÁFICO 07). Além da questão quantitativa da distorção dos dados, este não fora considerado nos cálculos apresentados sobre média de faturamento por trabalhador no parágrafo anterior, por conta deste ser o único ERNA que emprega “empreendedor e funcionários” que não realiza a divisão dos resultados, realizando o pagamento de pouco mais que um salário mínimo aos seus dois funcionários.

Ao designar o ERNA 12 como *outlier*, não significa que este empreendimento seja considerado um estranho no Livramento por sua forma de operar, muito pelo contrário, apesar de possuir características singulares que o diferencia em relação aos dados socioeconômicos dos outros empreendimentos da comunidade, esse é parte integrante e fundamental para o atendimento de itens de primeira necessidade e auxilia a dinâmica de outros empreendimentos rurais da localidade.

¹⁷ Outlier, para Gladwell (2013), é um ponto dentre os dados que apresenta um afastamento significativo dos demais pontos da série, sendo este prejudicial para interpretação dos dados.

Gráfico 07 – Faturamento médio (R\$) por trabalhador dos empreendimentos (n=15) localizados na Sede Comunidade Nossa Senhora do Livramento.

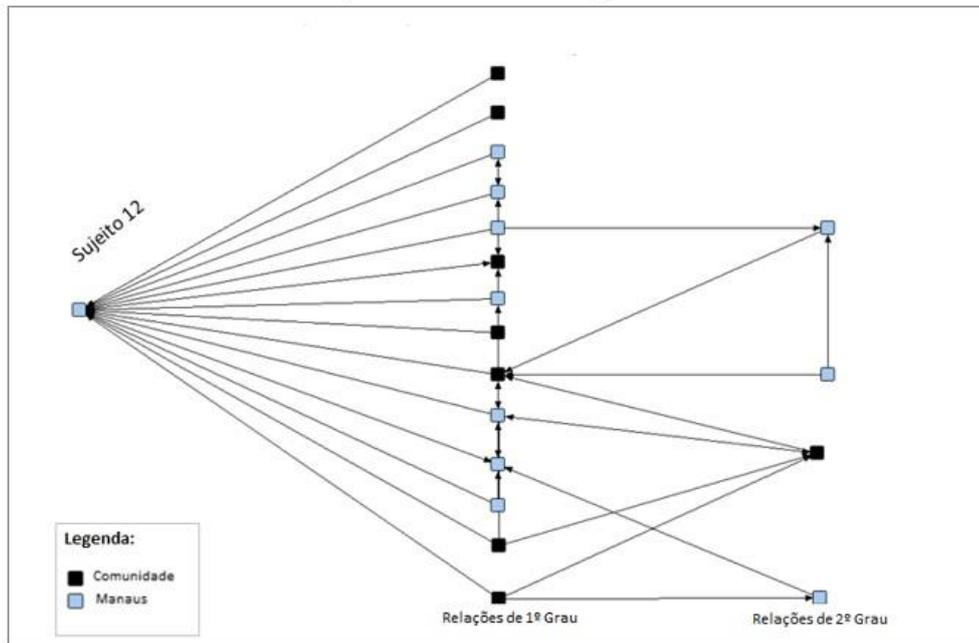


A proximidade com Manaus ressignifica o papel do atravessador que, para Lima (2006) pode se traduzir na figura do regatão e do pequeno patrão e atualmente ainda é meio de acesso a bens de consumo essenciais, não essenciais e também é canal para o escoamento da produção. Em comunidades distantes, o atravessador, pequeno patrão ou regatão pratica a mesma operação de lucro duplo, próprio do sistema de aviamento, onde uma pequena porcentagem advinda da venda de mercadorias é revertida para o produtor e a maior parcela proveniente da venda da produção adquirida fica com ele. No caso da Comunidade do Livramento, o papel deste atravessador não é dissociado do papel de morador local, ele perde o viés de exploração e passa a desempenhar o papel de distribuidor, sem apropriar-se da relação de lucro duplo (margem de contribuição + juros).

Adentrando um pouco nesta dinâmica de recursos entre os empreendimentos locais na relação de fornecedores, uma ilustração, como a da Figura 04, destaca as relações de compra entre os empreendimentos, utilizando o ERNA 12 como centralidade e evidencia sua representatividade na dinâmica de recursos da Comunidade. Esta centralidade é demonstrada na quantidade de relações de primeiro grau que este possui, além de atingir todos os agentes sociais da comunidade no máximo em 2 graus de distância.

A forma com que os empreendimentos empregam é diferente da forma com que estes empreendimentos fazem a distribuição da renda obtida ao desempenhar de suas atividades. A divisão da renda é interpretada neste estudo como a forma de partilha da renda total adotada pelo responsável do empreendimento em relação àqueles que ali trabalham, familiares e outros dependentes.

Figura 04 – Fluxo de relações de compra e dos empreendimentos (n=19) do Livramento a partir do Empreendimento Rural Não-Agrícola 12



Para ilustrar esta diferença, em três empreendimentos que possuem “Empreendedor e Parentes” como forma de emprego, os Agentes Sociais (AS) 01, 03 e 20 praticam formas diferentes de divisão da renda. O AS 01, um mercado MEI formal do setor terciário, emprega além da empreendedora, o marido, e a divisão de renda é individual, uma vez que toda renda obtida é destinada somente à empreendedora. Neste caso, o marido doa sua força de trabalho pela retribuição simbólica da estruturação do empreendimento, pois o marido declara possuir outra fonte de renda obtida em Manaus, o que corrobora com a afirmativa feita por Haggblade *et al.* (2010) sobre a necessidade de deslocamento para obtenção de renda.

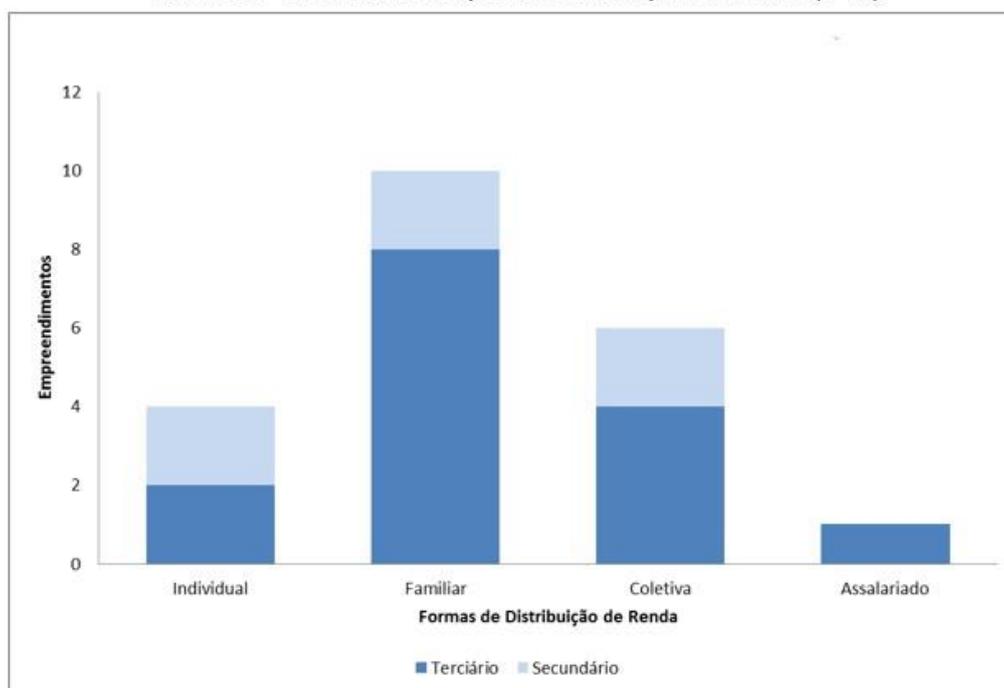
Figura 05 – Sinalização do ERNA 20 sobre a sensibilização para a troca



O AS 03, uma mercearia MEI informal do setor terciário, por sua vez, tanto emprega a família nos negócios, quanto destina a renda às necessidades de sua família nuclear. Outro caso de “Empreendedor e Parentes” é o AS 20, centro cultural e projeto informal do setor terciário, tem o auxílio no trabalho do marido na promoção de uma denominada “Feira do Troca” comunitária, sendo que toda contribuição de qualquer natureza (material, simbólica, etc.), possui o objetivo de beneficiar os participantes da feira, logo, a divisão da renda é coletiva.

Ressalto aqui que o AS 20 é autossuficiente por renda obtida por meio de aposentadoria, já o ERNA 20 opta por conceito e filosofia de trabalho, não permitir a circulação de papel moeda, uma vez que este ERNA é destinado à sensibilização da Comunidade à troca de bens. A renda, para este, traduz-se na movimentação de bens e serviços não monetários (Figura 05).

Gráfico 08 – Divisão da renda por setor dos empreendimentos (n=21)



Estes três AS's explicitam o quanto esta caracterização socioeconômica não possui a capacidade e nem a pretensão de criar generalizações sobre os empreendedores, uma vez que este panorama socioeconômico não é explicativo, mas compreensivo e, dada a particularidade de cada tipo de empreendimento, existem dificuldades da determinação de correlação entre variáveis e de apontar porquês e respostas. A divisão total por setor e forma de distribuição está no Gráfico 08.

Mesmo aqueles empreendimentos que empregam funcionários, em sua maioria, optam por fazer a distribuição de renda de forma coletiva, tendo apenas o AS 12, como aquele que realiza a distribuição de renda do empreendedor ao funcionário (externo e não parente) na forma de pagamento de salários, como já retratado anteriormente. Os outros

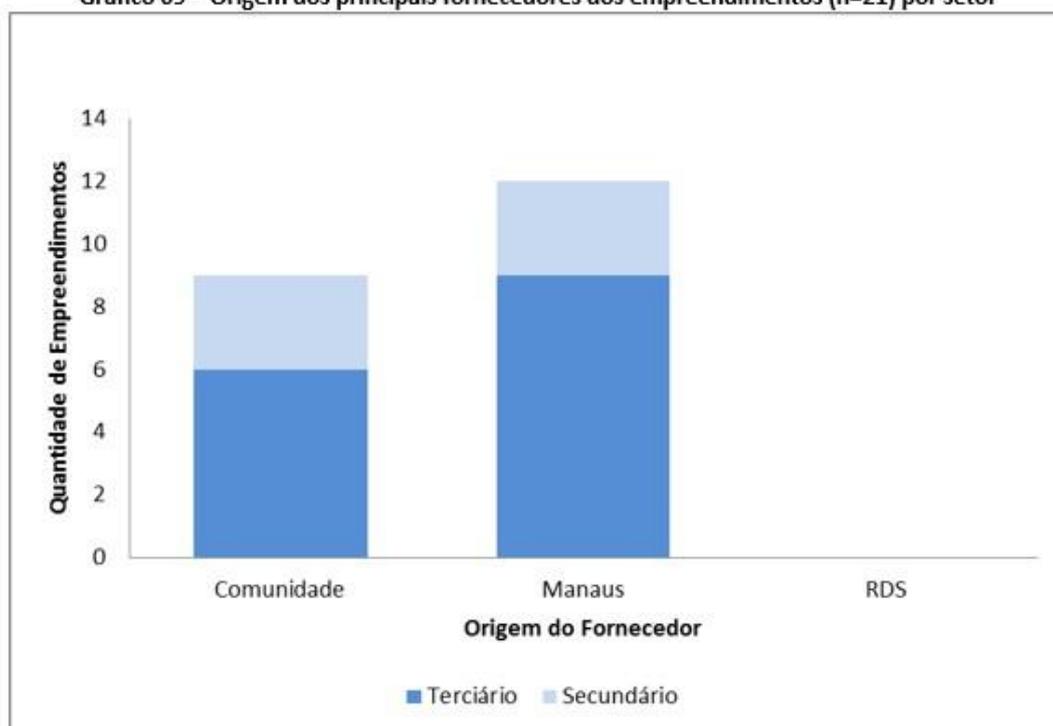
dois, AS 07, restaurante ME informal do setor secundário e o AS 15, balneário ME informal do setor terciário, fazem a distribuição da renda de forma coletiva e igualitária.

A divisão de renda obtida nos empreendimentos possui uma representatividade para a distribuição “Familiar” da renda (quando o objetivo da renda é subsidiar o pagamento de agentes sociais que auxiliam ou não nas atividades) em detrimento das outras formas, tais como: a distribuição “Individual” (quando a finalidade da renda é voltada apenas ao indivíduo empreendedor ou a manutenção do empreendimento); a já citada “Coletiva” (quando a renda destinada atinge indivíduos para além do empreendedor e de sua família, seja esta nuclear ou extensa); e a “Assalariada” (quando a renda gerada remunera os trabalhadores, além do empreendedor, na forma de pagamento formal de salário).

Dinâmica de Funcionamento dos Empreendimentos

Além das características socioeconômicas do empreendimento, os ERNA's possuem uma dinâmica de funcionamento e algumas peculiaridades sobre a essência destes. Inicialmente, nas conversas com os AS's sobre os fornecedores dos insumos e mercadorias que adquirem para desempenhar suas atividades, estes apontaram apenas duas origens: aqueles que compram os insumos e mercadorias da "Comunidade" do Livramento e os que compram recursos e mercadorias de "Manaus". Não foi encontrado nenhum empreendedor que obtém recursos provindos, por exemplo, de outras Comunidades do perímetro interno e da zona de amortecimento da RDS e nem de lugares para além de Manaus. A origem dos principais fornecedores dos empreendimentos, por setor, está disposta no Gráfico 09.

Gráfico 09 – Origem dos principais fornecedores dos empreendimentos (n=21) por setor



No que se refere à inexistência de relação de compra de outras Comunidades da RDS, pode significar um potencial para o abastecimento local de itens provindos do setor primário, uma vez que existem Comunidades da zona de amortecimento e do perímetro interno que desenvolvem práticas do setor primário e que, ainda que sem escala, poderia ser suficiente para substituir alguns produtos provindos de Manaus, o que eliminaria atravessadores e reduzia custos de transporte.

Haggblade *et al.* (2010) alertam sobre o desempenho da economia rural não-agrícola integrada a uma forte economia com base na economia rural agrícola próxima a áreas urbanas em crescimento, algo que não vem sendo aproveitado no Livramento. Um dos exemplos de produtos não beneficiados adquiridos em supermercados de Manaus está representado na Figura 06:

Figura 06 – Pimentão adquirido em Manaus e embalado na Comunidade



O AS 07 relata que há uma mudança no tipo dos produtos que os ERNA's do setor terciário adquirem, alguns passando a trabalhar apenas com produtos industrialmente processados, obtidos em Manaus para a comercialização na Comunidade, tais como enlatados, por exemplo, e outros que agora passam também a adquirir produtos não industrializados em supermercados na cidade de Manaus, uma vez que a produção local é escassa.

Este paradigma referido acima foi observado em países na América do Sul (FAIGUENBAUM *et al.* 2002), Ásia e África (REARDON *et al.* 2007), em estudos que demonstram os reflexos da entrada de redes nacionais de supermercados em cidades próximas de áreas rurais, trazendo consigo um aumento na oferta de produtos industrializados fornecidos à preços baixos. Tal ação resulta no aumento de consumidores e cria um desafio competitivo para a economia rural não-agrícola, principalmente para aqueles

que processam e comercializam alimentos tradicionalmente preparados. Reardon *et al.* (2007) ainda afirmam que a inversão na demanda de produtos tradicionalmente processados e preparados por produtos industrialmente processados, de consumo imediato e baixo preço, é uma tendência no varejo moderno e acaba direcionando a compra destes produtos para alguns fornecedores industriais e/ou médios e grandes empreendimentos rurais não-agrícolas, uma vez que as redes de mercado nacionais exigem padrões de qualidade para adquirir estes produtos, como volume constante e uniformidade. Estas exigências de padrões de qualidade, como tendência de mercado, agora apresentam-se para além de produtos industrialmente processados, refletindo também em produtos *in natura* a granel e apenas embalados (Figura 06 e 07). Na Figura 07, todos os produtos são provindos de Manaus.

Figura 07 – Itens processados e *in natura* vindos de Manaus

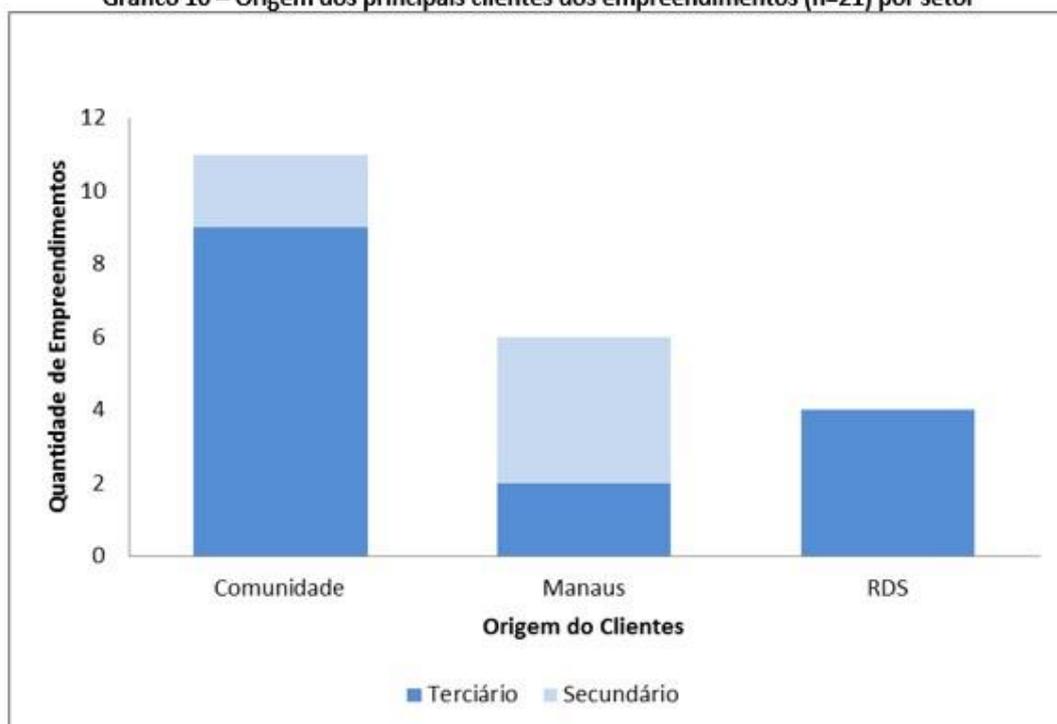


Em contraponto, existem aqueles empreendimentos que adquirem os itens diretamente na Comunidade (42,85%), não tendo o preço como fator preponderante na decisão de compra destes. Outros fatores entram nessa conta, como facilidade, necessidade ou, em alguns casos, por valores, como revelado na fala do AS 02, restaurante MEI informal do setor secundário, quando questionado sobre quais seriam seus principais fornecedores e que argumenta que compra “no “ERNA 12” e no “ERNA 01”. E vai gerando emprego aqui, lá (no AS 12) ele emprega dois lá e aí acaba ficando aqui o dinheiro.” (entrevista com AS 02, no dia 02 de junho de 2017).

Diferente da origem dos fornecedores, na origem dos clientes (GRÁFICO 10) aparecem alguns empreendimentos que possuem as Comunidades da RDS como principais clientes, sendo estes ERNA's todos do setor terciário: a) Uma associação ligada aos esportes, que promove torneios de futebol regularmente, o que potencializa a visitação aos

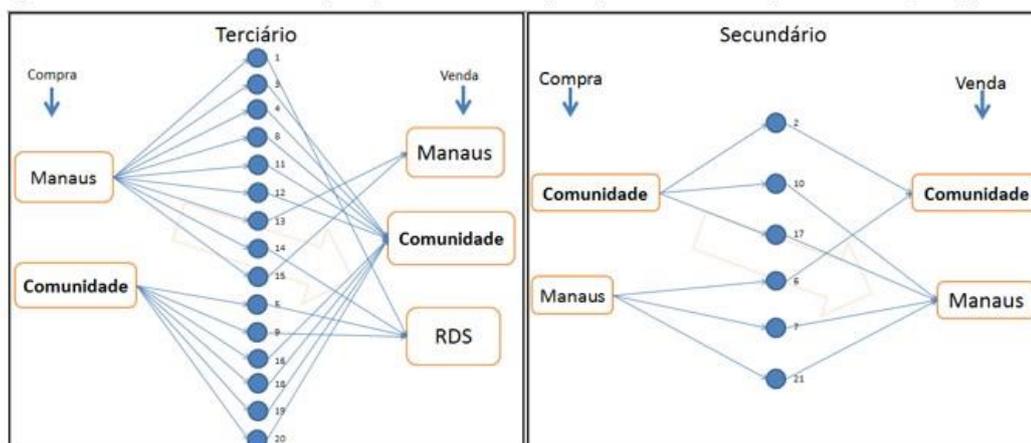
finais de semana, entre 200 a 250 pessoas, com origem nas Comunidades do entorno; b) Um bar que absorve boa parte destes frequentadores, fornecendo bebidas e assados; c) Um de barqueiro que transporta estes clientes no igarapé Tarumã-Mirim; d) e um mercado localizado na entrada principal (na cheia) e vende produtos à preços semelhantes aos de mercados de Manaus, o que permite que clientes das Comunidades do entorno lancem mão de tempo e dinheiro com o deslocamento até a metrópole.

Gráfico 10 – Origem dos principais clientes dos empreendimentos (n=21) por setor



Já é possível começar a vislumbrar o direcionamento dos itens adquiridos, beneficiados, produzidos e fornecidos pelos empreendimentos não-agrícolas. Os empreendimentos do setor terciário direcionam seus produtos de Manaus (9) e da Comunidade (6) em direção à Comunidade (9) e a RDS (4) e do setor secundário da Comunidade (3) em direção a Manaus (4), representado na Figura 08.

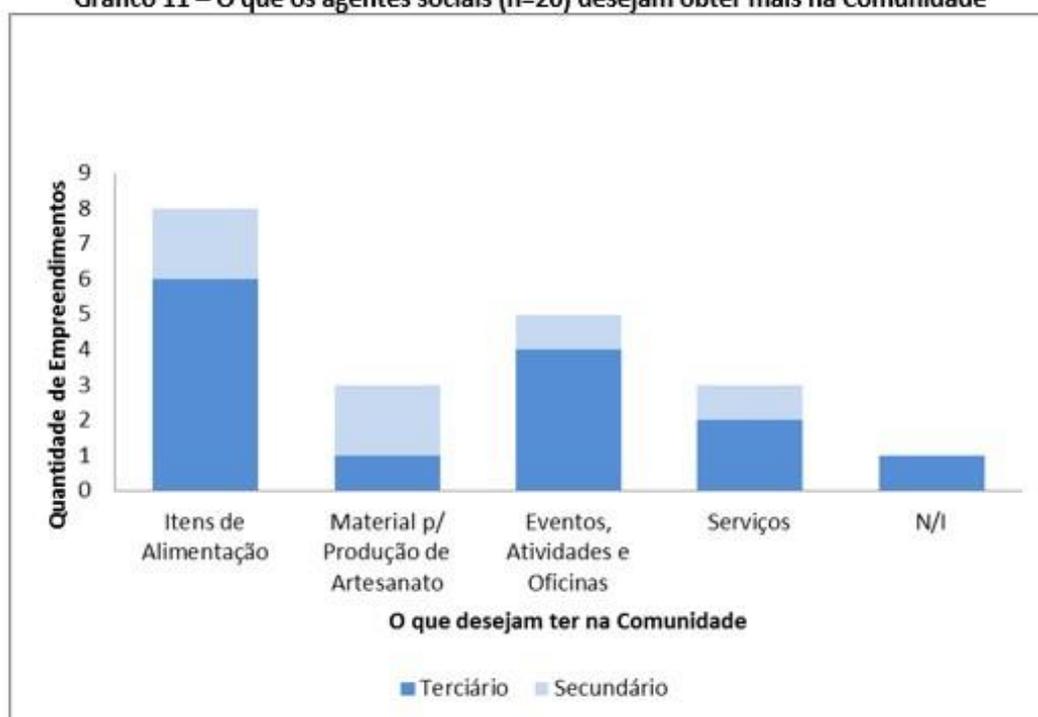
Figura 08 – Cruzamento do fluxo dos principais fornecedores e principais clientes dos empreendimentos (n=21) por setor



A baixa representatividade de produtos beneficiados na Comunidade pode ser observada empiricamente, uma vez que estes normalmente não estão à disposição nos comércios locais, apresentando uma lacuna importante sobre a cooperação entre setor secundário e setor terciário na Comunidade. Esta lacuna pode também indicar o porquê do direcionamento da Figura 08, pois se houvesse uma integração, poderiam ser bem mais aproveitados os espaços de exposição do setor terciário pelos empreendedores do setor secundário, aumentando a compra do setor terciário e a venda do setor secundário na Comunidade.

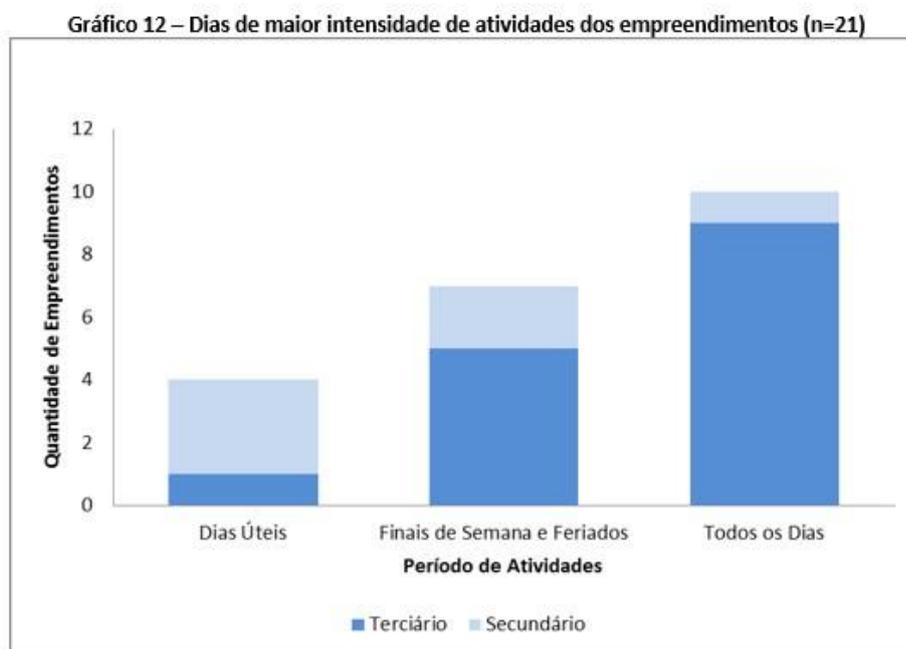
Isso não quer dizer que os AS's não possuam o interesse em obter mais produtos/insumos na Comunidade, muito pelo contrário, durante as conversas sobre a dinâmica de entrada e saída de produtos, procurou-se indaga-los sempre sobre o que eles gostariam que tivessem a mais na Comunidade, isso não restrito ao consumo, deixando esta pergunta totalmente em aberto e, em resposta à ela, apenas 1 AS se mostrou satisfeito com a oferta de produtos/insumos interna. Do total de 19 AS's, 8 (42%) sinalizaram o desejo em obter itens relacionados a alimentação e 3 (16%) desejam obter mais insumos para a produção de artesanato, totalizando 58% voltados a obtenção de produtos/insumos. Os 8 AS's restantes sinalizam outras necessidades, 5 (26%) dissertam sobre o desejo de ter mais eventos, atividades recreativas e oficinas e os outros 3 (16%) revelaram a necessidade de serviços como pagamento de contas, internet gratuita e manutenção de máquinas e equipamentos. A representação gráfica por setor está disposta no Gráfico 11.

Gráfico 11 – O que os agentes sociais (n=20) desejam obter mais na Comunidade



Cabe uma ressalva sobre o desejo de materiais para a produção de artesanato do AS 16, em específico, pois este desenvolve projetos voltados a valorização da língua e cultura indígena e enxerga no desenvolvimento do artesanato uma prática educativa de afirmação da identidade indígena local, além de permitir intercâmbio entre os saberes de diversas etnias.

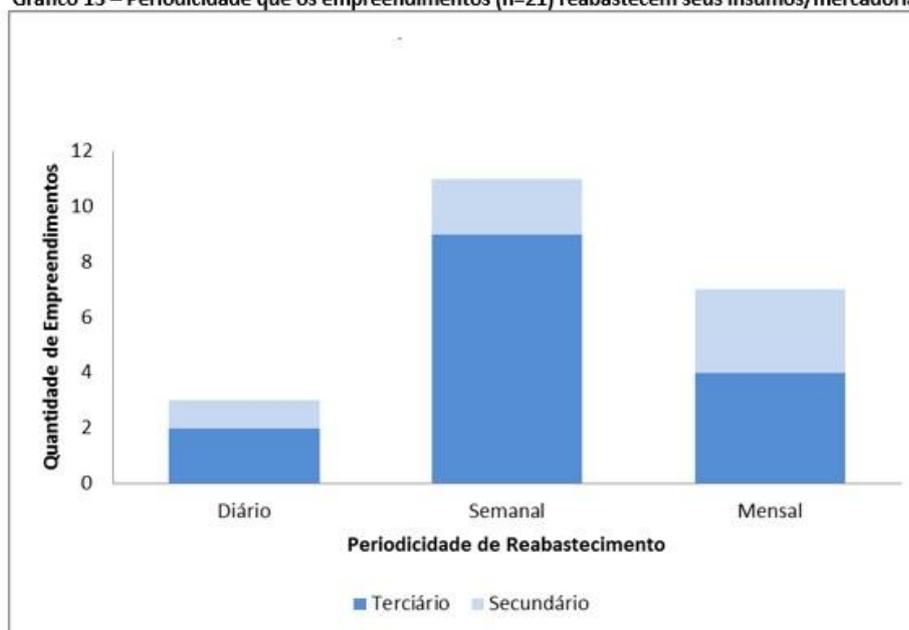
Em relação aos dias de maior intensidade das atividades (GRÁFICO 12) dos ERNA's, existe uma predominância daqueles que desenvolvem atividades todos os dias. Nestes casos, geralmente do setor terciário, destinam seus comércios e prestação de serviços: i) durante a semana ao atendimento da Comunidade e ii) durante o final de semana ao atendimento de turistas e veranistas.



Só existem dois ERNA's que desempenham suas atividades exclusivamente nos dias úteis, o ERNA 02 e o ERNA 16. O ERNA 02 é um restaurante que fornece comida aos funcionários públicos da escola municipal e do posto de saúde e o ERNA 16 desenvolve um projeto de ensino complementar ao ensino formal para a valorização da língua e cultura indígena, em horário complementar ao da escola municipal.

De acordo com os dias em que um empreendimento intensifica suas atividades, existe também uma dinâmica de reabastecimento específica de seus produtos, insumos e/ou mercadorias, sendo que, apenas 3 destes fazem este reabastecimento diariamente, pois compram de fornecedores na Comunidade. A maioria dos ERNA's realizam esta compra semanal e também parte significativa fazem esta compra mensalmente (GRÁFICO 13).

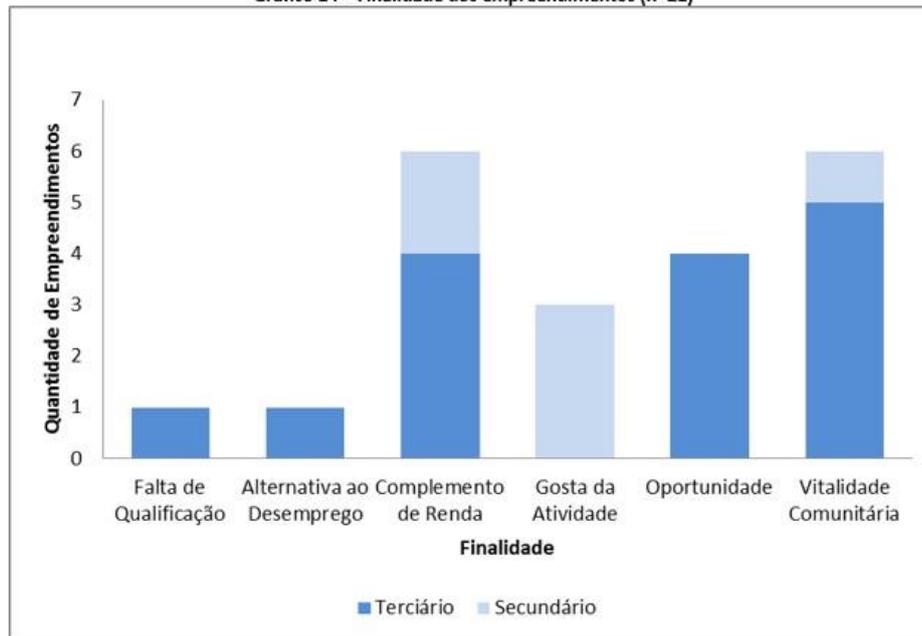
Gráfico 13 – Periodicidade que os empreendimentos (n=21) reabastecem seus insumos/mercadorias



Como 18 dos 21 empreendimentos desempenham suas atividades aos finais de semana (GRÁFICO 12), há uma tendência ao reabastecimento semanal em 11 destes (GRÁFICO 13), tendo a sexta-feira como o dia mais recorrente de reabastecimento das mercadorias e insumos (8 relatos), dia em que os AS's fazem a contagem do estoque e, pela parte da manhã, costumam ir à metrópole adquirir o material necessário para o desempenho de suas atividades, além de muitos deles aproveitarem para pagar contas e realizar movimentações bancárias, entre outros.

Cada um dos AS's cria e mantém um empreendimento na Comunidade do Livramento por razões singulares (GRÁFICO 14). Alguns alegam que estes empreendimentos têm a finalidade de complementar a renda da família, outros enxergam oportunidades ao desenvolver estes, alguns dissertam sobre o empreendimento ser uma alternativa ao desemprego, alguns por falta de qualificação técnica formal, outros por simplesmente permitir desenvolver a atividade que gosta e, por fim, alguns alegam possuir o sentimento de vitalidade comunitária, como expresso na fala do AS 16 sobre a valorização e transferência do saber de línguas indígenas: "(...) Tem parentes que acha que não pode passar a língua indígena pros outros (...) meus pais falam fluente, aprendi com eles" (entrevista com AS 16, no dia 12 de junho de 2017).

Gráfico 14 – Finalidade dos empreendimentos (n=21)



Um caso, o AS 07, que é responsável pelo ERNA 07 e 08, relata que cada um de seus empreendimentos tem sua finalidade, um como “alternativa ao desemprego” e outro como “oportunidade” que surgiu a partir do primeiro. Apesar do contraste entre o setor secundário e terciário em “gostar da atividade” e enxergar uma “oportunidade” no empreendimento, que poderia ser alvo de explicações e indagações, o que chamou realmente a atenção no Gráfico 14, foi a quantidade de empreendimentos com a finalidade de “vitalidade comunitária”. A vitalidade comunitária como fator de competitividade é pouco citada dentro dos estudos e relatórios elaborados pelos diversos autores apresentados neste estudo. Talvez este seja um dos motivos que levam à algumas constatações feitas por Reardon *et al* (2007), quando estes concluem que algumas famílias, que desenvolvem atividades rurais não-agrícolas, se contrapõem e algumas vezes superam os desafios da venda de produtos processados em áreas tidas como rurais ou periurbanas. Abre-se aqui precedentes para pesquisas sobre a rede de relações entre os agentes sociais que permeiam estas atividades rurais não-agrícolas da Sede da Comunidade do Livramento.

CONCLUSÃO

Demonstramos neste estudo, as características socioeconômicas de atividades rurais não-agrícolas, que podem sim ser uma alternativa à atividades que utilizam diretamente os recursos naturais de ecossistemas como terras, águas e florestas. Em síntese, relatou-se as estas características socioeconômicas da economia rural não-agrícola, na Sede da Comunidade do Livramento, na perspectiva e características dos próprios agentes sociais. Além das características socioeconômicas, foi apresentado também a dinâmica de funcionamento e a finalidade de existência destes.

Sobre as características, concluiu-se que nas atividades principais, o setor terciário (71%) possui predominância na Comunidade. Além disso, 48% dos empreendimentos possui relação com o fornecimento de alimentos na localidade, entre bares, restaurantes, padaria, peixaria, mercados e mercearias. Há uma predominância nos empreendimentos do setor informal (76%), geralmente microempresa (29%) ou microempreendedor individual (33%). Sobre a taxa de sobrevivência, 43% dos empreendimentos que declaram ter mais de 10 anos de existência, destes, apenas um empreendimento rural não-agrícola é formal, o que pode sinalizar a formalidade como entrave para esta sobrevivência prolongada. A alta taxa de sobrevivência aponta para uma pluriatividade exercida pelos empreendedores locais, com destaque à vitalidade comunitária existente no Livramento.

Os empreendimentos envolvem diretamente em suas atividades 68 agentes sociais, sendo que 75% destes estão alocados nas microempresas (35%) ou em associações (40%). Em relação à média de trabalhadores por empreendimento, as associações tornam-se ainda mais representativas, com uma média de 9 trabalhadores por associação, porém abaixo da média nacional de 14 associados. Sobre a forma de emprego proporcionada pelos empreendimentos rurais não-agrícolas, 76% dos empreendimentos empregam apenas o empreendedor (agente social responsável pelo empreendimento) ou empreendedor e parentes, ambos em igual proporção.

A média de faturamento dos empreendimentos por trabalhador é de 657,12 reais no setor secundário e de 783,33 reais no terciário, tendo a mediana dos dois setores de 800,00 reais, valor este, inferior ao constatado em estudo em nível nacional, porém superior à estudo realizado no Pará. A distribuição de renda obtida nestes empreendimentos é predominantemente familiar (48%), porém cabe ressaltar que a distribuição de renda de forma coletiva (29%) supera a individual (19%).

Sobre a dinâmica de funcionamento dos empreendimentos, a maioria destes possui em Manaus (57%) seus principais fornecedores. Nenhum destes compram de fornecedores de outras localidades da RDS e os principais clientes estão localizados na Comunidade. Aproximadamente metade dos empreendimentos (48%) trabalham todos os dias da semana ininterruptamente e apenas 1 em cada 5 empreendimentos fecha durante os finais de semana. Outro ponto é que a maioria destes (52%) realizam o reabastecimento semanalmente, uma vez que não há a necessidade de grandes estoques devido à proximidade da capital.

Os empreendedores identificaram que há a necessidade de mais itens de alimentação (38%), além de eventos, atividades e oficinas na Comunidade (24%). O principal resultado apresentado é sobre a finalidade dos empreendimentos, revelando dois pontos em destaque: a primeira refere-se a um complemento (28%) e a segunda refere-se à vitalidade comunitária (28%).

Por fim, como resposta das indagações iniciais deste estudo:

a) Foi constatada uma diversidade de 14 atividades rurais não-agrícolas da Sede da Comunidade do Livramento, estas autodeclaradas como atividade principal em 21 ERNA's diferentes;

b) Estes ERNA's possuem em maior representatividade o setor terciário (comércio e serviços), com foco no atendimento das necessidades dos próprios agentes sociais da Comunidade, mas que também dividem espaço e complementam-se com os ERNA's do setor secundário (beneficiamento), para o atendimento de visitantes e veranistas;

c) Para além de considerar que este estudo atingiu satisfatoriamente objetivo de levantar as características socioeconômicas dos ERNA's da Sede da Comunidade do Livramento, a construção em conjunto aos agentes sociais de suas características abriu precedentes para que estes apresentassem categorias singulares que fornecem precedentes para estudos posteriores. Uma delas é a finalidade do empreendimento, representado em uma alta quantidade de empreendimentos voltados à vitalidade comunitária, o que pode representar relações sociais permeadas pelas múltiplas atividades empreendidas por estes agentes sociais.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. **Funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo**. Rio de Janeiro: IPEA, 2000.

AGUIAR, J. V. S. *et al.* (org.). **História e Memória: Comunidade Nossa Senhora do Livramento**. Manaus: ACISAM, 2007. 126 p.

ALMEIDA, A. N.; DA SILVA, J. C. G. L.; ANGELO, H. **Importância dos setores primário, secundário e terciário para o desenvolvimento sustentável**. Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional. Vol. 9, No. 1, p. 146-162. Taubaté, SP, Brasil. 2013.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2009.

BARRERA, C. B.; REARDON T.; WEBB, P. **Nonfarm income diversification and household livelihood strategies in rural Africa: concepts, dynamics, and policy implications**. Elsevier. Pergamon. Food Policy 26. 315–331. 2001

BAUMOL, W. J. & OATES, W. E. **The Theory of Environmental Policy**. Cambridge University Press, 299p. 1988.

BIERNACK, P. & WALDORF, D. **Snowball Sampling: Problems and Techniques of Chain Referral Sampling**. Sociological Methods & Research. Vol. 10, No 2. p.141-163. 1981.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS – DIEESE. **Estatísticas do meio rural 2010-2011**. 4.ed. Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural; Ministério do Desenvolvimento Agrário. São Paulo: DIEESE; NEAD; MDA, 2011.

FULLER, A. M. *From part-time farming to pluriactivity: a decade of change in Rural Europe*. *Journal of Rural Studies*. No. 4, Vol. 6, Issue 4, p. 361-373, 1990.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GLADWELL, Malcolm. **Fora de serie - Outliers - Descubra por que algumas pessoas têm sucesso e outras não**. Editora Sextante. 2013

GÜNTHER, H.; ELALI, G. A.; PINHEIRO, J. Q. **A abordagem multimétodos em Estudos Pessoa-Ambiente: Características, definições e implicações**. Série: Textos de Psicologia Ambiental, No.23. Brasília, DF: UnB, Laboratório de Psicologia Ambiental. 2004.

HAGGBLADE, S.; HAZELL, P.; REARDON, T. *The Rural Non-farm Economy: Prospects for Growth and Poverty Reduction*. Elsevier: World Development. Vol. 38, No. 10, p. 1429-1441. Oct, 2010.

HAGGBLADE, S.; REARDON, T.; HYMAN, E.. *Technology as a motor of change in the rural nonfarm economy*. In S. Haggblade, P. Hazell, & T. Reardon (Eds.), *Transforming the rural nonfarm economy: Opportunities and threats in the developing world* (pp. 322–351). Baltimore: Johns Hopkins University Pres. 2007.

HUSSMANN, R. *Defining and measuring informal employment*. Geneva: ILO. 2004.

INTERNATIONAL LABOR ORGANIZATION – ILO. *Measuring informality: A statistical manual on the informal sector and informal employment*. Geneva: 340 p. 2013.

IBGE *et al.* **As Fundações Privadas e Associações Sem Fins Lucrativos no Brasil**. Rio de Janeiro: Estudos & Pesquisa Informação Econômica, 2012

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Censo Demográfico 2000: Agregado por setores censitários dos resultados do universo**. 2ª ed. Rio de Janeiro: IBGE. 2003.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Demografia das empresas: 2014**. IBGE, Coordenação de Metodologia das Estatísticas de Empresas, Cadastros e Classificações. - Rio de Janeiro: IBGE, 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE Cidades. Manaus. **Censo demográfico 2010: resultados do universo - indicadores sociais municipais**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=130260&idtema=16&search=amazonas|manaus|sintese-das-informacoes> Acesso: 04 de outubro de 2017.

JUNIOR, B. R. S.; MARTINS, P. F. S.; HERRERA, J. A. **Viabilidade De Estabelecimentos Agrícolas De Reforma Agrária Em Área Periurbana Na Amazônia Oriental**. *Redes* (St. Cruz Sul, Online), v. 20, nº 3 - Suplemento, p. 11 - 28, set./dez. 2015.

LIEDHOLM, C. *Enterprise dynamics in the rural nonfarm economy*. In S. Haggblade, P. Hazell, & T. Reardon (Eds.), *Transforming the rural nonfarm economy: Opportunities and threats in the developing world* (pp. 99–114). Baltimore: Johns Hopkins University Pres. 2007.

LIMA, D. de M. **A economia doméstica em Mamirauá.** In: Cristina Adams, Rui Murrieta e Walter Neves (Orgs.) *Sociedades Caboclas Amazônicas: Modernidade e Invisibilidade.* São Paulo: Annablume, p.45-76, 2006.

MADURO, E. S. **Territórios de Vida e Resistência: um estudo com a comunidade N. S. do Livramento na Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Tupé - Manaus/AM.** Tese (Doutorado em Geografia Física) – Universidade de São Paulo e Faculdade do Estado do Amazonas (DINTER). 2013.

MARIOSIA, D. F. *et al.* **Ribeirinhos do Rio Negro: um estudo da qualidade socioambiental.** 1. ed. Curitiba: Editora CRV, 2014.

OLIVEIRA, E. F. de. **Regularização Fundiária em Reservas de Desenvolvimento Sustentável do Estado do Amazonas.** Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Direito Ambiental. / Orientador: Prof. Dr. Serguei Aily Franco de Camargo. UEA. 2009.

REARDON, T., STAMOULIS, K. & PINGALI P. **Rural nonfarm employment in developing countries in an era of globalization.** *Agricultural Economics*, Vol 37, p.173-183. 2007.

SACHS, I. **Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável.** 3ª edição. Rio de Janeiro: Ed. Garamond, 2008.

SAQUET, M. A. **Por uma abordagem territorial das relações urbano-rurais no Sudoeste paranaense.** In SPOSITO, M. E. B; WHITACKER, A. M. (orgs). *Cidade e campo: relações e contradições entre urbano e rural.* São Paulo: Expressão Popular, p. 157-186. 2006.

SCHNEIDER, S. **A pluriatividade no meio rural brasileiro: características e perspectivas para investigação.** In GRAMMONT, Hubert Carton de e MARTINEZ VALLE, Luciano (Comp.). (Org.). *La pluriactividad en el campo latinoamericano.* 1ª ed. Quito/Equador: Ed. Flacso - Serie FORO, 2009, v. 1, p. 132-161.

SCUDELLER, V. V.; SANTOS-SILVA, E. N. dos; APRILE, F. M.; MELO, S., [Orgs.]. **BioTupé: meio físico, diversidade biológica e sociocultural do Baixo Rio Negro, Amazônia Central.** Vol. 1. Manaus: Editora INPA. 2005.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS - SEBRAE. **Taxa de Sobrevivência das Empresas no Brasil.** Coleção Estudos & Pesquisas. 2016.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS - SEBRAE. **Taxa de Sobrevivência das Empresas no Brasil.** Coleção Estudos & Pesquisas. 2011.

SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE - SEMMAS. **Plano de Gestão da Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Tupé, Amazonas – Volume I.** 2016. Disponível em: <http://semmas.manaus.am.gov.br/wp-content/uploads/2017/03/Plano-de-Gest%C3%A3o-da-RDS-do-Tup%C3%A9.pdf>. Acesso em 22 de dezembro de 2017.

SISTEMA NACIONAL DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO - SNUC, **Lei No 9.985, DE 18 De Julho De 2000.**

WITKOSKI, A. C. **Terra, Florestas e Águas de Trabalho: os camponeses amazônicos e as formas de uso de seus recursos naturais.** Manaus: EDUA, 2007.

CAPÍTULO 2 - PLURIATIVIDADE E REDE DE RELAÇÕES: A Complementariedade de Estratégias de Adaptação

“A ruralidade nunca se resumiu às relações sociais ligadas às atividades agropecuárias, mesmo na curta fase histórica em que esse setor econômico foi dominante nos territórios extra-urbanos.”

José Eli da Veiga

INTRODUÇÃO

Com a intervenção do Estado na instituição da Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Tupé (RDS do Tupé), em agosto de 2005, os agentes sociais da Sede da Comunidade Nossa Senhora do Livramento passaram a se preocupar em desenvolver estratégias de adaptação frente à necessidade de mudança no uso da terra. Uma destas estratégias frequentemente observada na Comunidade do Livramento diz respeito à uma multiplicidade de atividades que garantisse a autossuficiência individual e de coletivos, por meio de ajustes de ordem cultural. Para Moran (1994), estes ajustes culturais são aqueles adquiridos como membros de uma sociedade.

Esta estratégia de adaptação em que famílias lançam mão de uma multiplicidade de atividades é entendida, por Schneider (2001; 2009), como pluriatividade e também pode ser considerada uma estratégia de reprodução física e social. O mesmo autor entende que a pluriatividade é desempenhada por unidades familiares “(...) em contextos onde sua integração à divisão social do trabalho não decorre exclusivamente dos resultados da produção agrícola, mas, sobretudo, mediante (...) às atividades não-agrícolas e a articulação com o mercado” (2001, p.166). Baumel e Basso (2004) entendem que a pluriatividade se configura em uma:

“(...) prática social, decorrente da busca de formas alternativas para garantir a reprodução das famílias, um dos mecanismos de reprodução, ou mesmo de ampliação de fontes alternativas de renda; com o alcance econômico, social e cultural da pluriatividade as famílias que residem nesses espaços, integram-se em outras atividades ocupacionais, além da agricultura” (2004, p.139).

Para os mesmos autores, a pluriatividade garante não só a reprodução material, mas amplia a importância da unidade familiar na estrutura social por meio de uma “forma familiar de organização do trabalho e da produção” para a obtenção daquilo que os autores chamam de “novos mecanismos de sobrevivência” (p.140). Kinsella *et al* (2000), em estudos sobre a

pluriatividade na Irlanda, ressalta que existem múltiplas definições para o termo pluriatividade, mas que independente da visão adotada, ela deve ser entendida de forma ampla e não como apenas a combinação da agricultura com outras atividades não-agrícolas, comum em estudos da chamada agricultura em tempo parcial (PTF)¹⁸.

Uma década antes, Fuller (1990) já salientava sobre a ascensão da pluriatividade como categoria científica, com o primeiro passo para sua consolidação promovido pelo *Arkleton Trust Project*, na década de 80, que passa a encontrar lacunas no conceito de “agricultura em tempo parcial” e desenvolve o então chamado estudo sobre “múltiplos empregos de famílias rurais” (MJHFH)¹⁹. Para Fuller (1990), pesquisas sobre o MJHFH possuíam três premissas: a) a investigação deve ser feita sobre a multiplicidade de empregos dos domicílios rurais como um todo e não apenas das atividades desenvolvidas por trabalhadores agrícolas; b) A capacidade de um estudo ser realizado em localidades geofísica, econômica e culturalmente diferentes; c) a periodicidade de avaliação dos estudos sobre múltiplos empregos das famílias rurais.

Para o mesmo autor, um segundo passo para a consolidação da pluriatividade como categoria científica se dá no final dos anos 80, quando a adoção deste termo abre espaço para inclusão de atividades de trabalho que não são remuneradas por dinheiro, como intercâmbios de trabalho mútuo e outros acordos "informais", comuns em famílias rurais, oferecendo ao conceito “pluriatividade” a inclusão de análises em torno de relações de trabalho formais e informais, para além da propriedade rural, incorporando trabalhos relacionados, inclusive, fora do domicílio rural e serviços comunitários. Esta última definição ainda se faz mais apropriada à este estudo do que a apresentada por Barnes *et al* (2015) que define a pluriatividade como todas as atividades geradoras de renda dos familiares de um domicílio rural, incluindo o trabalho destes fora do domicílio rural e empreendimentos adicionais administrado pelos membros da família, excluindo desta categoria atividades que não geram renda em espécie.

Tangenciando a pluriatividade, mais especificamente na Amazônia, Witkoski (2007) aborda o conceito de polivalência como estratégia de adaptação. Em síntese, para este autor, a polivalência consiste no desempenho de uma multiplicidade de atividades camponesas ligadas diretamente à unidade de produção familiar em três ambientes diferentes: terras, águas e florestas, uma vez que esse camponês amazônico passa a transformar o ambiente e a si próprio por meio do trabalho, estabelecendo uma relação entre homem e natureza. Martins (2016) também traz contribuições sobre a rede de relações sociais de troca na lógica da reciprocidade e ajuda mútua entre famílias que desempenham múltiplas atividades de áreas rurais.

¹⁸ Tradução de *part-time farming*

¹⁹ Tradução de *multiple job holding farm household (MJHFH)*

Há divergências quanto à conceituação de “redes sociais” e “grupos sociais” serem sinônimos ou significarem termos diferentes. Apesar de ambos os conceitos serem, segundo Christakis & Fowler (2010) um conjunto específico de pessoas, as redes sociais possuem um elemento diferenciador, que consiste em um conjunto de conexões entre pessoas dentro de um grupo, ou seja, os seres humanos (fixos)²⁰ e as conexões entre eles (fluxos).

Alexandre (2002) utiliza-se de conceitos da psicologia social, no qual um grupo social pode ser definido como um conjunto de pessoas num processo de relação organizada, implicando em uma rede de relações, onde o poder exercido por um subgrupo determina ou influencia o grau de participação dos demais agentes sociais. O mesmo autor ressalta que a solidariedade, os conflitos e o processo de participação e de desenvolvimento de um grupo social, são fatores que promovem a dinâmica destes grupos.

Sobre a conceituação histórica da análise de redes sociais, para Freeman (2011), existem estudos do século XIII, que mostram alguns indícios de análise sobre as redes sociais, mas que só consolida-se como um campo moderno de estudos na década de 30, com destaque para a sociometria de Moreno & Jennings (1932). Estes estudos foram importantes no aporte teórico das redes sociais, mas nenhuma delas forneceu um padrão estrutural para que fosse amplamente aceita por todos os ramos das ciências sociais, como apresentado por Freeman (2004) apresentado na Tabela 03.

Tabela 03 – Grupos de Pesquisa sobre Análise de Redes Sociais que emergiram entre os anos 30 e 70.

Universidade	País	Pesquisadores Responsáveis	Campo
Michigan State	EUA	Charles P. Loomis; Leo Katz	Sociologia Rural
Sorbonne	França	Claude Lévi-Strauss; André Weil	Linguística
Lund	Suécia	Thorsten Hägerstrand	Geografia
Chicago	EUA	Nicolas Rashevsky	Biologia Matemática
Columbia	EUA	Paul Lazarsfeld; Robert Merton	Sociologia
Iowa State	EUA	Everett Rogers	Comunicação
Manchester	Inglaterra	Max Gluckman	Sociologia
MIT	EUA	Ithiel de Sola Pool; Manfred Kochen	Ciência Política
Syracuse	EUA	Linton C. Freeman; Morris H. Sunshine	Poder Comunitário
Sorbonne	França	Claude Flament	Psicologia
Michigan	EUA	Edward Laumann	Sociologia
Chicago	EUA	Peter Blau; James A. Davis	Sociologia
Amsterdam	Holanda	Robert Mokken;	Sociologia

Fonte: Freeman (2011), traduzido e adaptado por Pedro Henrique Mariosa neste trabalho.

Os principais grupos de pesquisa sobre redes sociais que surgiram nos Estados Unidos e na Europa entre as décadas de 30 e 70, nos mais diversos campos das ciências sociais, Freeman destaca que todos eles pautam-se em uma ou mais de uma de quatro características recorrentes nos estudos sobre rede de relações sociais. A primeira característica envolve a intuição como fator significativo para explicar as ligações entre agentes sociais; a segunda toma como base nos instrumentos de coleta e análise de dados

²⁰ Fixos são tratados por outros autores que estudam Redes Sociais como “nós” e Fluxos é tudo aquilo que transita entre estes fixos.

sobre os atores e suas relações; a terceira característica baseia-se na análise gráfica para revelar padrões entre estes links; e a quarta desenvolve modelos matemáticos e (ou) computacionais para descrever estes padrões (FREEMAN, 2004).

Um estudo pós-anos 70 com significativo impacto e criticado por Freeman, disserta sobre a descoberta de duas características de redes chamadas de “mundo pequeno” Milgram (1967), que são a baixa extensão média entre os agentes sociais²¹ e a alta transitividade²² de suas relações (WATTS & STROGATZ, 1998). Barabási & Albert (1999), apontam que estas redes são complexas, expandem-se continuamente pela adição de novos agentes sociais e estes se integram normalmente em subgrupos (ou centralidades) já bem estabelecidos dentro destas redes, os chamados grupos coesos. Freeman (2011) ressalta a importância de conexões ponte, aquelas promovidas por agentes sociais que ligam outros agentes isolados. Christakis & Fowler (2010) alertam que diferente de outras redes, a rede social é única e não pode ser prospectada observando-a como na ciência natural, sendo necessário: i) analisar estas para além de díades (relações entre dois agentes sociais) e ii) obter informações sobre os múltiplos laços entre os agentes sociais.

A Teoria Ator-Rede (ANT)²³ surge no intuito de desenvolver uma nova teoria social mais apropriada aos estudos de ciência e tecnologia. Ao incorporar a ANT como um suporte para o entendimento da rede de relações. A análise das relações sociais ganha uma atenção especial ao seu movimento dinâmico, observando o momento em que os laços conectados começam a se desfazer, revelando a visão do coletivo a partir dos movimentos de desagregar e reagregar (LATOUR, 2012).

A proposta é utilizar estes modelos, sistemas, softwares (BORGATTI, 2002; FREEMAN, 2011) para compreender o social, somando estas ferramentas à observação empírica e permitindo assim enxergar o agregar, desagregar e reagregar (LATOUR, 2012), para assim poder visualizar como as relações sociais junto à pluriatividade contribuem para a manutenção das atividades econômicas no Livramento, como estratégia de adaptação. À inovação destas tecnologias auxiliam a compreensão de estudos em Ciências Sociais, sendo o inverso também verdadeiro, pois essa contribuição mútua melhora ambos os campos. Neste sentido, é possível visionar:

“(…) perspectivas instigantes para as ciências sociais cruzarem o desenvolvimento tecnológico com o intangível das relações sociais. Apesar de suas diferenças, a partir da discussão desses casos é possível perceber que a problemática da inovação tecnológica pode ser submetida a uma infinidade de enfoques, e que as ciências sociais também têm grandes contribuições a dar à tecnologia.” (ANDRADE, 2005, p.155)

²¹ Estes autores não utilizam o termo agentes sociais, utilizam o termo fixos, que servem para designar qualquer ponto que recebe ou transmite algo dentro de uma rede de qualquer natureza.

²² Os autores denominam de alta transitividade entre os “fluxos”, que são aquilo que circula dentro da rede, podendo ser produtos, informações, serviços, etc.

²³ Tradução de *Actor-Network Theory*

Por fim, ao pensar na pluriatividade de atividades rurais não-agrícolas e sua rede de relações sociais como estratégia de adaptação frente às intervenções inapropriadas do Estado, não há a possibilidade de sucesso caso esta seja pautada pela competição, sendo a reciprocidade o fundamental alicerce operacional. A articulação destes em rede permitirá, mesmo em uma sociedade com poucas unidades existentes, que estes empreendimentos garantam um mínimo de expressividade através da colaboração interna em prol de um do coletivo, pois a:

“(...) rede como forma de organização é vista como um instrumento que permite a colaboração entre os agentes sociais²⁴ em um mundo cada vez mais complexo e interdependente, em que formas tradicionais de organização e governança mostram-se inadequadas”. (ADULIS, 2011)

A Sustentabilidade conecta as Redes Sociais no momento em que estas redes passam a ser vistas de forma abrangente, considerando as relações dos agentes sociais de forma dinâmica e heterogênea. Dentro de áreas permeadas por restrições econômicas, sociais, ambientais, políticas e territoriais, as redes de relações sociais podem permitir visualizar potenciais de cooperação interna, permitindo assim minimizar que a competição ocorra no âmbito interno. Levando em consideração as dificuldades de se estabelecer uma constância na quantidade de demanda de bens e serviços gerados na RDS, as redes são capazes de manter “a sua autonomia e flexibilidade, enquanto tornam possível a utilização conjunta de recursos” (CASTELLS, p.20, 2005).

Finalmente, a categoria científica pluriatividade adotada por este estudo aproxima-se da compreensão de Fuller (1990) e Baumel e Basso (2004) e em conjunto com a análise de redes sociais de Freeman (1997; 2004; 2011), Christakis & Fowler (2010) e Latour (2012), fornece aporte teórico-metodológico para compreender como se formam as redes sociais entre agentes sociais e suas atividades principais e complementares, estas vistas na perspectiva de consolidarem-se como estratégia de adaptação.

Por se tratar da economia rural não-agrícola na Sede da Comunidade do Livramento, o conceito como o de polivalência (WITKOSKI, 2007), agricultura em tempo parcial (KINSELLA *et al*, 2000) e diversificação de atividades rurais (HANSSON *et al*, 2010) e o próprio conceito de pluriatividade apresentado por Barnes *et al* (2015) seriam necessários para compreender algumas partes desse estudo, porém restringiria alguns agentes sociais que não utilizam-se diretamente (mas sim indiretamente) as terras, águas e florestas no desenvolvimento de suas atividades, ou que desenvolvem atividades não-monetizadas, mas que ainda sim são reconhecidas como parte integrante da rede de relações entre agentes sociais.

²⁴ O autor utiliza atores sociais, aos quais não são compatíveis com a proposta deste estudo, uma vez que estes fazem parte da construção do objeto de pesquisa.

Neste contexto, algumas questões nortearam a investigação neste capítulo: a) a economia rural não-agrícola da Sede do Livramento pode ser considerada pluriativa? b) Como a rede de relações entre os agentes sociais influi e é influenciada pelas atividades rurais não-agrícolas? A complementariedade entre pluriatividade e rede de relações sociais é uma estratégia de adaptação frente às restrições ambientais?

Para tanto, foi estabelecido um objetivo que consiste em entender a complementariedade entre pluriatividade e rede de relações sociais entre os agentes sociais responsáveis pelos Empreendimentos Rurais Não-agrícolas da Sede da Comunidade do Livramento.

METODOLOGIA

Este estudo foi realizado na área denominada de Sede da Comunidade do Livramento, que está localizada no perímetro interno de jurisdição da Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Tupé (RDS do Tupé), a 25km em linha reta do centro de Manaus (SCUDELLER *et al.* 2005).

Participam da pesquisa, 20 agentes sociais responsáveis por 21 empreendimentos na Comunidade, que desempenham atividades rurais não-agrícolas como atividade principal.

Cada empreendimento rural não-agrícola da Sede da Comunidade do Livramento será identificado como “ERNA nº (sequência numérica aleatória)”, e pode ser entendido como espaço físico de uso do agente social, onde este empreende suas atividades rurais não-agrícolas. O agente social responsável pelo empreendimento será identificado como “AS (sequência numérica aleatória)”.

Este estudo aproxima-se de uma abordagem multimétodos (GÜNTHER *et al.* 2004) com a utilização de entrevistas abertas e temáticas (GIL, 2008) para o levantamento das atividades pluriativas dos ERNA's, bem como para a obtenção das relações de presença e ausência nas relações entre os agentes sociais responsáveis por estes, nas perspectivas das relações de compra, venda, troca, parentesco e ações coletivas.

Para a análise das entrevistas foi utilizada análise de conteúdo (BARDIN, 2009). A partir da fala dos agentes sociais envolvidos nas atividades dos empreendimentos, foram realizadas a construção e análise dos grafos, *cluster*, diagramas de redes sociais e de mapas sobre as atividades desenvolvidas. Os softwares utilizados para a tabulação e confecção das figuras e gráficos foram o ArcGis, PAST, Microsoft Excel e UCINET.

Para iniciar as análises acerca da pluriatividade dos ERNA's, desenvolvida pelos AS's da Comunidade do Livramento, este estudo utilizou a natureza²⁵ das atividades já

²⁵ Setor faz referência ao setor primário, secundário e terciário. Quando nos referimos à natureza, fazemos um desdobramento próximo das características de cada setor, sendo que a natureza do setor primário é a produção, do secundário é o beneficiamento e do terciário pode ser tanto o comércio quanto serviços.

categorizada de acordo com estudos anteriores (Capítulo 1), sendo que para o setor primário foi utilizada a denominação produção, no secundário foi utilizada beneficiamento e no terciário foram utilizados separadamente comércio e serviço. Sobre o ramo de atuação das atividades observou-se essencialmente os ramos: administrativo, alimentício, artístico, cosmético, construção, educacional, esporte, evento, recreativo, transporte e vestuário.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A Pluriatividade nos Empreendimentos Rurais Não-Agrícolas

Após a caracterização socioeconômica e da dinâmica de funcionamento dos empreendimentos rurais não-agrícolas, realizadas em estudo anterior (Capítulo 1), surgiram alguns indícios sobre uma multiplicidade de atividades rurais agrícolas e não-agrícolas empreendidas por agentes sociais de um mesmo empreendimento.

O primeiro destes indícios foi a elevada taxa de sobrevivência dos empreendimentos do Livramento, confirmada na análise de dados do estudo exploratório e do trabalho de campo, aproximadamente com um ano de diferença. Nenhum dos empreendimentos rurais não-agrícolas, pertencentes a agentes sociais que se voluntariaram a participar deste estudo, deixou de existir, no máximo autodenominaram-se pertencentes à outra atividade principal.

Outro indício foi a finalidade dos ERNA's, característica socioeconômica levantada pelos próprios agentes sociais, onde se verificou um número significativo de agentes sociais que alegam a vitalidade comunitária como motivação para a criação e manutenção de seu empreendimento.

Sendo assim, para o primeiro indício, algumas falas dos agentes sociais levaram a acreditar que a alta da taxa de sobrevivência estaria ligada ao desempenho de múltiplas atividades, ao qual 19 dos 20 agentes sociais apontaram realizar mais de uma atividade, como retrata o AS 15:

“(...) graças a Deus meu pai ajudou, tinha emprestado 80 reais. Só tinha minha filha, as lanchas não entravam mais aí eu tive a criatividade de transportar as pessoas de rabeta, então criei a catraia. Então quando as lanchas voltarem? Aí pensei, o que fazer quando voltarem? Aí eu já comprei aqui (balneário) vendo isso (...) trabalho em carpintaria, faço canoa. Eu faço muitas coisas porque uma coisa só não vai dar para levar a vida não.”
(entrevista com AS 15, no dia 06 de junho de 2017).

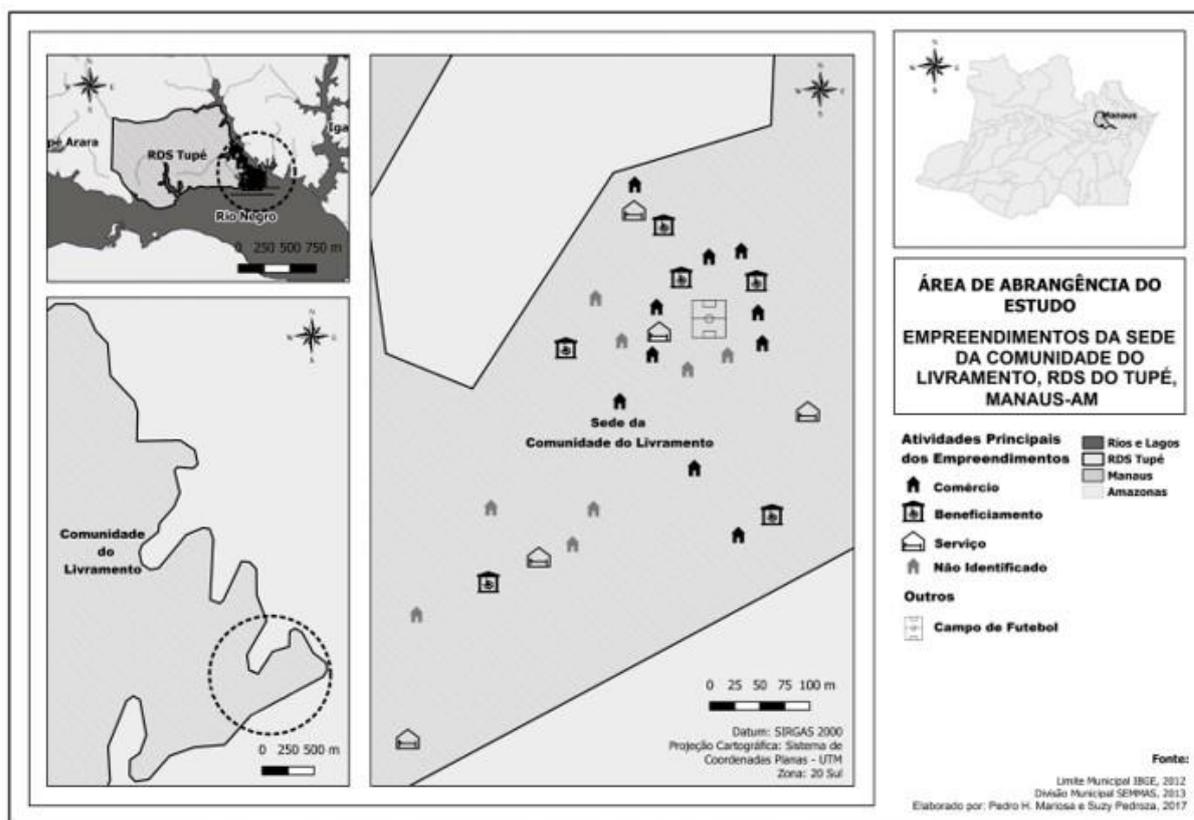
O AS 15 que além de cuidar do balneário, associado ao comércio como atividade principal, desempenha outras atividades secundárias, como eventos festivos, o citado trabalho em carpintaria e sazonalmente serviços de barco.

Quando consideramos apenas as atividades principais inseridas na economia rural, da Sede da Comunidade do Livramento, é possível observar em um primeiro momento a capacidade dos empreendimentos em suprir uma possível falta de provimento de produtos e

serviços, característica comum em sociedades rurais impactadas por políticas restritivas, “por conta de situações de infra-subsistência ou de crise, geralmente associadas à espoliação de recursos naturais, a sua degradação ou às dificuldades de acesso a esses recursos.” (SABOURIN, 2004, p.84).

Nesta classificação, a distribuição espacial das atividades principais desenvolvidas na Sede da Comunidade do Livramento é retratada na Figura 09. Os na Figura 09 chamados de “não identificados” são aqueles ao qual o agente social se declarou, em uma primeira conversa, realizar atividade principal no setor secundário ou terciário e que não se voluntariou a colaborar com a pesquisa. Estes empreendimentos não foram considerados em estudos anteriores, mas como foram georreferenciados, apresenta-los pode servir de auxílio à futuros estudos sobre a economia na Sede da Comunidade do Livramento.

Figura 09 – Distribuição espacial dos empreendimentos (N= 21) da Sede da Comunidade do Livramento

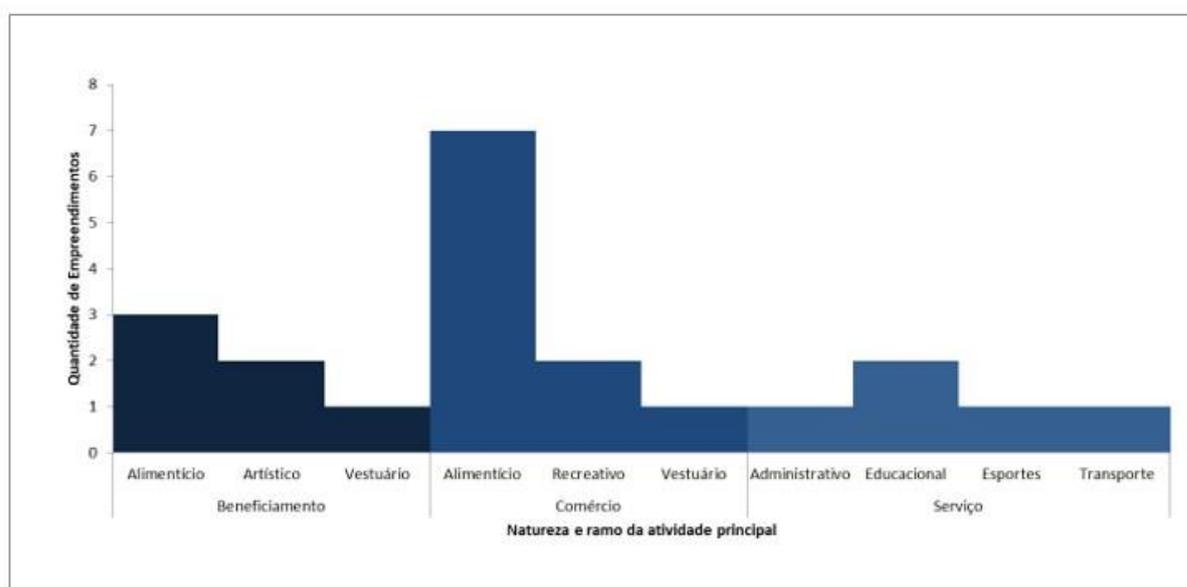


O posicionamento geofísico do ramo comércio faz referência diretamente ao campo de futebol, local habitualmente utilizado pelos moradores aos finais de semana para o desempenho de atividades ligadas ao ramo de eventos. Durante estes eventos, como os torneios ou o campeonato de futebol e os “Jogos Interculturais Indígenas”, a venda de produtos ligados ao ramo alimentício se intensifica. Durante a semana, o campo de futebol é o ponto central de trânsito dos agentes sociais da Comunidade do Livramento. A decisão em separar comércio e o serviço no setor terciário, se deu após a distribuição espacial das atividades principais, uma vez que os serviços estão dispostos em uma posição periférica

em relação ao campo, bem como alguns ERNA's que desempenham atividades ligadas ao beneficiamento, o que pode significar a não necessidade ou vontade de expor o resultado do beneficiamento e do serviço junto ao empreendimento.

Considerando as atividades principais, temos uma predominância de um ramo específico, o alimentício, representado por aproximadamente 1 (47,62%) em cada 2 empreendimentos (Gráfico 15). Os ramos de atividade ligados diretamente com questões culturais, como o artístico, recreativo, educacional, esporte e evento representam aproximadamente 1 (33,33%) em cada 3 empreendimentos voltados para essa área.

Gráfico 15 – Natureza e ramo das atividades principais dos empreendimentos Rurais Não-Agrícolas (N=21)



Na Sede da Comunidade do Livramento, além das atividades principais mencionadas, temos ainda outras atividades complementares exercidas pelos agentes sociais e desenvolvidas nos ERNA's. Apresentamos a pluriatividade em um contexto de complementariedade de atividades para assim poder ter realizado uma análise que abrangesse de forma integrada, tanto as principais quanto as complementares.

Assim, apresentamos outra perspectiva sobre a complexidade e dinâmica da economia rural não-agrícola, agora adicionando também atividades observadas durante os dias de vivência na Comunidade e aglutinadas e reinterpretadas segundo atividade e ramo (TABELA 04).

Tabela 04 – Categorização das atividades principais e complementares dos Empreendimentos Rurais Não-Agrícolas (N=56) da Sede da Comunidade do Livramento.

Identificação	Ativ. Principal (Ramo)	Ativ. Compl. (Ramo)	Ativ. Compl. (Ramo)	Ativ. Compl. (Ramo)
ERNA 01	Comércio (Alimentício)	Beneficiamento (Alimentício)		
ERNA 02	Beneficiamento (Alimentício)			
ERNA 03	Comércio (Alimentício)	Comércio (Cosméticos)		
ERNA 04	Comércio (Vestuário)	Comércio (Cosméticos)		
ERNA 05	Comércio (Recreativo)	Beneficiamento (Alimentício)	Beneficiamento (Artístico)	Serviço (Eventos)
ERNA 06	Beneficiamento (Vestuário)	Beneficiamento (Artístico)		
ERNA 07	Beneficiamento (Alimentício)	Serviço (Eventos)		
ERNA 08	Comércio (Alimentício)	Produção (Alimentício)		
ERNA 09	Serviço (Esportes)	Serviço (Eventos)		
ERNA 10	Comércio (Alimentício)	Beneficiamento (Alimentício)	Beneficiamento (Artístico)	Beneficiamento (Vestuário)
ERNA 11	Serviço (Administrativo)	Serviço (Eventos)		
ERNA 12	Comércio (Alimentício)	Comércio (Construção)	Serviço (Construção)	Produção (Alimentício)
ERNA 13	Beneficiamento (Alimentício)	Produção (Alimentício)		
ERNA 14	Serviço (Transporte)	Comércio (Recreativo)		
ERNA 15	Comércio (Recreativo)	Beneficiamento (Alimentício)	Serviço (Eventos)	Serviço (Eventos)
ERNA 16	Serviço (Educação)	Serviço (Eventos)	Beneficiamento (Artístico)	Serviço (Artístico)
ERNA 17	Beneficiamento (Artístico)	Produção (Alimentício)	Serviço (Artístico)	
ERNA 18	Comércio (Alimentício)	Beneficiamento (Alimentício)	Comércio (Recreativo)	
ERNA 19	Comércio (Alimentício)	Beneficiamento (Alimentício)	Serviço (Construção)	Serviço (Eventos)
ERNA 20	Serviço (Educação)	Serviço (Eventos)		
ERNA 21	Beneficiamento (Artístico)	Serviço (Educação)	Serviço (Eventos)	

Legenda: ERNA = Empreendimento Rural Não Agrícola;

Neste segundo momento é possível perceber que outros fatores podem traduzir esta pluriatividade em algo mais complexo do que apenas o provimento de produtos e serviços, como uma lógica de reciprocidade para a construção de um sistema integrado à dinâmica da economia da Comunidade do Livramento. Esta lógica da reciprocidade:

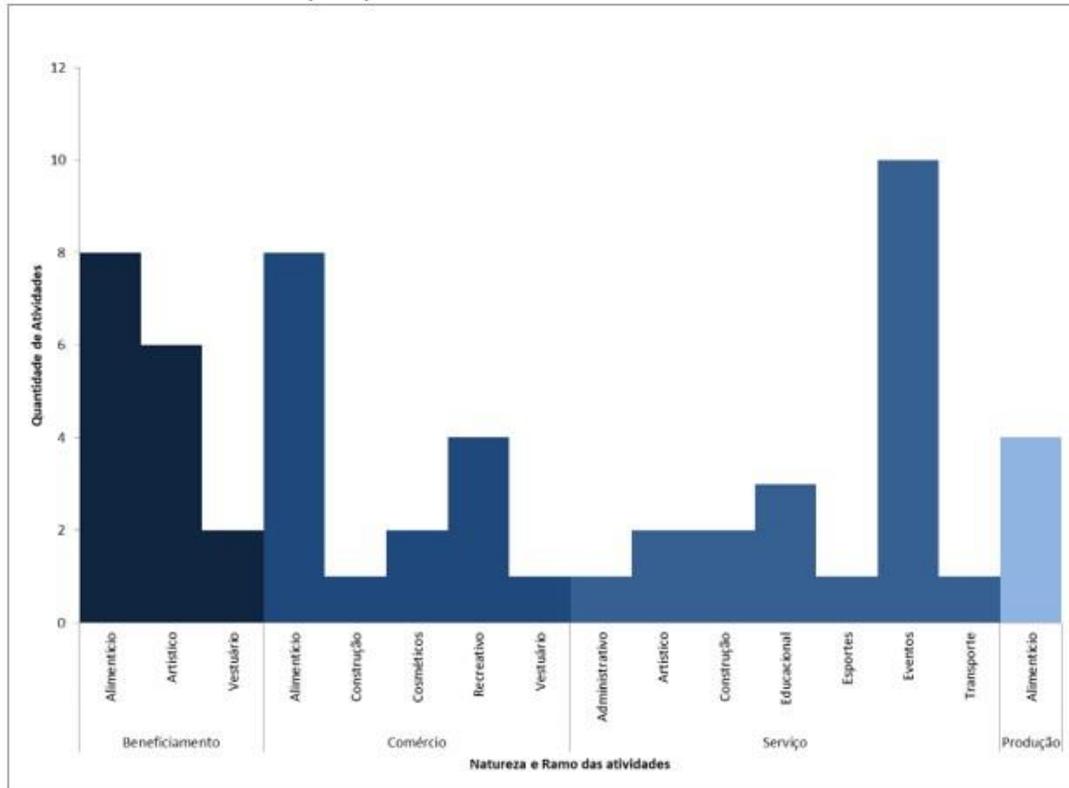
"(...) não considera apenas a produção exclusiva de valores de uso ou de bens coletivos, mas a criação do ser, da sociabilidade (...) a ampliação das relações sociais e afetivas (...) desenvolvendo e assimilando novas normas e novas práticas e tecnologias" (SABOURIN, 2004. p.83)

Sendo assim, a pluriatividade como estratégia de adaptação não se consolida como uma estratégia em nível individual de competição, mas como uma base para o fortalecimento destes empreendimentos frente às incertezas (sazonal, institucional, financeira, política, entre outras) e à sombra imposta por estruturas em outros níveis de escala geográfica (municipal, regional, nacional, entre outras).

A primeira questão que nos leva a considerar a posição de Sabourin (2004) sobre agentes sociais que adotam a pluriatividade na lógica da reciprocidade, é a mudança na representatividade da natureza das atividades, uma vez que, levando em conta as 56 atividades, o serviço passou de 1 (23,81%) em cada 4 atividades principais para 1 (35,71%) em cada 3 atividades totais (Gráfico 16).

A segunda é a representatividade de ramos de atividade ligados diretamente com questões culturais, como as atividades artísticas, recreativas, educacionais, esportivas e eventos, que passa de 1 para cada 3 nas atividades principais, para aproximadamente 1 (48,21%) em cada 2 atividades, considerando as principais e complementares. Esta elevação é puxada por um ramo de atividade que não aparece nas atividades principais, os eventos, que são importantes economicamente para a Comunidade.

Gráfico 16 – Atividades principais e Complementares (N=56) dos Empreendimentos Rurais Não-Agrícolas (N=21) da Sede da Comunidade do Livramento.



A Sede da Comunidade do Livramento se apresenta como um ponto nodal em relação aos outros distritos do Livramento, como o Diúna e Tachi por exemplo. As estratégias de adaptação adotadas em relação às atividades econômicas na Sede, coloca a atividade agrícola em posição complementar às atividades não-agrícolas. Isso pode ser uma constante a ser observado em outros territórios que sofrem restrições ambientais em áreas próximas à grandes centros urbanos, sejam estas restrições por escassez de recursos naturais ou por intervenções do Estado na imposição de fronteiras físicas e políticas. Esta constante é observada nos 4 ERNA's que possuem o setor primário dentro de suas atividades complementares, como corrobora a fala do AS 17 que explica que sua atividade principal é o artesanato, sendo que o artesanato: "(...) é o meu trabalho, eu trabalho mais com artesanato, eu sou agricultora também, mas aí é só para o meu consumo mesmo" (entrevista com AS 17, no dia 06 de julho de 2017).

Não há a intenção de criticar o trabalho de autores que tratam a economia rural não-agrícola como atividades complementar, mas sim apresentar que: o fato da área de estudo estar inserida em uma área com um grau de permissividade baixo de atividades econômicas e de obtenção de recursos ambientais, não sendo de claro entendimento quais são aquelas atividades que representem boas práticas de manejo, ressignifica a importância da economia rural não-agrícola em Comunidades com considerável contingente populacional e sob forte influência de áreas urbanas, dado a fácil obtenção de recursos provindos da

metrópole para a manutenção destas atividades, mas que também não significa que a eliminação das atividades agrícolas seja desejável, uma vez que pode ser considerado um retrocesso para uma visão preservacionista da área.

Por conta desta particularidade da área estudada, inverte-se aqui uma constante nos estudos sobre a economia rural não-agrícola. Neste caso, diferente de estudos como o de Fuller (1990), Mattei (2008) e Schneider (2009), as atividades rurais não-agrícolas desenvolvem-se ganham protagonismo e deixam de figurar como coadjuvante, passando o caráter de complementar às atividades agrícolas.

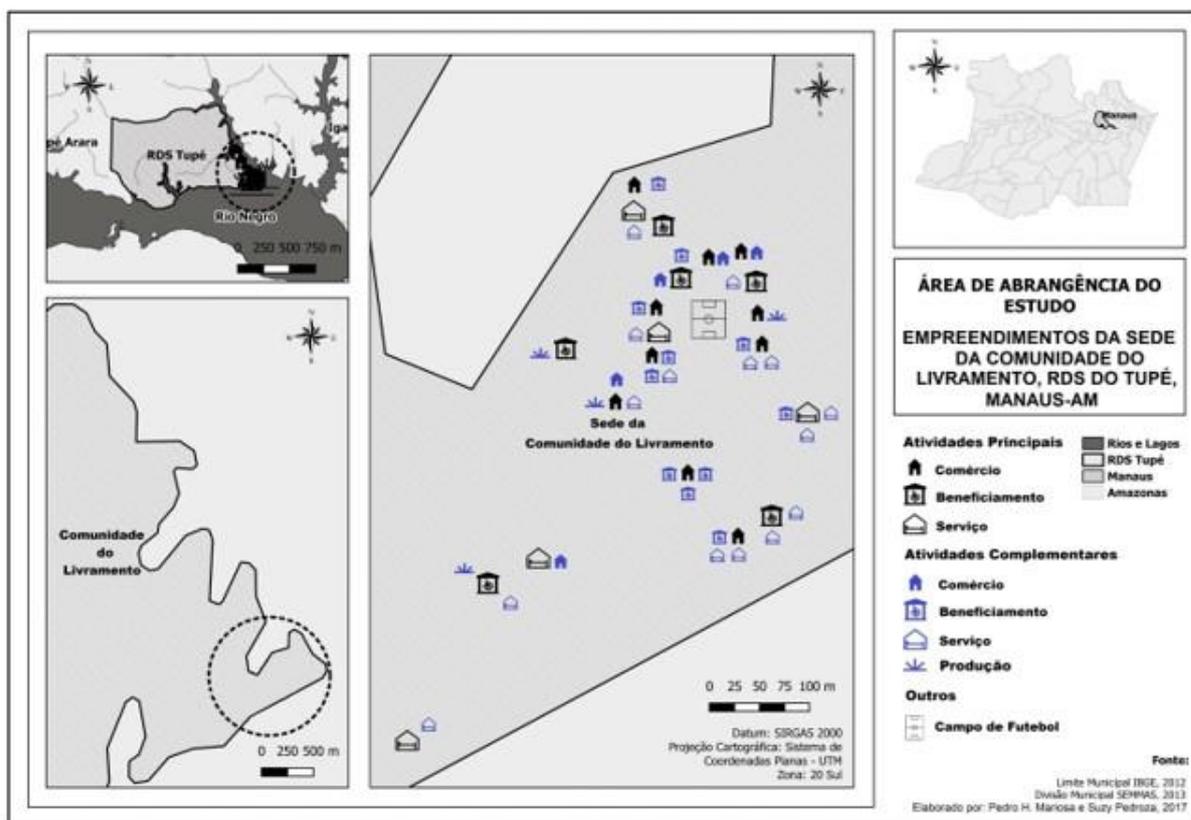
A distribuição das atividades principais e complementares demonstra a força da centralidade do campo de futebol em relação ao desempenho de atividades ligadas ao comércio, bem como ressalta o posicionamento das outras atividades complementares na periferia (FIGURA 10).

Há também a pulverização de atividades de beneficiamento em toda a Comunidade, mais especificamente em 13 dos 21 empreendimentos. É recorrente na fala dos agentes sociais que desempenham algum tipo de atividade ligada ao beneficiamento, seja como atividade principal ou complementar que, devido a demanda inconstante de clientes, o beneficiamento preenche esta lacuna e mantêm a regularidade do trabalho ao longo do dia, como retrata a AS 10 sobre seus afazeres diários em seu empreendimento: “tomo café quase na hora do almoço, tomo banho, venho para cá, dá um intervalo eu vou lá, fico de olho aqui. Quando eu estou aqui não estou só esperando os fregueses, eu fico aqui produzindo direto.” (entrevista com AS 10, no dia 2 de agosto de 2017).

É na voz dos AS's que a pluriatividade começa a configurar-se como uma estratégia de adaptação, uma vez que “a incorporação de novas atividades à paisagem rural possibilitou a redefinição das estratégias das famílias, tanto em termos das ocupações como em termos da geração de renda.” (MATTEI, 2008, p.420). Estratégias estas que estão ligadas às transformações estruturais socioeconômicas e ambientais que ocorrem na região.

Além de realizar observações na ótica das atividades como estratégias de adaptação, foi necessário apreender a relação existente entre estas atividades e como estas são ao mesmo tempo a base e estão embasadas nas relações sociais entre todos os agentes sociais envolvidos nos ERNA's. Para verificar as relações de compra, venda, troca, de ações coletivas e até de parentesco, anteriormente foi verificada a similaridade dos ERNA's na equiparação da natureza e do ramo das atividades que estes desempenham, auxiliando assim no estabelecimento de agrupamentos.

Figura 10 – Distribuição espacial das atividades principais e complementares dos empreendimentos (N = 56)

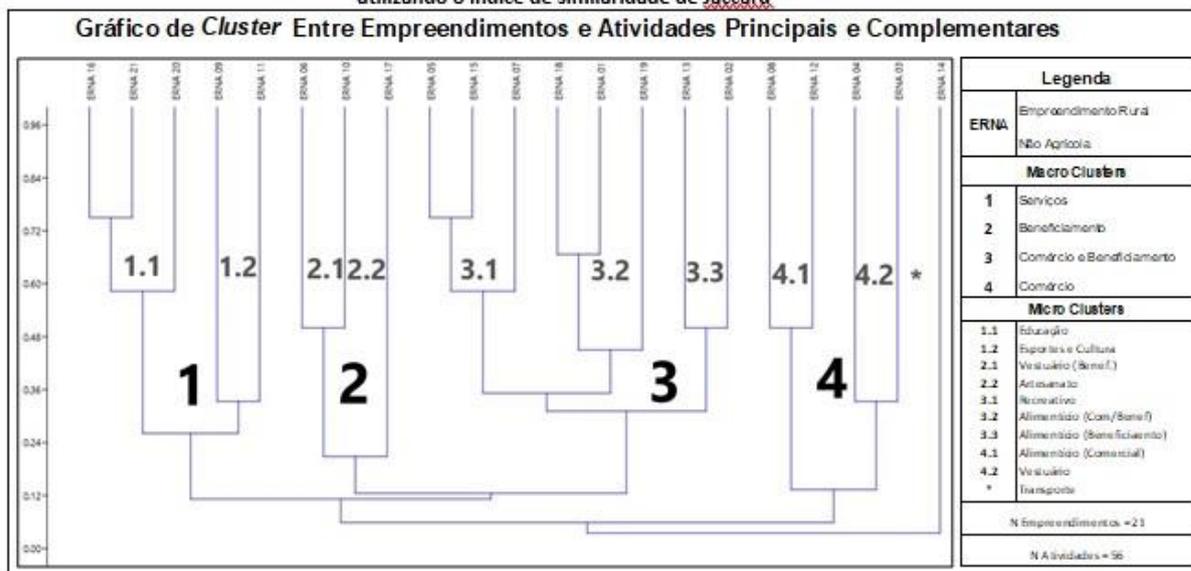


Calculando o Índice de similaridade de Jaccard, é possível observar algumas formações de grupos, neste trabalho chamado de *clusters*. O Índice de Jaccard normalmente é utilizado em áreas como a Ecologia e nas últimas duas décadas passou a ser amplamente utilizado por outras áreas de estudos sobre representações e compartilhamento social (WOLTER & WACHELKE, 2013).

A utilização do Índice de Jaccard neste estudo, auxilia na identificação da relação entre a pluriatividade e as redes sociais, permitindo entender a similaridade entre empreendimentos a partir da similaridade das atividades desenvolvidas que, por sua vez, só é passível de esclarecimento se aliado a posterior análise qualitativa desta relação.

Sendo assim, o Índice de Jaccard, neste caso, mede a similaridade dos empreendimentos em relação às atividades que desempenham, uma vez que quanto mais próximo de 0, mais distante é a similaridade das atividades que desempenham e quanto mais próximo de 1, mais próxima é a similaridade entre as atividades desempenhadas (Figura 11).

Figura 11- Análise de *Cluster* entre empreendimentos (N=21) e suas atividades principais e complementares (N=56) utilizando o índice de similaridade de Jaccard



Foi identificado e nomeado de *Macro Clusters* (MaC) os 4 grupos principais (1 a 4 da Figura 11) alinhados pela natureza das atividades que desempenham e de *Micro Clusters* (MiC) os 9 grupos secundários (1.1 a 4.2 da Figura 11), mais específicos, agrupados pela predominância do ramo de atividade. É reforçado mais uma vez que para esta análise não se limitar a um mero agrupamento de ordem matemática, estas aproximações e formações de grupos foram analisadas em conjunto com observações e análise de conteúdo da fala dos AS's.

Macro Cluster 1

No MaC 1 estão 5 empreendimentos (ERNA 09, 11, 16, 20, 21) voltados mais a serviços: um ateliê, dois centros culturais e duas associações. O ramo de eventos une os 5 ERNA's mencionados, pois está presente como atividade complementar em todos. (Figura 12).

No MiC 1.1 estão 3 empreendimentos (ERNA 16, 20 e 21) que possuem, além do ramo eventos em comum, o ramo educacional. O ateliê (ERNA 21) aproxima-se mais do centro cultural (ERNA 16), por conta de ambos também possuírem como atividade principal o beneficiamento no ramo artístico, além de promoverem aulas de arte e música. O ateliê também auxilia um dos centros culturais (ERNA 20), na realização e divulgação da chamada "Feira do Troca", que acontece todo último sábado do mês. Os dois centros culturais possuem certa relação por trabalharem com a valorização da cultura indígena, como retrata a fala do AS 16 quando diz que a missão do centro é "(...) levar a tradição à outras pessoas (...) identidade, valores, para as pessoas entenderem que temos isso, preservamos as comidas típicas, as coisas. Somos muitas famílias indígenas e preservar esse sentimento é importante" (entrevista com AS 16, no dia 12 de junho de 2017). Em consenso, o AS 20,

também expõe que seu centro é “(...) em homenagem ao Pajé Gabriel Gentil²⁶ e é uma forma de sensibilizar as pessoas sobre os costumes e tradições dos povos indígenas” (entrevista com AS 20, no dia 26 de julho de 2017).

No MiC 1.2 existem duas associações (ERNA 09 e 11), ambas estão ligadas à organização de eventos para a valorização cultural e vitalidade comunitária. O ERNA 09 é uma associação desportiva que organiza torneios de finais de semana e o campeonato de futebol da Comunidade do Livramento, além de auxiliar o ERNA 11 na organização do chamado “Jogos Interculturais Indígenas”, que mutuamente retorna seu apoio ao ERNA 09 em suas atividades, como ressalta o AS 11 sobre o trabalho realizado em parceria entre o ERNA 09 e 11:

“Estamos visando organizar também o campeonato sub 13 e sub 16 né, futebol de campo. Que não deixa de trazer dinheiro para Comunidade. Estão envolvidas a associação (ERNA 11), o Conselho Tutelar Rural, a associação (ERNA 09) e a Prefeitura por meio da Secretaria de Esportes e Lazer. Estamos envolvendo até a UEA, que vão mandar os professores de Ed. Física que vão arbitrar, bandeirar e vão envolver várias Comunidades da RDS do Tupé, como a Agrovila, Julião, Fátima, São Sebastião e todas as outras. Cada Comunidade vai entrar com duas equipes. Já está quase tudo definido. Em junho e julho começa o Torneio do Livramento.” (entrevista com AS 11, no dia 03 de maio de 2017)

Figura 12 – Exemplos de atividades da natureza Serviço do ramo Eventos promovidos por ERNA's do Macro Cluster 1



Macro Cluster 2

No MaC 2 estão 3 empreendimentos (ERNA 06, 10 e 17) que possuem predominância em atividades de beneficiamento e no ramo artístico, sendo todas AS's artesãs responsáveis pelos ERNA's respectivos. Todas com foco no artesanato, sendo uma mais voltada para a costura, outra para artigos indígenas e outra divide o tempo na confecção de artigos de crochê e artesanatos utilizando reaproveitamento de resíduos sólidos (Figura 13).

A similaridade no MiC 2.1, entre os ERNA 06 e 10, se dá pelo desempenho de atividades do ramo artístico e vestuário, confeccionando artigos de crochê. O ERNA 17 possui posição separada dos demais, ainda integrando o MaC 2, mas posicionada no MiC

²⁶ Segundo o AS 20, o Pajé Gabriel Gentil é o único indígena oficialmente reconhecido pela Fiocruz como pesquisador e profundo conhecedor de práticas curativas utilizando os saberes tradicionais.

2.2, por conta de desempenhar beneficiamento no ramo artístico com o foco em produtos indígenas, tais como: a confecção de colares, abanos, esteiras e utensílios de cerâmica. Porém, este não trabalha com o beneficiamento no ramo vestuário. A atividade de beneficiamento no ramo artístico na Comunidade do Livramento promove o desejo da troca de saberes por meio de relações sociais entre agentes sociais, percebidos tanto na observação em campo, quanto na fala de alguns AS's:

“(...) tinha assim uma vontade de fazer um galpão e chamar umas amigas que fazem artesanatos que eu não sei fazer e as outras artesãs da Comunidade que fazem sandália, artesanato e crochê e se juntar e tirar um dia para expor, duas três vezes na semana e no final de semana domingo.” (entrevista com AS 10, no dia 02 de agosto de 2017)

O AS 06 lembra que antigamente existia essa prática ligada ao crochê: “antes reuniam todo mundo que fazia crochê, todo o sábado, para fazer junto e vender as coisas. Além de fazer, até jogavam bola quando reuniam.” (entrevista com AS 10, no dia 02 de agosto de 2017).

Figura 13 – Exemplos de Roupas de crochê, Artesanato com reaproveitamento e Utensílios de Cerâmica referentes ao Macro Cluster 2



Macro Cluster 3

No MaC 3, está a maior concentração de empreendimentos, ao todo são 8 (ERNA 01, 02, 05, 07, 13, 15, 18 e 19) com a predominância destes desempenhando uma atividade de comércio e uma de beneficiamento, com exceção do ERNA 02 que não é considerado pluriativo e do ERNA 13 que além do beneficiamento desenvolve uma atividade ligada à produção, configurando estes 2 ERNA's um MiC específico.

No MiC 3.1 estão 3 empreendimentos (ERNA 05, 07, 15), um bar, um balneário e um restaurante que, além de comercializarem e beneficiarem produtos, participam na organização de eventos na Comunidade do Livramento, sendo o ERNA 05 e 15 com o foco no comércio de bebidas e alimentos industrializados durante estes eventos, uma vez que o 05 está localizado na beira do campo e o 15 em uma das praias de acesso à Comunidade. O ERNA 15 promove eventos festivos neste balneário e também cede a estrutura física do empreendimento para a realização dos eventos maiores que acontecem na Comunidade. O

AS 15 por diversas vezes destaca a importância dos eventos recreativos na Comunidade e dos eventos promovidos por ele no ERNA 15:

“(…) quando eu faço um evento eu não cobro de ninguém para por barraca aqui. Eu pago som, o cantor, faço todo o evento, só peço para que quem quiser vender aqui não venda a mesma coisa que eu, cerveja, refrigerante essas coisas. Agora se quer servir uma comida diferente, um bolo, qualquer outra coisa que eu não tenha aqui é bem-vindo.” (entrevista com AS 15, no dia 02 de agosto de 2017)

Ainda no MiC 3.1, o ERNA 05 auxilia a organização dos “Jogos Interculturais Indígenas” no beneficiamento de alimentos. Aos finais de semana também vende peixe e frango assado para os jogadores dos torneios de futebol, expectadores e turistas. O ERNA 07 atende faculdades visitantes e grupos de turistas, além de moradores da RDS do Tupé, servindo almoço a preço fixo durante os finais de semana e festividades, como destaca o AS 07 sobre a necessidade de bom atendimento ao público externo: “(…) a comida preparada aqui é natural e atende muitas pessoas que vem de outras Comunidades para cá, Julião, Agrovila, São Sebastião (…) a gente também faz convênio com as faculdades (…) mas quando são mal recebidos o pessoal não volta mais.” (entrevista com AS 07, no dia 03 de maio de 2017).

No MiC 3.2 estão 3 empreendimentos (ERNA 01, 18 e 19), uma padaria, um mercadinho e lanchonete e uma peixaria, que também desempenham, em igual proporção, tanto o comércio quanto o serviço, todos ligados ao ramo alimentício. Alguns fatores observados empiricamente podem corroborar com a maior similaridade entre atividades desempenhadas entre o ERNA 01 e 18 em relação ao 19, uma vez que os dois primeiros possuem estrutura física para a venda de produtos industrializados do ramo alimentício. Estes ainda beneficiam produtos à base de trigo, sendo o AS 18 o padeiro da Comunidade e o ERNA 01 o principal fornecedor de salgados assados. Algumas diferenças do ERNA 19 e os demais são as atividades voltadas ao serviço, além da totalidade da comercialização e utilização em sua atividade de beneficiamento de produtos *in natura*: “(…) não uso nada pronto não, só quando sirvo café da manhã que compro pão do “ERNA 18”, mas o tucumã eu pego, o bolo minha mulher faz. O peixe eu pego fora ou compro e trato ele para vender aqui mesmo.” (entrevista com AS 19, no dia 20 de maio de 2017).

No MiC 3.3 estão 2 empreendimentos (ERNA 02 e 13), um restaurante e uma pizzaria, que possuem o beneficiamento do ramo alimentício também como atividade predominante. O que os difere do MiC 3.2 é, inicialmente, que ambos possuem poucas atividades desenvolvidas e nenhuma declaradamente ligada ao comércio, sendo o ERNA 02 um empreendimento não pluriativo e o ERNA 13 empreende a atividade de produção complementando à de beneficiamento. É possível perceber empiricamente similaridades entre eles, pois ambos possuem estrutura física para o atendimento de clientes que

procuram alimentação no horário do almoço no ERNA 02 ou alimentação no horário da janta no ERNA 13, apesar de não enxergarem isso como atividade comercial, expressando sempre que “prepara comida” ou “faz pizza”. A relação do atendimento ao cliente (Figura 14) é percebida por estes como uma atividade integrante ao processo de beneficiamento. Não declarado também, o ERNA 02, de certa forma, desenvolve atividade rural agrícola, de maneira complementar, pois este cultiva os condimentos utilizados no beneficiamento de seus alimentos, quando afirma que:

“(…) eu cultivo as coisas que uso para dar gosto, planto cebolinha, cheiro verde, tomate regional e uso o adubo de resto dos alimentos (...) se fosse outros faziam o peixe o jogavam na lixeira e eu já enterro ele porque depois ele vira tipo um cocô que dá pra gente usar ele. E tem coisa que dá também pra misturar na ração dos cachorros, a casca da batata, vira tudo comida de novo.” (entrevista com AS 02, no dia 20 de maio de 2017).

Figura 14 – Exemplos Anúncio de Pizzaria, Mesa de Café da Manhã, Restaurante com Decoração Regional e Prato de Comida dos referentes às atividades comerciais e de beneficiamento do Macro Cluster 3



Macro Cluster 4

No MaC 4 estão 4 empreendimentos (ERNA 03, 04, 08 e 12), todos com predominância de atividades voltadas ao comércio, sendo esta sempre sua atividade principal. Destes, os ERNA 03, 04 e 12 desenvolvem mais de uma atividade voltada ao comércio como complementar (Figura 15).

No MiC 4.1 estão os ERNA 08 e 12 de maior similaridade, pois ambos possuem a produção do ramo alimentício como atividade complementar em comum, o que é confirmado nas observações em campo, pois ambos criam galinhas e trabalham dentro de uma lógica de reciprocidade como estratégia para redução do custo de aquisição de produtos, um para a comercialização e o outro para o beneficiamento.

No MiC 4.2 os ERNA 03 e 04 trabalham com a comercialização de cosméticos, ambos por catálogo. Isso pode direcionar a similaridade apresentada pelo Índice de Jaccard que segue o sentido das relações observadas, uma vez que há uma relação evidente de amizade entre agentes sociais do ERNA 03 e do ERNA 04, inclusive na decisão sobre qual catálogo cada um destes vai utilizar, para que haja maior complementariedade e disponibilização de um rol maior de produtos para a Comunidade, do que concorrência por clientes disponibilizando produtos iguais.

Em todos estes ERNA do MaC 4, a atividade de comércio impulsiona as relações sociais com os demais moradores, fato confirmado na fala do AS 12, quando diz que graças ao ERNA 12, sua relação melhorou “muito porque a gente se relaciona com todo tipo de gente. Vai tendo inclusive mais conhecimento das coisas mesmo, das pessoas daqui”. (entrevista com AS 12, no dia 20 de maio de 2017), ou na fala do AS 03 que aponta algumas relações de troca por consequência de similaridade de atividades, quando afirma que:

“tem alguns clientes que compram ali de cima né, outros aqui, tem o AS 12 que as vezes a gente troca, do ERNA 12, se ele precisa eu arrumo alguma coisa e ele também me arruma. Às vezes eu busco gás e trago botija para o AS 12, as vezes ele cria ou compra frango e traz para mim.” (entrevista com AS 03, no dia 15 de maio de 2017)

Figura 15 – Prateleira de produtos industrializados, promoções, ovos produzidos na Comunidade, Cosméticos e Materiais para Construção em atividade comercial dos ERNA do Macro Cluster 4



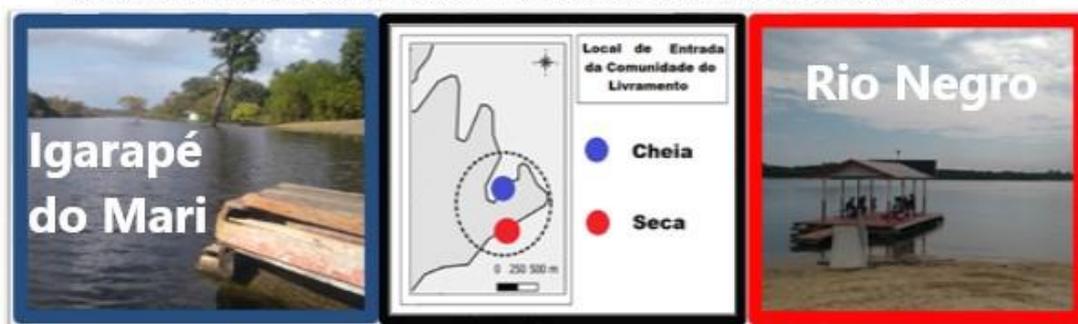
Por fim, o ERNA 14 não esteve alocado dentro destes 4 MaC, o qual elucidamos em algumas observações diretas feitas no período de campo na Comunidade do Livramento. Primeiro, o ERNA 14 é único que possui o agente social responsável pelo empreendimento, o AS 14, dedicado exclusivamente à sua atividade principal no ramo transportes, como barqueiro. A atividade de comércio empreendida no ramo recreativo, são exercidas por outros membros da família quando vem o período de seca dos rios, fase em que o balneário do ERNA 15 não se mostra tão atrativo para turistas e a localidade de lazer muda para a praia da ponta, banhado pelo Rio Negro, onde o ERNA 14 aproveita para montar um ponto comercial provisório para atender a demanda sazonal. Segundo ele, somando a atividade complementar na praia da ponta e a intensificação de sua atividade de barqueiro por conta

do aparecimento de praias, a época da seca é a de maior rendimento financeiro, fato incomum relatado pelos outros AS's.

Em diferentes épocas do ano são utilizados os 2 pontos de entrada da Comunidade, a entrada pelo Igarapé do Mari (moldura em azul), no período de cheia, e a entrada pelo Rio Negro (moldura em vermelho), no período de seca (Figura 16).

Os resultados fornecidos tanto pela Análise de *Cluster* e das informações obtidas pela observação direta no Livramento, nos possibilitaram afirmar que não existe dissimilaridade total entre os ERNA's, pois todos figuram-se integrados à rede de relações entre os AS's do Livramento. Além de permitir identificar o impacto da microcirculação de riquezas e da influência das relações sociais imbricados nas naturezas das atividades.

Figura 16 – À esquerda, com moldura azul, está a entrada da Sede da Comunidade do Livramento pelo Igarapé do Mari, no período de cheia e à direita, com moldura vermelha, está a entrada pelo Rio Negro, no período de seca.



Utilizar a análise de similaridade das atividades desenvolvidas pelos ERNA's, pode nos demonstrar que este tipo de análise contribui para compreender a pluriatividade como um dos fatores que contribuem para o estabelecimento das relações sociais entre os AS's da Sede da Comunidade do Livramento. Entretanto, isso não pode ser considerado como determinante para tal, afinal, à crítica aos modelos deterministas nas relações sociais já possui quase meio século e não cabe aqui retroceder para tentar explicar as relações entre os AS por resultados matemáticos.

Neste sentido, procuramos adicionar algumas questões mais subjetivas quanto às relações sociais entre os agentes sociais envolvidos nos ERNA's. Para Elias (2006) essas relações são norteadas por figurações determinantes, formadas no ato de se relacionar uns com os outros, e desencadeiam redes de interdependência invisíveis, formando assim interrelações em diferentes planos e tipos.

A fim de evidenciar a dinâmica da rede de relações, foram perguntados à todos os agentes sociais que desempenham algum papel dentro de um dos ERNA's, com qual dos outros empreendimentos estabelecem algum tipo de relação de: compra, venda, troca, parentesco²⁷ e ações coletivas. A partir desta coleta de dados, onde 1 significou a existência de relação e 0 a ausência.

²⁷ Caso este parentesco signifique alguma relação social no desempenho de atividades principais ou complementares

Relações de Compra

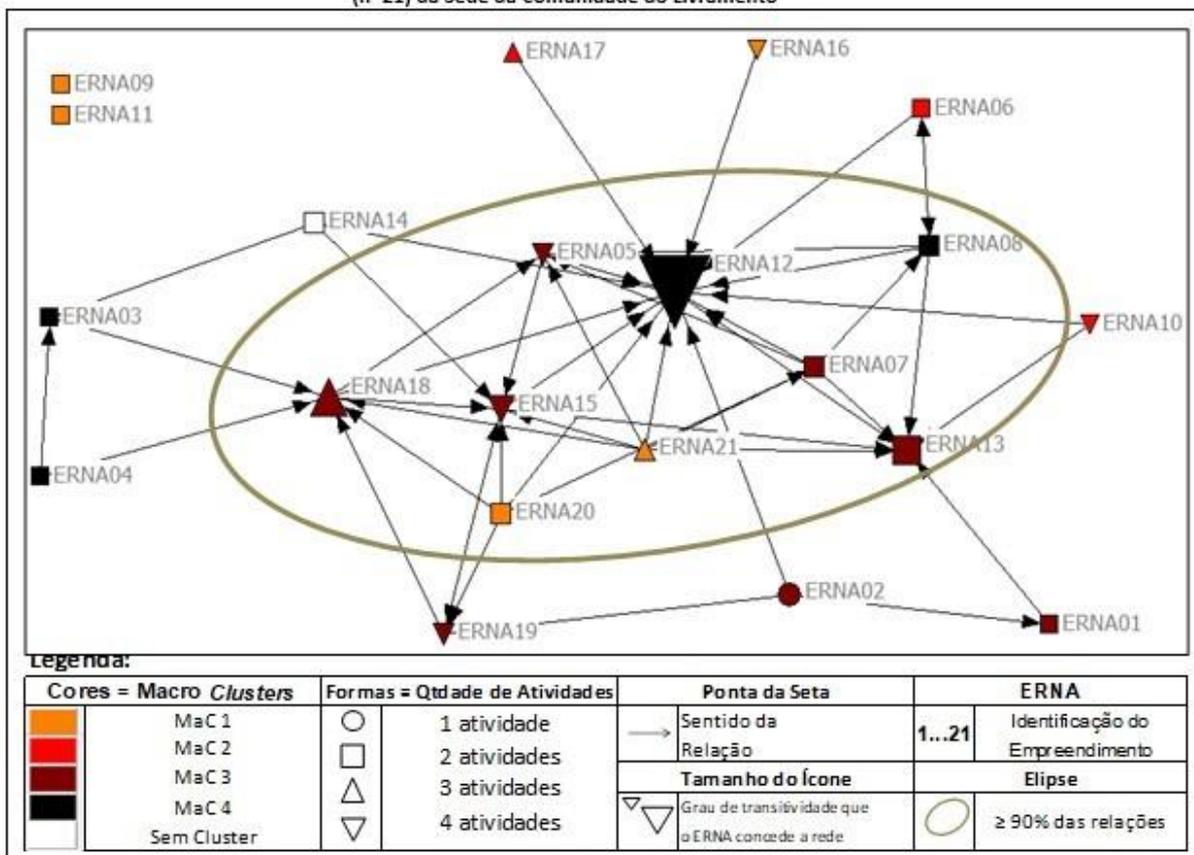
As relações de compra são aquelas que os AS adquirem em outros ERNA's seja para o desempenho de suas atividades, principal ou complementares. Existem ao todo 49 relações de compra entre os empreendimentos, ou seja, em 49 situações, os AS's declararam adquirir constantemente algum produto, insumo ou serviço de algum ERNA. Na Figura 17 está representada as relações de compra, destacando pontos já estudados anteriormente para auxiliar na compreensão de variáveis indiretas que influem nesta organização. A elipse apresentada no diagrama representa a concentração de mais de 90% das relações de compra, sendo esta, 45 das 49 relações. O direcionamento das relações (sentido da seta) de compra dos AS's dos ERNA's está concentrado em 09 dos 21 ERNA's, o que aqui chamaremos de centralidade estrutural.

Se todos comprassem regularmente de todos os outros, existiriam ao todo 420 (21x20) relações possíveis, o que nos dá uma densidade de relações de 0,1167 das relações efetivadas e constantes, o que significa que 11,67% das relações de compra estão sendo exploradas.

Nas relações de compra a média é de 2,33 relações constantes por empreendimento ao longo de todo o período observacional. Dos 09 ERNA's considerados centralidades, por estarem dentro da elipse, os ERNA 20 e 21, pertencentes ao MaC 1, configuram-se como centralidade devido ao seu poder de compra nos demais ERNA's, totalizando o número de 10 relações de compra, ou seja, 1 em cada 5 ações de compra saem destes dois ERNA's. Comparando esse dado ao observado em campo é possível compreender tal fato, pois a renda dos agentes sociais destes ERNA's é consideravelmente mais alta em relação aos demais agentes sociais dos outros ERNA's. Para Everett & Borgatti (2000) os "nós" (ou fixos) das posições centrais da rede possuem a probabilidade de ter também o maior poder de influência dentro da estrutura, o que nesse caso se traduziu em poder financeiro.

Os outros 7 ERNA's são pertencentes ao MaC3 ou ao MaC4 e os que possuem 5 indicações de compra (agentes sociais que os indicaram) ou mais, desenvolvem 3 ou mais atividades, sendo uma delas ligada ao ramo alimentício. Os pertencentes aos MaC3, que desenvolvem atividades voltadas tanto ao beneficiamento quanto ao comércio, figuram-se como importantes conexões que ligam toda a rede, o que permite uma maior transitividade (circulação) de produtos, insumos e serviços. Cabe destacar o ERNA 12 e o ERNA 18, que conectam cada um 2 ERNA's de posição periférica. Considerando que quanto maior a representação do ícone no diagrama, maior também é a capacidade deste em influir na transitividade de toda a rede, o ERNA 12, pertencente ao MaC 4, é peça chave nas relações de compra.

Figura 17 – Diagrama das Relações de Compra (n=49) entre os Agentes Sociais dos Empreendimentos Rurais Não-Agrícolas (n=21) da Sede da Comunidade do Livramento



Em suma, não é apenas o número de indicações que influencia na estrutura da rede, uma vez que o ERNA 12 recebe destaque neste tipo de relação, por três motivos: primeiro por ter sido citado pelo maior número de outros agentes sociais; segundo por também realizar compra em outros empreendimentos, assim concedendo à ele uma posição central e, por fim, de alta transitividade, por além de fazer circular produtos, insumos e serviços em vários ERNA's, é o único fornecedor de 2 agentes sociais isolados, integrando membros que estariam isolados à rede. É compreensivo este posicionamento, pois além deste ser o maior comércio do ramo alimentício da Sede da Comunidade do Livramento, com a maior quantidade de produtos estocados, também é o único que possui artigos de material para construção e também um fornecedor de serviços de construção para outros moradores.

Como o ERNA 12 é a figura central, com alto poder de influência e responsável por grande parte da transitividade da rede, este pode ser um importante aliado na difusão de informação referente às ações voltadas à questões de consumo e organização dos demais ERNA's, influenciado compras coletivas ou iniciativas de parcerias com o objetivo de ganho de compra em escala para a redução de custos. Como alerta Christakis & Fowler (2010) em casos como esse onde o membro central, de maior influência e que permite a transitividade entre os demais agentes sociais, este também pode impor maior resistência às iniciativas de mudança exógenas, por estar já estabelecido e em um grupo coeso.

Por outro lado, dois ERNA's estão totalmente isolados nas relações de compra, as duas associações, ERNA 09 e 11, motivados pela natureza da própria atividade desenvolvida pelas associações não ter ligação direta com as atividades de compra de produtos e insumos. Porém, cabe ressaltar que apesar dos AS's responsáveis por estes dois ERNA's não declararem comprar nada para o desempenho de atividades relacionadas às suas associações, tal fato não impediria totalmente que tal relação ocorresse. De fato, ocorre, mas ao longo de quatro meses foi observada apenas uma relação pontual desse tipo.

Nas relações de compra é possível concluir que: a) o poder aquisitivo de seus agentes sociais influi no posicionamento de alguns ERNA's da rede; b) a natureza das atividades desenvolvidas, com destaque ao ramo alimentício influi, na posição do ERNA's; c) o grau de pluriatividade do ERNA's também influi na organização da rede e d) a pulverização das relações de compra concede a transitividade deste tipo de relação.

Relações de Venda

As relações de venda não possuem necessariamente sentido inverso das relações de compra, pois como só investigamos a constância das relações autodeclaradas, muitos AS's podem não ter identificado o outro AS como um comprador ou como um vendedor de produtos para suas necessidades (Figura 18). Ou seja, nas relações de compra foi levado em consideração a perspectiva de quem compra e nas relações de venda na perspectiva do AS que vende, trazendo uma posição subjetiva à análise.

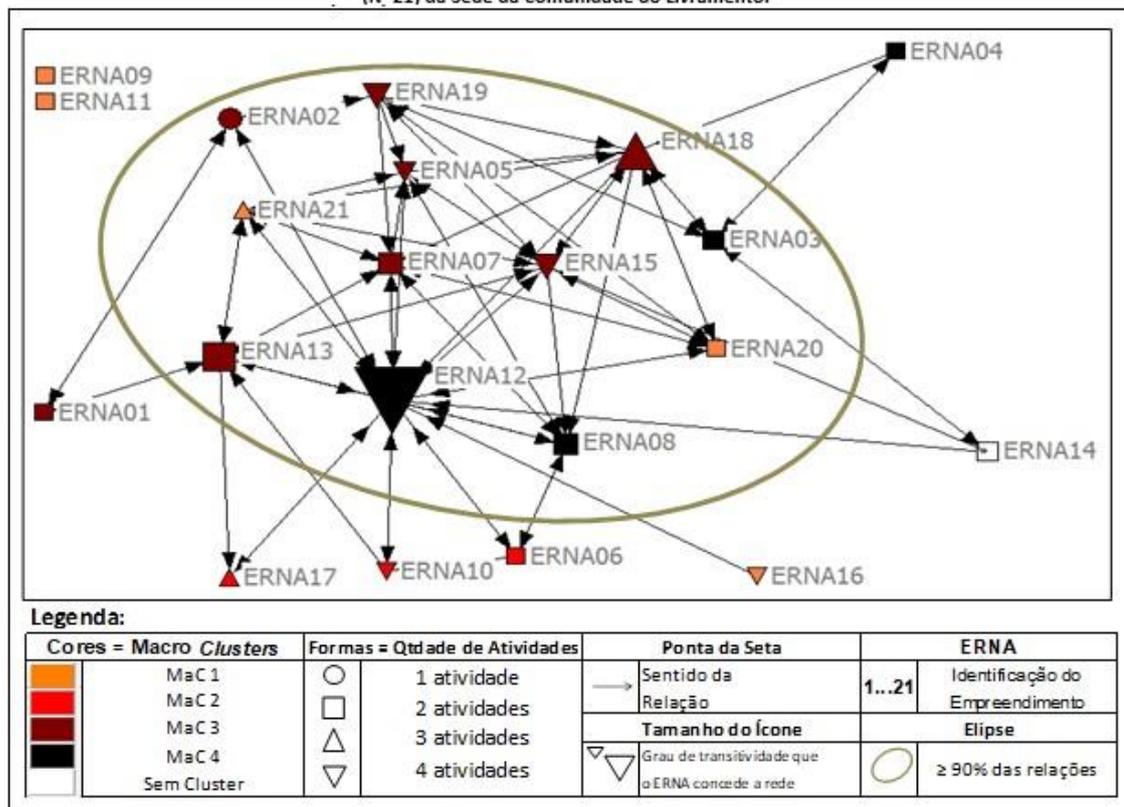
Ao todo existem 88 relações de venda entre os empreendimentos resultando em uma densidade de 0,2095, ou 20,95% das relações efetivadas das 420 possíveis, o que nos dá uma configuração de alta densidade nas relações de venda entre os agentes sociais dos empreendimentos.

A centralidade estrutural está um pouco mais difundida que nas relações de compra, agora englobando 12 dos 21 ERNA's, com uma média de relações de 4,2 relações por empreendimento, que interfere na extensão dos ERNA's. Quanto mais próximo estão os ERNA's, mais constante é a relação entre os mesmos, concedendo um caráter ainda mais intenso de transitividade.

Na Figura 18, assim como na Figura 17, os ERNA's ligados ao MaC 2 estão posicionados na periferia da rede, o que pode significar que estes realmente não são decisivos no processo de circulação interna de produtos, insumos e serviços na Comunidade do Livramento. Esta situação pode ser entendida pela vivência em campo junto aos ERNA 06, 10 e 17, que compram insumos em Manaus e vendem seus produtos mais à visitantes da Comunidade. Outro ponto de semelhança entre as Figuras 17 e 18 é a representatividade dos ERNA's 12, 13 e 18 como conexões ponte, mantendo a alta transitividade da rede. Outra semelhança entre os dois primeiros diagramas é o isolamento

dos ERNA's 09 e 11, o que pode corroborar com a fala dos agentes sociais quando afirmaram não adquirir nenhum tipo de produto, insumo ou serviço para o desempenho das atividades da associação.

Figura 18 – Diagrama das Relações de Venda (N=88) entre os Agentes Sociais dos Empreendimentos Rurais Não-Agrícolas (N=21) da Sede da Comunidade do Livramento.



A diferença entre as relações de compra e venda é exatamente o posicionamento dos membros da centralidade, eles estão mais próximos e menos dispersos, resultado de uma menor concentração das relações no ERNA 12. Isto abre um precedente para confirmar uma das observações feita em campo que, apesar do ERNA 12 ser um comércio varejista, para muitos dos outros ERNA's ele representa uma espécie de distribuidor de produtos para o desempenho dos demais empreendimentos no Livramento. Porém, é de fundamental importância destacar que o ERNA 12 não se configura como uma espécie de aviador, pois esse não opera nenhuma forma de lucro duplo, uma vez que este apesar de utilizar uma caderneta para venda com prazo de pagamento estendido, o chamado "fiado", dos produtos aos agentes sociais do Livramento, este não é acrescido de porcentagem alguma, segundo os próprios agentes sociais que compram produtos e insumos no ERNA 12. O próprio AS 12 ressalta que o índice de inadimplência é próximo de zero, reforçando também a lógica de reciprocidade entre os agentes sociais do Livramento.

Outra situação que reforça a questão da importância do ERNA 12, para a circulação na Comunidade, é que este patrocina dois outros ERNA's dispondo estoque para seu desempenho, um restaurante (ERNA 02), ao qual o AS 02 e o AS 12 possuem parentesco

direto e um bar (ERNA 05), que possui a totalidade de seu estoque de bebidas cedido pelo ERNA 12 que, ao final do mês, contabiliza as vendas, repõe as mercadorias e cobra o valor de custo dos produtos. Salientamos aqui que a relação entre o ERNA 05 e o ERNA 12 não é considerada uma relação de troca, mas sim como compra e venda.

Este grafo de relações de venda pode indicar que possíveis ações para o desenvolvimento da comercialização de produtos e insumos, no mercado interno da Comunidade, não pode estar voltado à nichos específicos de trabalho, devendo ser o mais abrangente possível. Trabalhos de confecção de produtos de beneficiamento nos ramos artísticos e vestuário possuem baixa ou nula demanda interna, o que indica que a priorização destes tipos de iniciativas pode surtir melhor efeito se agregado a forma de comercialização para o mercado externo na Comunidade.

Por fim, nas relações de venda é possível concluir que: a) os produtos feitos por ERNA's ligados ao MaC 2 não estão voltados à circulação interna; b) a pluriatividade tem pouca influência no posicionamento dos ERNA's; c) comparado com as relações de compra, as relações de venda proporcionam uma densidade de transitividade maior, além de incorporar mais empreendimentos à centralidade e diminuindo a extensão média da rede.

Relações de Troca

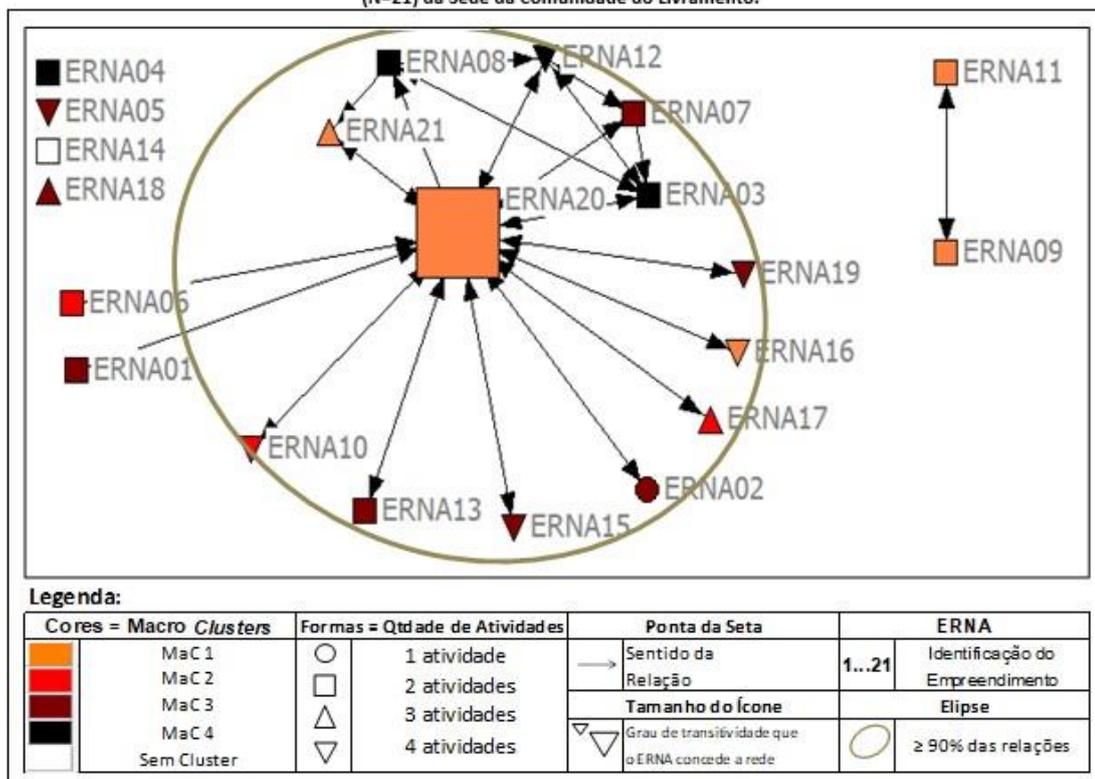
As relações de troca priorizam todo o tipo de troca, sendo elas feitas tanto para o desempenho de atividades, quanto para reprodução social dos agentes sociais, levando em consideração apenas que o fator financeiro não seja incorporado no dispêndio integral ou na cobrança de juros.

Ao todo existem 38 relações de troca entre os empreendimentos resultando em uma densidade de 0,09047, ou 9,05% das relações efetivadas das 420 possíveis, relativamente próxima às relações de compra, mas ainda sim, de certa forma, razoável, muito por conta dos empreendimentos possuírem uma média próxima de duas (1,81) relações de troca. Na Figura 19 está representado o grafo dessas relações, sendo que a centralidade estrutural abrange 13 dos 21 empreendimentos, distinta das relações anteriormente analisadas.

A primeira diferença percebida, refere-se a troca como via de sentido duplo, com exceção dos AS's 06 e 01 que citaram realizar trocas com o ERNA 20, sem reciprocidade citada pelo AS 20. Nos demais ERNA's que realizaram relações de troca citaram uns aos outros. A segunda diferença, envolve ERNA 20 que chega a ser uma figura ainda mais central em relação às outras análises, uma vez que este representa 26 das 38 relações efetivadas e também é responsável por dar transitividade a rede, sendo responsável por integrar 9 ERNA's ao processo de troca. Já a terceira diferença diz respeito à um grupo formado entre os ERNA's 03, 07, 08, 12, 20 e 21, no qual os AS's dos ERNA 03, 07, 08 e 12 declararam mutuamente que realizam uma espécie de rodízio de embarcações para trazer mercadorias de Manaus com o objetivo de redução do custo do diesel utilizado no

transporte. O ERNA 21 integra-se ao ERNA 08 na troca de serviços artísticos, como a pintura de murais e quadros, por mercadorias, o que acaba incluindo-os dentro deste grupo.

Figura 19 – Diagrama das Relações de Troca (N=38) entre os Agentes Sociais dos Empreendimentos Rurais Não-Agrícolas (N=21) da Sede da Comunidade do Livramento.



Nas relações de troca percebe-se um número elevado de indivíduos isolados, ou ERNA 04, 05, 14 e 18. O ERNA 18, apesar de sua importância para a transitividade nas relações de compra e venda, nas relações de troca existe um distanciamento dos demais ERNA, constatado nas vivências em campo, uma vez que os AS integrantes ao ERNA 18 optam por ser reservados com visitantes e com os próprios agentes sociais locais.

O ERNA 12 desenvolve uma iniciativa no ramo de eventos chamado “Feira do Troca”, principal ERNA responsável pela centralidade das relações de troca e transitividade à rede. Outra relação no ramo de eventos ocorre entre os ERNA’s 09 e 11, as duas associações, trabalham dentro da lógica de reciprocidade, com características próximas das que preconiza Sabourin (2004). Quando o ERNA 09 realiza torneios ou campeonatos de futebol, o ERNA 11 auxilia na organização e promoção, quando o ERNA 11 realiza os “Jogos Interculturais Indígenas” o AS 09 ajuda também na promoção e no auxílio a reparos necessários nas estruturas onde ocorrem as modalidades.

Ações em torno de iniciativas de troca são positivas na Comunidade do Livramento. É possível confirmar esta afirmativa, pois o ERNA 20 desenvolvia suas atividades há apenas 4 meses, e mesmo com pouco tempo já foi capaz de figurar em uma posição central nas relações de troca, por conta da iniciativa da “Feira do Troca”.

Por fim, as relações de troca demonstram: a) ações que intensifiquem a troca entre os AS da Comunidade do Livramento podem significar um estreitamento de relações; b) a ascensão de um ERNA em tão pouco tempo demonstra uma reciprocidade latente e a carência de iniciativas que sensibilizem tal prática; c) que as relações de compra e troca, bem como a pluriatividade não determinam este tipo de relação; d) a natureza do empreendimento, como nos casos dos ERNA 03, 07, 08 e 12 contribui para a transitividade em grupos da rede e) os AS's responsáveis pelas associações locais não são protagonistas nas relações de troca; e f) a extensão é maior entre os ERNA's neste grafo, o que significar instabilidade e/ou baixa constância deste tipo de relação.

Relações das ações coletivas

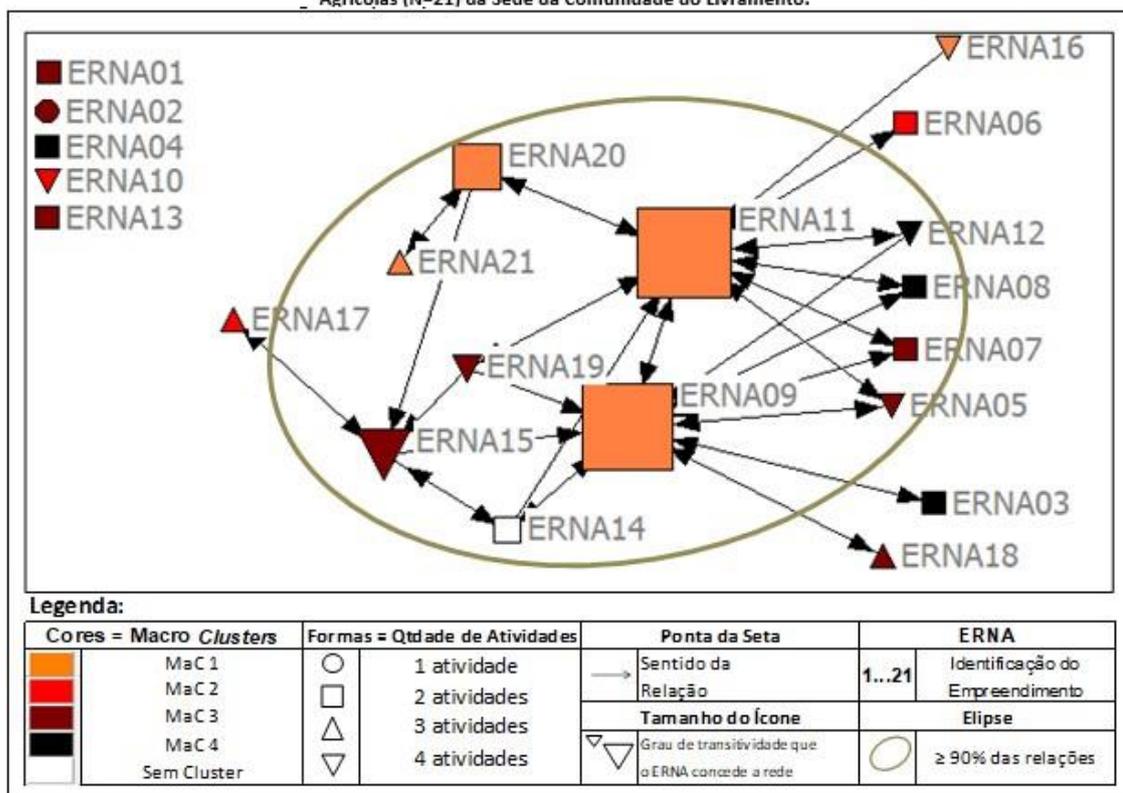
As relações por ações coletivas consideram as relações existentes entre AS's que desenvolvem qualquer tipo de trabalho mútuo que reflita em benefícios para além do individual na Comunidade. Foram identificadas 3 ações coletivas deste tipo: a) mutirão de limpeza; b) eventos comunitários e c) eventos privados

Ao todo existem 42 relações que unem AS's dos ERNA's, resultando em uma densidade de 0,1, ou 10% das relações efetivadas de 420 possíveis, o que demonstra que este tipo de relação contribui um bom envolvimento entre os AS's que desenvolvem atividades ERNA's nas ações coletivas realizadas na Comunidade, tendo em vista que na média, cada empreendimento desenvolve 2 relações de ação coletiva junto à outro empreendimento.

A concentração das relações se dá em 10 dos 21 ERNA's, destes, as atividades de natureza serviços contam com 20 das 42 relações existentes (Figura 20). Nas relações por ações coletivas, pela primeira vez, o MaC 1 aparece com mais de 1 ERNA em sua centralidade, o que pode significar, dentre outras coisas, que este tipo de relação tem como propulsora os empreendimentos não tão voltados à área de circulação de produtos e insumos e são fundamentais para a vitalidade comunitária na Comunidade do Livramento.

Por outro lado, este tipo de relação apresenta um maior número de membros completamente isolados, 5 no total (ERNA's 01, 02, 04, 10, 13), que refletem certa ausência de envolvimento comunitário. Esta ausência pode ser compreendida como um reflexo do excesso de estudos, ações e reuniões na Comunidade, realizadas com pouco planejamento, ou até mesmo ausência dos responsáveis pelo planejamento das diretrizes da Comunidade, provocando o não comparecimento de muitos agentes sociais, e quando comparecem, estes acabam por não saber expressar seu posicionamento em torno de questões pertinentes, como afirma o AS 10, quando diz que "(...) nas reuniões a maioria as pessoas falam e eu não sei o que falar, eu sou mais de ouvir, porque tem muita gente que fala coisa que não tem nada a ver com o que está sendo tratado ali." (entrevista com AS 10, no dia 03 de agosto de 2017).

Figura 20 – Diagrama das Relações por ações coletivas (N=42) entre os Agentes Sociais dos Empreendimentos Rurais Não-Agrícolas (N=21) da Sede da Comunidade do Livramento.



O fato das duas associações (ERNA 09 e 11) não estarem presentes nas relações de compra, venda e troca, não exclui a representatividade destes dentro da sociedade do Livramento. Na primeira visita de campo, durante o estudo exploratório, surgiu a dúvida sobre a inclusão destes como “empreendimentos rurais não-agrícolas”, dentro da amostragem dos empreendimentos aos quais iríamos trabalhar. No entanto, no Livramento as associações se mostraram vitais para entender a dinâmica e o funcionamento tanto da sociedade quanto da economia local, uma vez que estas além de incorporarem muitos agentes sociais em suas atividades, também são centralidades quando se analisa as relações por ações coletivas.

Sobre os mutirões de limpeza, tanto o ERNA 09 quanto 11 participam diretamente na organização destes mutirões para a manutenção do campo de futebol durante seus eventos. Neste caso, o benefício social é refletido diretamente para os ERNA's do entorno do campo em relação à higiene do local, além de indiretamente aos demais agentes sociais locais.

Quando aqui tratamos de eventos privados, nos referimos àqueles realizados por iniciativa de um agente social, sendo este evento público e acessível para todos, como no caso dos festejos organizados pelo AS 15 e as feiras do AS 20, o que lhes concede posição central e destaque na capacidade de transividade destas ações coletivas na Comunidade. Já os eventos públicos são os organizados por mais de um AS, com o interesse de vitalidade comunitária, como no caso dos “Jogos Interculturais Indígenas”, o campeonato e os torneios de futebol, a festa da comunidade, festa da padroeira da Comunidade e a festa

da associação, que acontecem todos os anos. No caso destas três últimas, a iniciativa não está ligada diretamente à iniciativa de algum ERNA, sendo promovido pela associação de moradores e/ou por membros da igreja católica.

Os ERNA 09 e 11 apresentam-se como as figuras de maior importância para a transitividade da rede, pois ligam 8 ERNA's que, caso não existissem, estariam isolados na rede. Esta é a importância destas associações, uma vez que estas integram à rede social do Livramento, agentes sociais que, indiretamente, acabam estabelecendo outros tipos de relações para além das relações com interesses comerciais, promovendo aquilo que chamamos por várias vezes neste estudo de vitalidade comunitária, que pode ser entendida como "(...) relacionamentos e interações nas comunidades, avaliando a sensação de pertencimento, a vitalidade dos relacionamentos afetivos, a capacidade de mobilização e de auto-cooperação" (MORAIS & BORGES, 2010, p.459).

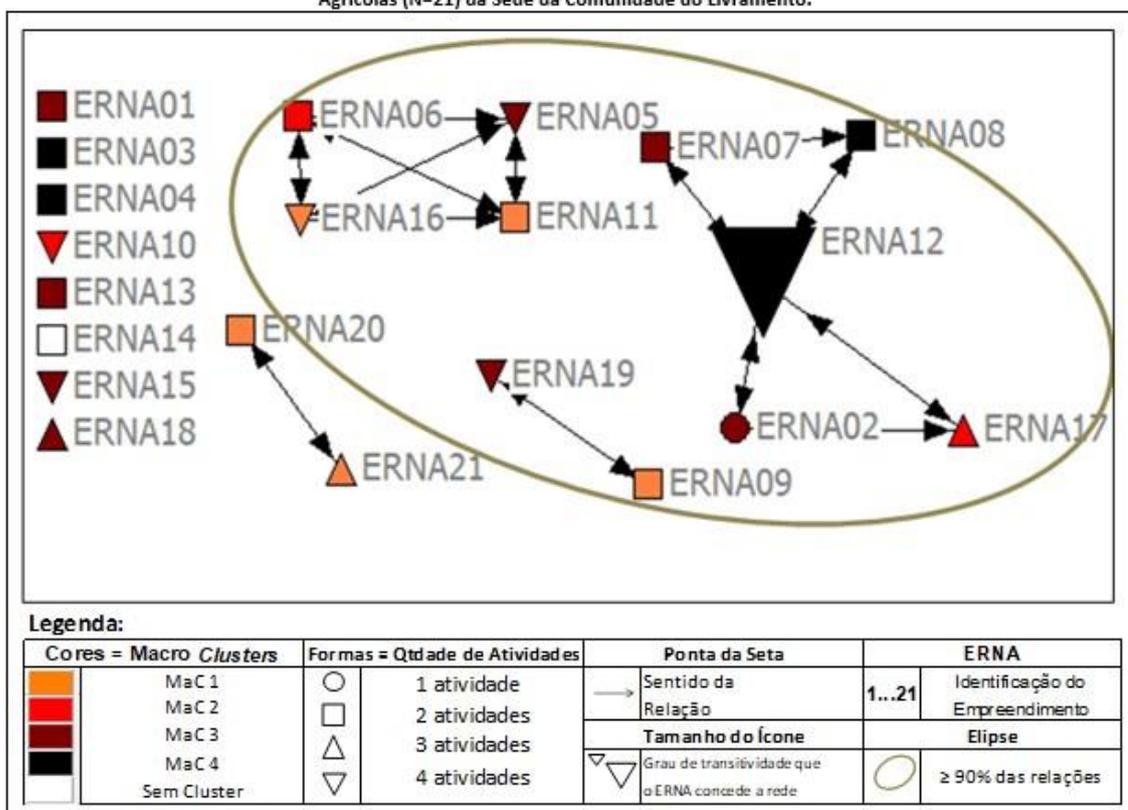
As relações por ações coletivas demonstram que: a) são imprescindíveis para um maior envolvimento comunitário, o que nos leva a crer que ações de fortalecimento destas associações tendem a fortalecer também a vitalidade da Comunidade como um todo; b) estão ligadas à atividades de natureza serviço; c) têm forte representação das associações da Comunidade; d) 3 dos 4 ERNA's da centralidade, e os mais importantes para a transitividade, desenvolvem apenas duas atividades, bem como 1 de cada 2 ERNA's envolvidos na rede, o que pode significar uma possível relação inversamente proporcional à pluriatividade; e e) assim como na troca, a relação por ações coletivas concede um caráter de reciprocidade, sendo que das 42 relações existentes, 38 são de sentido duplo.

Relações de parentesco

As relações de parentesco consideram as relações existentes entre AS's que possuem parentesco e inclui, direta (em atividades em conjunto) ou indiretamente (no fornecimento de produtos, insumos ou serviços), nas relações de trabalho.

Existem 28 relações de parentesco diretas ou indiretas, o que resulta na mais baixa densidade entre as relações, com 0,05 ou 5% das relações possíveis. A Comunidade do Livramento, como um todo, apresenta muitas famílias extensas e que de certa forma mantém raízes muito próximas de parentesco, o que acaba não sendo traduzido, de fato, nas relações de parentesco no desenvolvimento do trabalho entre os agentes sociais dos empreendimentos, sendo que estes possuem pouco mais de 1 (1,3) relação de parentesco com um AS de outro ERNA. A Figura 21 demonstra estas relações, evidenciado por 2 grupos, um formado pelos ERNA's 06, 05 16 e 11 e outro por 02, 07, 08, 12 e 17, além de duas relações diretas entre os ERNA's 20 e 21 e outro pelos ERNA's 09 e 19.

Figura 21 – Diagrama das Relações de parentesco (N=28) entre os Agentes Sociais dos Empreendimentos Rurais Não-Agrícolas (N=21) da Sede da Comunidade do Livramento.



Os AS's 20 e 21 são casados e, como já dito anteriormente, o AS 21 presta auxílio no desenvolvimento da "Feira do Troca". Os AS 09 faz parte da diretoria do ERNA 19, cedendo além do trabalho na organização, o espaço físico do ERNA 09 para as reuniões referentes aos torneios e campeonatos de futebol.

Sobre os dois grupos formados, um deles é formado entre os ERNA 05, 06, 11 e 16, que possui o AS 11 como responsável pela formação deste grupo, isso não expresso no gráfico, mas observado em campo. Consideramos incluir esta observação, pois: i) o AS 11 e o AS 05 são casados e desenvolvem atividades junto à esportes com jovens na Comunidade; ii) a AS 06 é tia do AS 11 e tesoureira do ERNA 11; iii) O AS 11 e o AS 16 são irmãos, sendo que o centro cultural (ERNA 16) é um projeto submetido pelo ERNA 11 junto à Secretaria Municipal de Educação (SEMED).

No outro grupo estão os ERNA 02, 07, 08, 12 e 17, tendo o AS 12 como responsável pela transividade desse grupo, desta vez expresso no gráfico, pois: i) o AS 12 é filho de AS 17 e vende produtos excedentes da produção rural do ERNA 17 em seu mercado; ii) o AS 12 é irmão e principal fornecedor de estiva do restaurante do AS 02; iii) o AS 12 é genro do AS responsável pelos ERNA 07 e 08, sendo que o AS 12 cria aves junto ao filho da AS 07 no ERNA 07 e realiza compras em conjunto com AS 07 no ERNA 08.

Estes dois grupos apresentam resultados bastante significativos nas relações de trabalho por parentesco, sendo que este último grupo demonstra a importância de um

membro com alto grau de pluriatividade para sua transitividade. Ao cruzar as informações obtidas no Diagrama 06 com as observações de campo, percebe-se que, o ERNA 12 é altamente pluriativo por conta de suas relações de parentesco, uma vez que este acaba unindo duas famílias diferentes no desenvolvimento de suas atividades: sua família consanguínea e a família de sua esposa. Esta relação de parentesco concede ao ERNA 12 uma atividade complementar a mais, além de conceder o caráter pluriativo ao ERNA 07, pois caso contrário este provavelmente desenvolveria apenas sua atividade principal.

Existem estudos de mais de duas décadas atrás que não consideravam as atividades rurais não-agrícolas exercidas entre membros de uma mesma unidade econômica familiar, ou entre famílias, como pluriatividade, como exposto em estudo feito por Brumer & Santos (1997). Todavia, para Schneider (2009) a unidade econômica familiar, que desenvolve atividades rurais não-agrícolas realizadas entre e intrafamiliar, passa a ser caracterizada como pluriativa, quando esta é dotada de regularidade e como estratégia de adaptação. Sendo assim, justificamos mais uma vez a necessidade de ter verificado a regularidade das relações para definir quais as relações de trabalho junto à laços de parentesco puderam influir na pluriatividade. Verificou-se que esta influência pode ser motivada por dois tipos de resultados: i) um intrafamiliar, como no caso dos ERNA's 05, 06, 11 e 16 e ii) entre famílias, como no caso dos ERNA 02, 07, 08, 12 e 17.

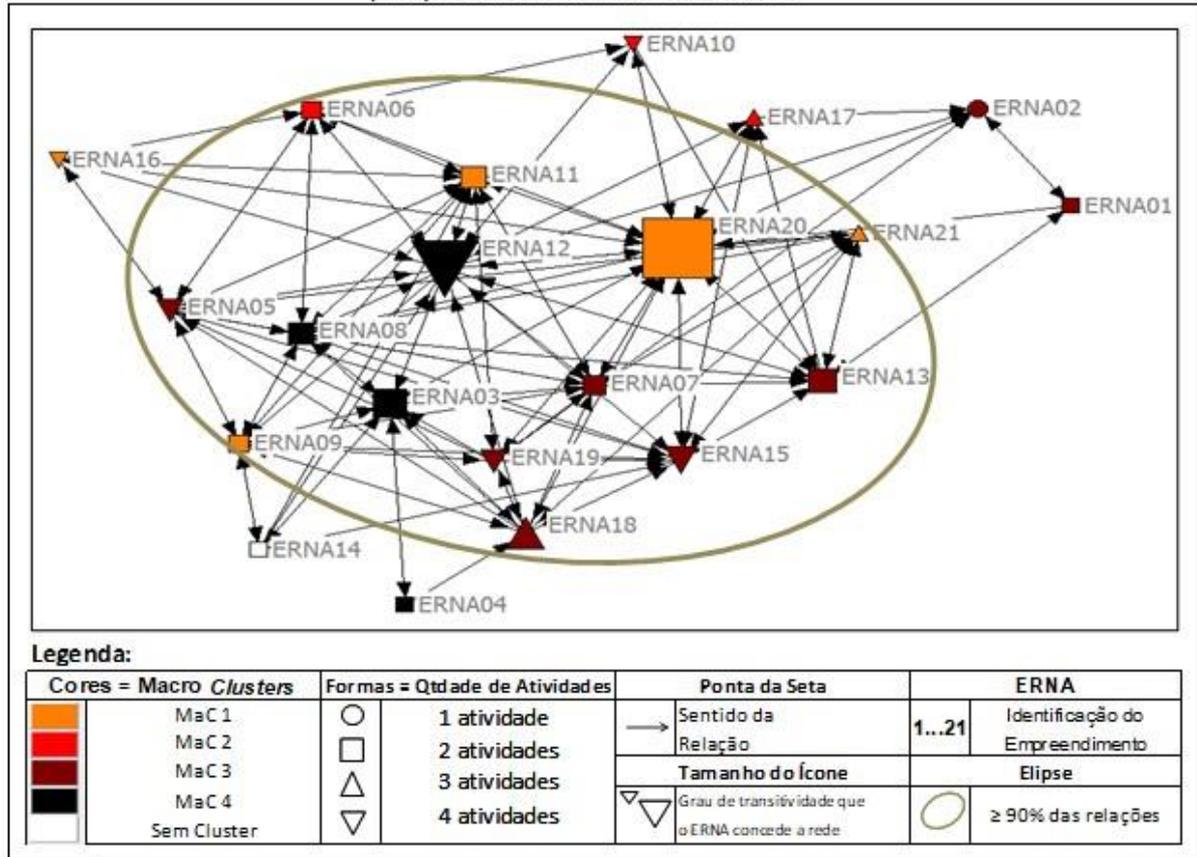
Martins (2016) disserta sobre a importância das redes de relações de parentesco e de troca como estratégias da agricultura familiar. Alguns de seus resultados assemelham-se aos obtidos neste estudo, uma vez que existe um potencial para o estabelecimento de laços: i) na troca de serviços em unidades econômicas familiares vizinhas sem laço de parentesco e ii) na ajuda mútua quando há certo grau de parentesco, seja consanguíneo ou de compadrio.

Sobre as relações de parentesco podemos concluir que: a) há a contribuição para a pluriatividade dos ERNA quando existem relações intrafamiliares; b) esta influência ainda é mais forte quando estas relações são entre familiares; c) quanto maior o grau de pluriatividade, maior é a capacidade de influenciar na transitividade das relações de trabalho por parentesco; e d) apesar da menor densidade, as relações de parentesco influenciam indiretamente em todas as outras relações, sendo imprescindível para a compreensão de estudos sobre estratégias de adaptação, pluriatividade e economia rural não-agrícola em áreas rurais com restrições ambientais.

Panorama de todas as relações

Dentre estes 5 tipos de relações levantadas, a soma total declarada pelos AS's foram de 245 relações entre os 21 ERNA's, o que resulta em uma densidade de 0,1167 ou 11,67% de relações efetivadas. Estas 245 relações existentes entre os ERNA's, considerando as 5 análises anteriores (Figura 22).

Figura 22 – Diagrama das Relações Sociais (N=245) entre os Agentes Sociais dos Empreendimentos Rurais Não-Agrícolas (N=21) da Sede da Comunidade do Livramento.



Por um lado, este percentual mostra a potencialidade existente para a expansão de um mercado interno de compra de produtos, insumos e serviços, sem a necessidade de criar demanda em um mercado externo, isso em um primeiro momento. Por outro lado, esta densidade pode ser considerada expressiva se compararmos com o de um estudo realizado por Pascotto *et al.* (2013) em um empreendimento de ensino do Estado de São Paulo, envolvendo 37 agentes sociais de apoio administrativo que obteve a densidade de 17,4%.

Sendo assim, a possibilidade real de expansão das relações entre os AS dos ERNA's do Livramento, então, pode não ser tão grande quanto demonstrado matematicamente. Se considerarmos que uma rede social de uma empresa que necessita da troca de informação entre agentes sociais, para o desempenho de suas atividades, possui densidade de aproximadamente 17%, o resultado de aproximadamente 12%, nos parece razoável, uma vez que estabelecer relações entre os ERNA's do Livramento é uma decisão facultativa aos agentes sociais. Este resultado confere, à economia rural não-agrícola do Livramento, um caráter de cooperação entre agentes sociais.

Neste panorama completo das relações, 2 de cada 3 ERNA's compõe a centralidade estrutural, tendo ao menos um representante de cada um dos 4 MaC's figurando dentro da elipse de mais de 90% das relações existentes. Cabe ressaltar que os ERNA's do MaC 2 não se apresentam como altamente influenciadores da transitividade da rede, o que pode

indicar: i) ações voltadas ao beneficiamento sem agregar o comércio destas possuem baixo impacto quanto a circulação interna; e ii) existe uma possível carência do intercâmbio nas relações de troca, compra e venda entre beneficiadores e comerciantes da Comunidade.

É possível observar proximidade por atividade desenvolvida, confirmando que estudos utilizando Índice de Similaridade de Jaccard para posterior *análise de cluster* podem ser de grande valia se aliados a observação direta, nas Ciências Sociais Aplicadas, sendo que: a) do MaC 1 estão próximos, em posição central, os ERNA's 11, 20 e 21; b) do MaC 2 figuram-se próximos, em posição periférica, os ERNA's 06, 10 e 17; c) do MaC 3 estão próximos, em posição central, os ERNA's 07, 13, 15, 18 e 19; e d) do MaC 4 estão, em posição central, os ERNA's 03, 08 e 12. Nota-se que o único ERNA que não possui uma similaridade de atividades, também não está em uma posição central.

Destacam-se os ERNA's 12 e 20, que estão presentes em todas as 5 relações analisadas, conferindo tanto as duas posições mais ao centro, quanto os dois maiores graus de transitividade da rede. Isso pode nos revelar que, qualquer informação ou ação desenvolvida junto aos agentes sociais destes ERNA's possui uma maior probabilidade de atingir a rede social da Comunidade do Livramento como um todo, ressaltando que "Indivíduos entusiasmados, conectados em rede (...) transformam-se num ator coletivo consciente" (CASTELLS, p.127, 2013). O mesmo autor ainda versa que as morfologias das redes dão forma ao processo de mobilização de mudança social sendo, ao mesmo tempo, processo e resultado.

Neste contexto, esta rede pode ser considerada como uma rede "mundo pequeno" por atender as duas características básicas apontadas por Watts & Strogatz (1998), a baixa extensão média entre os ERNA e alta transitividade de relações, o qual concede o caráter de alta confiabilidade nas relações estabelecidas entre os agentes sociais e também é confere a possibilidade de reordenamentos para a otimização da circulação (COLLINS & CHOW, 1998), seja de produtos, insumos, serviços ou mesmo informações. Essa alta confiabilidade pode significar, dentre outras coisas, a alta aceitação de iniciativas promovidas de forma endógena e possíveis resistências de ações exóticas à Comunidade.

A combinação destes dois tipos de análise pode ser transportada para além de apenas atividades rurais não-agrícolas, podendo ser utilizada no foco ao qual pesquisas futuras sobre as características das redes sociais entre os agentes sociais preceda a tomada de decisão sobre ações em outras localidades, quando este necessite de informações sobre a aceitação e disseminação de projetos de intervenção.

CONCLUSÃO

Em síntese: i) nas relações de compra a similaridade de atividades, ramo e a quantidade de atividades desenvolvidas influem moderadamente na organização da rede; ii)

as relações de venda são as que concedem a maior densidade à rede e neste tipo de relação a pluriatividade tem pouca influência no posicionamento dos ERNA's; iii) as relações de troca demonstram ter pouca influência da pluriatividade e abrem um precedente para a intensificação deste tipo de relação na Comunidade; iv) as relações por ações coletivas possuem as associações como protagonistas e forte relação de reciprocidade; v) as relações por parentesco influenciam fortemente a pluriatividade dos ERNA's o que acaba refletindo indiretamente em todas as outras relações; e vi) a centralidade e transitividade recebem maior influência da presença em múltiplas relações do que da intensificação de um único tipo de relação.

Por fim, compreender que cada tipo de relação é diferente, que cada ERNA é diferente, bem como cada agente social envolvido neste tipo de análise é diferente, foi de suma importância para os resultados obtidos nesse capítulo, bem como a frequente vivência em campo para a observação das relações constantes. Este estudo não objetivou homogeneizar nenhum tipo de relação estabelecida entre os AS's, mas sim tentar compreender como as atividades desenvolvidas são influenciadas e influenciam as relações sociais, que por sua vez influenciam não só a dinâmica social, como também a dinâmica econômica e ambiental. A análise da pluriatividade, como estratégia de adaptação, traz importantes contribuições para elucidar as questões iniciais do estudo.

Se a economia rural não-agrícola é pluriativa? Sim, uma vez que em 20 dos 21 ERNA's desenvolvem atividades rurais não-agrícolas de forma constante e agrupam-se em 4 Macro *Clusters* de atividades de naturezas diferentes: 1. mais voltadas à serviços; 2. mais voltada ao beneficiamento; 3. proporção semelhante entre beneficiamento e comércio; e 4. mais voltada ao comércio. Inverte-se aqui um estigma sobre o não-agrícola complementar às atividades de domicílios agrícolas, uma vez que nos ERNA's muitos não desenvolvem atividades agrícolas e os que desenvolvem, as fazem como subsídio de suas atividades principais não-agrícola.

Sobre a influência da pluriatividade na rede de relações, e vice-versa, e como esta pode ser considerada uma estratégia de adaptação, estas relações concedem um posicionamento de destaque àqueles ERNA's que desenvolvem constantemente diversos tipos de relações por meio das atividades que desenvolvem, seja por proximidade da natureza das atividades que desenvolvem, seja por questões de vitalidade comunitária e/ou parentesco.

Este estudo revelou que em pontos nodais de áreas rurais próximas à grandes centros, ou as chamadas áreas periurbanas ou de transição, que sofrem restrições ambientais, os agentes sociais podem lançar mão de desenvolver atividades econômicas acerca da economia rural não-agrícola como estratégia de adaptação e passar a

desenvolver as atividades na esfera de produção como atividade complementar que, de certa forma, garantem sua reprodução física e social.

Os resultados aqui apresentados demonstram que a esfera da circulação na Sede da Comunidade do Livramento é extremamente suscetível a ações em torno da intensificação da transitividade em atividades econômicas ligadas à cultura. Confirmamos isso com a representatividade do ERNA 20 na rede de relações sociais do Livramento, desenvolvendo outra economia à apenas 4 meses e mesmo assim figurando como empreendimento central e altamente influente tanto quanto um empreendimento com anos de existência e que trabalha em uma lógica econômica voltada ao consumo, o ERNA 12.

As ferramentas utilizadas nas análises foram fundamentais para elucidar às observações de campo e vice-versa. Porém, foi a complementariedade de métodos que concedeu a oportunidade de compreender a pluriatividade e as relações sociais como algo dinâmico e interdependente. Pela recorrência da cultura e vitalidade comunitária permeando as atividades rurais não-agrícolas, surge então mais um questionamento para estudos futuros: “A economia rural não-agrícola pode ser alternativa para a promoção da qualidade de vida em áreas rurais com restrições ambientais?”

REFERÊNCIAS

ADULIS, D. **A Profusão de Redes: Gestão e Fomento na Promoção do Desenvolvimento**. In. Cássio Martinho [et al.] (Orgs) Vida em rede: conexões, relacionamentos e caminhos para uma nova sociedade. Barueri, SP: Instituto C&A, 2011.

ALEXANDRE, M. **Breve descrição sobre processos grupais**. Comum - Rio de Janeiro. Vol. 07, No; 19, p.209-219. 2002.

BARABÁSI, A. L.; ALBERT, R. “**Emergence of Scaling in Random Networks**”. Science. Vol 286. P.509-511. 1999.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2009.

BARNES, A.P. et al. **The influence of diversification on long-term viability of the agricultural sector**. In Land Use Policy, Vol. 49, Pages 404-412, 2015

BAUMEL, A.; BASSO, L. C. **Agricultura familiar e a sustentabilidade da pequena propriedade rural**. In: Gisele Camargo; Maurício Camargo Filho; Jorge Luiz Fávaro (Orgs.) Experiências em desenvolvimento sustentável e agricultura familiar. Guarapuava – Paraná: Ed. Unicentro, 2004.

BORGATTI, S. P. **Netdraw Network Visualization**. Analytic Technologies: Harvard, MA. 2002.

BRUMER, A. & SANTOS, J.V.T. **Tensões agrícolas e agrárias na transição democrática brasileira**. São Paulo em Perspectiva. São Paulo: Fundação Seade. Vol. 2, No. p. 03-14. 1997.

CASTELLS, M. **A Sociedade em Rede: Do Conhecimento à Política.** In: Manuel Castells & Gustavo Cardoso (Orgs). *Do Conhecimento à Acção Política*. ISBN 972-27-1453-8. Centro Cultural Belém. Portugal. p. 17-22. 2005

CHRISTAKIS, N. A.; FOWLER, J. **O poder das conexões: a importância do networking e como ele molda nossas vidas.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

COLLINS, J. J. & CHOW, C. C. **It's a small world.** *Nature*. Vol. 393 (6684). p.409–410. 1998.

EVERETT, M. & BORGATTI, S. R. **Peripheries of cohesive subsets.** *Social Networks*, Vol 21, No 4, p.397-407, 2000.

FREEMAN, L. C. **The development of social network analysis: a study in the sociology of science.** Empirical Press, Vancouver, B. C., 2004.

FREEMAN, L. C. **The Development of Social Network Analysis - with an Emphasis on Recent Events.** In Scott & Carrington (Orgs) *The SAGE Handbook of Social Network Analysis*. London: SAGE Publications, 2011.

FREEMAN, L. C. **Uncovering organizational hierarchies.** *Computational and Mathematical Organization Theory*, Vol. 3, p. 05-18. 1997.

FULLER, A. M. **From part-time farming to pluriactivity: a decade of change in Rural Europe.** *Journal of Rural Studies*. Vol. 6, No. 4, p. 361-373, 1990.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GÜNTHER, H.; ELALI, G. A.; PINHEIRO, J. Q. **A abordagem multimétodos em Estudos Pessoa-Ambiente: Características, definições e implicações.** Série: Textos de Psicologia Ambiental, nº23. Brasília, DF: UnB, Laboratório de Psicologia Ambiental. 2004

HANSSON, H., FERGUSON, R., OLOFSSON, C., 2010. **Understanding the diversification and specialization of farm businesses.** *Agriculture Food Science*. Vol. 19, p.269–283. 2010

KINSELLA J. *et al.* **Pluriactivity as a Livelihood Strategy in Irish Farm Households and its Role in Rural Development.** *Sociologia Ruralis*. No. 40. p. 481–496. 2000.

LATOURETTE, B. **Reagregando o Social: uma introdução à Teoria do Ator-Rede.** Trad. Gilson César Cardoso de Sousa. Salvador/Bauru: Edufba/Edusc, 2012.

MATTEI, L. **Pluriatividade no Contexto da Ruralidade Contemporânea: Evolução Histórica dos Debates sobre o Tema.** *Revista Econômica do Nordeste*. Vol.39, No.03, Fortaleza. 2008.

MARTINS, A. L. U. **Conservação da agrobiodiversidade: Saberes e estratégias da agricultura familiar na Amazônia.** Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia (PPGCASA) da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), 213pg. 2016.

MILGRAM, S. **The Small-World Problem.** *Psychology Today*, Vol 1, No 1. p. 61-67, 1967

MORAIS, L. P. & BORGES, A. **Novos paradigmas de produção e consumo: experiências inovadoras** (Orgs). São Paulo : Instituto Pólis, 2010.

MORAN, E. F. **Adaptabilidade Humana: Uma Introdução à Antropologia Ecológica**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994.

PASCOTTO, S. M. P. *et al.* **Análise de Rede Social para mensuração das estruturas formais e informais**. Revista Adm UFSM. Vol. 06, Edição Especial, p. 179-194. Santa Maria, 2013.

SABOURIN, E. **Dádiva e Reciprocidade nas Sociedades Rurais Contemporâneas**. Revista Tomo. São Cristóvão - SE. No. 7, 2004.

SCHNEIDER, S. **A pluriatividade como estratégia de reprodução social da agricultura familiar no sul do Brasil**. Estudos sociedade e agricultura. No 16. p. 164-184. Rio de Janeiro, RJ. 2001.

SCHNEIDER, S. **A pluriatividade no meio rural brasileiro: características e perspectivas para investigação**. In Hubert Carton Grammont e Luciano Martinez Valle (Orgs.) La pluriactividad en el campo latinoamericano. 1ª ed. Quito/Equador: Ed. Flacso - Serie FORO. Vol. 1, p. 132-161. 2009.

SCUDELLER, V. V.; SANTOS-SILVA, E. N. dos; APRILE, F. M.; MELO, S., [Orgs.]. **BioTupé: meio físico, diversidade biológica e sociocultural do Baixo Rio Negro, Amazônia Central**. Vol. 1. Manaus: Editora INPA. 2005.

WATTS, D. J. & STROGATZ, S. H. **"Collective dynamics of 'small-world' networks"**. Nature. Vol 393 (6684). p.440-442. 1998.

WITKOSKI, A. C. **Terra, Florestas e Águas de Trabalho: os camponeses amazônicos e as formas de uso de seus recursos naturais**. Manaus: EDUA, 2007.

WOLTER, R. P. & WACHELKE, J. **Índices complementares para o estudo de uma representação social a partir de evocações livres: raridade, diversidade e comunidade**. Revista Psicologia: teoria e prática. Vol. 15, No.2. São Paulo. 2013

CAPÍTULO 3 - A CONTRIBUIÇÃO DE EMPREENDIMENTOS RURAIS NÃO-AGRÍCOLAS PARA O BEM VIVER

“A proposta é de encontrar uma “nova” perspectiva que possa promover diálogo entre disciplinas (...) que interprete as múltiplas manifestações de mercados, comércio, dádiva e troca, que tente compreender a maneira pela qual interesses individuais se combinam para erguer um sistema social durável e um processo econômico sustentável.”

Clóvis Cavalcante

INTRODUÇÃO

Desde sua instituição, em agosto de 2005, a Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Tupé (RDS do Tupé) impõe limitações de ordem econômica, social e ambiental aos agentes sociais da Sede da Comunidade Nossa Senhora do Livramento. Em contraponto à estas restrições, estes agentes sociais passam a articularem-se por um outro paradigma de produção e consumo, a economia rural não-agrícola, uma vez que essa apresenta-se como capaz de promover a autossuficiência destes, sem que haja o desrespeito à sua visão de mundo e modos de vida.

Essa tentativa de construção de uma outra dinâmica de produção e consumo, surge em diversos lugares da América do Sul e com maior representatividade em países como Bolívia e Equador, que passam a desenvolver novas métricas e posturas socioeconômicas, inclusive impactando em medidas políticas, leis e normas nestes países. Uma destas novas posturas é o chamado “Bem Viver”, deixando o paradigma do desenvolvimento econômico para decisões periféricas, enquanto “(...) os movimentos sociais, desde temas como ecologia ao feminismo, recuperaram sua centralidade na vida das pessoas e na natureza, na defesa de direitos básicos, como educação, saúde e igualdade social.” (ALCANTARA & SAMPAIO, 2017, p.232).

Para os mesmos autores, o conceito tem origem andina, abrangendo desde o sul da Venezuela ao norte da Argentina e é derivada de dois povos, os Quechua (Equador) e os Aymarás (Bolívia). Existem outros autores que, além da origem do Bem Viver nos povos Quechua (ou Quíchua), utilizando o termo *Sumak Kawsay* como referência, e dos povos Aymarás (ou Aymarás), *Suma Qamaña*, também sinalizam para origem Guaraní, com o termo *Teko Porã* (IHU, 2010) e para o povo Baniwa, que:

“(...) buscaram em sua própria cultura uma tradução para sustentabilidade, encontrando uma correlação com Manakai, uma palavra em Baniwa que significa para o bem viver e se refere a manter uma vida saudável baseada

nos conhecimentos do povo referentes à sua forma de viver e cuidar do ambiente.” (CRUZ, 2014, p.18)

Alcantara & Sampaio (2017) ainda dissertam que o termo está ligado à questões como espiritualidade, natureza, modos de vida e consumo, política e ética, e para que não fique apenas na esfera teórica, é necessário intensificar o debate acerca deste tema como uma proposta alternativa de desenvolvimento na relação ambiente e sociedade. Sobre este debate como alternativa de desenvolvimento, Pablo Dávalos, professor catedrático e ex-vice ministro de Economia do Equador disserta que:

“(…) o Sumak Kawsay é a alternativa ao modo capitalista de produção, distribuição e consumo. É também uma alternativa para o mecanismo de regulamentação social, por meio dos mercados autorregulados, e é uma forma de devolver à sociedade o controle sobre a produção. O Sumak Kawsay propõe, além disso, uma forma de relacionamento diferente entre os seres humanos, na qual a individualidade egoísta deve se submeter a um princípio de responsabilidade social e compromisso ético, e um relacionamento com a natureza no qual esta é reconhecida como uma parte fundamental da socialidade humana. Até agora, é o único discurso e prática coerente que pode deter os desvios predatórios e desumanos da acumulação capitalista, que, no ritmo em que avançam, convertem-se em uma ameaça à vida humana sobre o planeta.” (IHU, 2010, p.5)

Outra referência na área política que trabalha o Bem Viver como conceito norteador da forma a se pensar um novo paradigma é Alberto Acosta, ex-Ministro de Energia e Minas do Ecuador e candidato a presidência do Equador em 2013. Acosta (2016) disserta desde a importância e baixa eficiência do mercantilismo ambiental, até a confiança nos avanços da ciência tradicional para resolver os problemas sobre sustentabilidade, equidade e igualdade. O mesmo autor propõe que o *Buen Vivir* não é uma proposta de desenvolvimento universal, mas é importante instrumento para superarmos o crescimento econômico mecanicista, tendo em cada país uma forma de encontrar o seu Bem Viver. Sobre o Brasil, Acosta (2016) sinaliza a diversidade cultural, ecológica e humana como potencialidades para encontrar este Bem Viver.

O professor Alberto Acosta também é referenciado pelos principais autores utilizados neste estudo, Morais & Borges (2010), que desenvolvem a partir destes conceitos uma concepção metodológica acerca do Bem Viver que, além de primar por novos paradigmas de produção e consumo, aproveita a proximidade conceitual da Felicidade Interna Bruta (FIB), metodologia contra hegemônica do Produto Interno Bruto (PIB), como forma de se medir fatores socioeconômicos, desenvolvido na década de 70 em uma parceria entre um país da Ásia e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Esses autores desenvolvem um roteiro metodológico sobre o Bem Viver apresentado no Anexo II de seu livro, procedido de análises qualitativas que buscam: i) entender quais as dimensões de um projeto, são capazes de gerar maior impacto na qualidade de vida de Comunidades

por diversas regiões do Brasil; e ii) quais as diferentes percepções com relação à produção deste impacto nas dimensões que influem na qualidade de vida.

As dimensões que compõe o FIB e que norteiam estudos utilizando o roteiro sobre o Bem Viver são: a) bem-estar psicológico (satisfação e otimismo do agente social em relação à própria vida); b) uso do tempo (distribuição do tempo entre trabalho, família, amigos e outras atividades); c) vitalidade comunitária (relacionamentos e interações nas comunidades, sensação de pertencimento, relacionamentos afetivos, mobilização e autocooperação); d) cultura ou diversidade cultural (manter, afirmar e fomentar as tradições e culturas do local, existência de eventos culturais e artísticos e discriminação por causa de religião, raça ou gênero); e) ambiente ou resiliência ecológica (qualidade da água, ar, solo, biodiversidade e a percepção da qualidade do ambiente de forma geral); f) governança e cidadania ou boa governança (participação e transparência nas decisões do governo, movimentos sociais, mídia, judiciário, sistema eleitoral e também a influência na cidadania e na exigibilidade de direitos); g) padrão de vida (condições materiais de vida, renda individual e familiar, nível de dívidas, habitações, padrão de consumo e segurança financeira); h) saúde (políticas em saúde, auto-avaliação da saúde, invalidez, exercício, sono e nutrição); e i) educação (educação formal, informal, competências, educação dos filhos, valores em educação e educação ambiental) (MORAIS & BORGES, 2010, p.459).

O objetivo da análise do roteiro sobre o Bem Viver é entender quais são as questões que coletivamente limitam e quais impulsionam o envolvimento de empreendimentos no Bem Viver dos agentes sociais e da Comunidade ao qual estão inseridas, além de primar buscar por “(...) superar as avaliações puramente numéricas e econômicas. Esta avaliação será essencialmente qualitativa” (MORAIS & BORGES, p.453, 2010).

Uma mudança na dinâmica socioeconômica pautada em atividades rurais não-agrícolas (HAGGBLADE *et al.* 2007; LIEDHOLM, 2007; MATTEI, 2008; SCHNEIDER 2001, 2009) já fora observado na Sede da Comunidade do Livramento (MARIOSIA *et al.*, 2017) e outros estudos em andamento também apontam para contribuições desta nova postura socioeconômica para dimensões do Bem-Viver, como a Vitalidade Comunitária, Cultura e Educação. Como estamos falando repetidas vezes da visão de mundo dos próprios agentes sociais, surge então a necessidade de desenvolver estudos voltados à compreensão da profundidade das atividades rurais não-agrícola na influência do Bem Viver da Comunidade como um todo, na perspectiva destes próprios agentes.

Na busca da elucidação deste processo, para tanto, um questionamento norteador é elaborado: “quais as dimensões coletivas que os empreendimentos impactam, na visão dos agentes sociais, que produz reflexos (positivos e negativos) na qualidade de vida da Comunidade como um todo?”

Assim, para que estas análises pudessem atingir um nível de aprofundamento ainda maior, o objetivo deste estudo consistiu em perceber a contribuição dos agentes sociais que desenvolvem atividades rurais não-agrícolas para o Bem Viver da Sede da Comunidade do Livramento.

METODOLOGIA

Este estudo fora realizado na parte Sede da Comunidade do Livramento, que está localizada no perímetro interno de jurisdição da Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Tupé (RDS do Tupé), a 25km em linha reta do centro de Manaus (SCUDELLER *et al.*, 2005), com 20 agentes sociais responsáveis por 21 empreendimentos na Comunidade, estes desempenhando atividades rurais não-agrícolas. Um empreendimento rural não-agrícola da Sede da Comunidade do Livramento foi identificado como “ERNA nº (sequência numérica aleatória)”, e pode ser entendido como espaço físico de uso do agente social, onde este empreende suas atividades rurais não-agrícolas. O agente social responsável pelo empreendimento foi identificado como “AS nº (sequência numérica aleatória)”.

A abordagem que mais se aproxima deste estudo é a multimétodos (GÜNTHER *et al.* 2004), comumente utilizada em estudos pessoa-ambiente e, para tanto, foram realizadas entrevistas temáticas (GIL, 2008) com os agentes sociais responsáveis pelos empreendimentos, sob orientação de um roteiro contendo temáticas sobre o Bem Viver (MORAIS & BORGES, 2010), para assim poder observar as diferentes perspectivas à influência dos empreendimentos à qualidade de vida, sempre complementando estas falas com as observações diretas realizadas durante o trabalho de campo. As análises das falas dos agentes sociais foram feitas qualitativamente por meio de análise de conteúdo.

Com base nas dimensões do Bem Viver, foram elaboradas algumas questões anteriormente, para orientar a categorização das entrevistas realizadas, buscando classificar as percepções em positiva, neutra e negativa. Sendo assim, algumas destas circundaram questões como:

a) Sobre o bem-estar psicológico: quanto o empreendimento contribui de forma positiva para a qualidade de vida? e de forma negativa? de que forma o empreendimento contribui para que o AS aumente sua confiança em uma vida melhor?

b) Sobre o uso do tempo: quanto o empreendimento contribuiu para que o AS tenha mais tempo disponível e assim desenvolva outras atividades que antes não fazia?

c) Sobre a vitalidade comunitária: o empreendimento mudou a relação do AS com a Comunidade? o empreendimento e seus respectivos AS's são convidados, organizam ou participam de alguma ação coletiva?

d) Sobre a Cultura: o empreendimento contribuiu para fortalecer a cultura tradicional da região? O empreendimento fez com que o AS participasse mais das atividades culturais da Comunidade?

e) Sobre o Ambiente: como você percebe a interferência do empreendimento na conservação da Comunidade? existem canais para o empreendimento colaborar com a conservação da Comunidade? se sim, quais são estes canais e como funcionam?

f) Sobre a Governança e Cidadania: o empreendimento faz, ou não faz, com que o AS se mantenha mais informado sobre seus direitos e deveres? o empreendimento faz o AS cobrar mais seus direitos, e exercer mais seus deveres? existem canais para que o AS ou seu empreendimento faça parte das decisões da Comunidade? se sim, quais são e como funcionam?

g) Sobre o Padrão de Vida: o empreendimento altera a renda do agente social, de forma positiva ou negativa? e seu padrão de vida? quais são os pontos mais afetados por essa alteração de renda?

h) Sobre a Saúde: o empreendimento contribuiu para a melhoria da saúde do AS?

i) Sobre a Educação: o empreendimento contribui ou não para ampliar os conhecimentos do AS, para trazer novas informações sobre a Comunidade, sobre a região, ou sobre a realidade do Brasil? o empreendimento facilita o acesso a algum serviço relacionado à educação?

Neste estudo, foram considerados de: a) maior potencial privado as dimensões: Bem-Estar Psicológico, Uso do Tempo e Saúde; de b) igual proporção as dimensões: Ambiente, Governança e Cidadania e padrão de vida; e de c) maior potencial social: Cultura, Vitalidade Comunitária e Educação.

Ressaltamos aqui que o objetivo deste estudo não foi determinar indicadores e/ou índices para medir o grau de impacto de cada uma destas dimensões - apesar de em muitos momentos estas análises quantitativas subsidiarem às qualitativas - mas sim entender qual a perspectiva dos agentes sociais sobre a influência de suas atividades nas dimensões coletivas. É importante também salientar que boa parte dos entrevistados apresentam contradições de suas percepções sobre a mesma dimensão durante entrevistas realizadas em períodos distintos. Estes registros foram fundamentais para a composição dos resultados apresentados adiante, uma vez que foi a vivência junto à Comunidade e o confronto dessas diferentes percepções que permitiu subtrair o conteúdo de falas com possíveis vieses.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

As Dimensões do Bem Viver para os Agentes Sociais dos Empreendimentos

Todas estas dimensões do Bem Viver são de cunho coletivo e de impacto coletivo, mas cabe ressaltar que mesmo entre estas dimensões, existem aquelas com maior potencial de influência dos empreendimentos, sendo que estes podem ser de maior potencial de influência na esfera privada (em primeira instância o indivíduo), outras de igual potencialidade (tanto no indivíduo quanto na sociedade) e outras ainda de maior potencial social (afeta em primeira instância a sociedade).

3.1.1 Bem-Estar Psicológico

Sobre a dimensão Bem-Estar Psicológico do Bem Viver, 14 de 20 agentes sociais²⁸ perceberam que seus empreendimentos, de certa forma, contribuíram para a melhoria na qualidade de vida. Não foi definido o que era qualidade de vida, para extrair as razões as quais os AS's a associam. Em alguns casos, estas percepções positivas refletem para além do AS responsável pelo ERNA, como corrobora o AS 02, quando ressalta a melhoria na qualidade de vida, por conta da qualidade dos alimentos que consome, uma vez que este beneficia produtos do ramo alimentício e que isso traz melhorias “tanto para mim quanto para minha família.” (entrevista com AS 02, no dia 20 de maio de 2017). O AS 03 também comenta sobre a melhoria de vida graças a sua atividade principal, como comerciante no Livramento:

“Quando eu cheguei em Manaus eu comprei uma casinha botei um comercio e me empreguei em uma empresa de vigilante, e naqueles tempos em 88, 86 por ali, então as empresas de segurança não chamavam aquela moçada que não queria trabalhar de vigilante por que tinha emprego demais na zona franca, tanto no comércio quanto nas fábrica e as empresas de segurança dava preferência pro pessoal do interior, porque o pessoal do interior eram pessoas que eram mais, digamos, mais pontuais, não faltavam e desempenhavam mais como vigilante. Depois como o comércio cresceu eu sai, quando o comércio caiu eu procurei outra fonte de renda e foi aqui (Sede da Comunidade do Livramento) que eu achei e graças a Deus eu me dei bem e aí minha qualidade de vida melhorou.” (entrevista com AS 03, no dia 23 de maio de 2017).

No mesmo sentido, o AS 14 relata sobre a melhoria com sua atividade de barqueiro “Melhorou, em tudo, porque antes deu trabalhar de barqueiro era carpinteiro, aí recebia meio instável, o pouco que eu ganho e preciso já tenho.” (entrevista com AS 14, no dia 12 de agosto de 2017)

O AS 13 faz conexão de sua qualidade de vida ao desempenhar seu trabalho no local que escolheu para morar “Sim. Eu juntei o útil ao agradável, eu precisava de uma renda e gostava do lugar aqui né.” (entrevista com o AS 13, no dia 26 de maio de 2017). Também em relação ao local de moradia, o AS 17 diz que “Nossos filhos aqui têm mais liberdade, e nossos netos, e na cidade tá parede com parede e não sabe quem é. Tem o ar limpo que respiramos né, quando eu vou pra cidade eu já volto doente, quando eu passo na

²⁸ O mesmo agente social, o AS 07, é responsável pelo ERNA 07 e 08.

Avenida Brasil eu coloco um pano assim pra não ficar respirando esse ar ruim.” (entrevista com AS 17, 10 de julho de 2017).

O AS 16 percebe a melhora na qualidade de vida em relação ao prestígio dado a ela por pessoas a partir do início das atividades de seu Centro Cultural, uma vez que sua relação para com os demais “Melhorou muito! No respeito das crianças, das pessoas da Comunidade comigo (...) as crianças gostam de ficar aqui, elas me procuram para fazer as brincadeiras indígenas quinta ou sexta, eles ficam ansiosos. Com os pais das crianças também tem atividade” (entrevista com AS 16, no dia 12 de junho de 2017). Ainda em uma percepção positiva, o AS 01 expressa confiança após a instaurar seu empreendimento, quando diz que “Já era para ter feito o mercado antes, mas fiquei com medo da concorrência, se ia ter gente para comprar, essas coisas, se ia trabalhar nos finais de semana ou não. Esses medos, sabe?” (entrevista com AS 01, no dia 20 de maio de 2017).

Apesar de alguns AS's, confiarem em seu empreendimento para garantir sua qualidade de vida, “Como eu não trabalho empregado e nem tenho salário, é através destes trabalhos que sustento a família.” (entrevista com AS 19, no dia 20 de maio de 2017), outros não visionam uma perspectiva de melhora na qualidade ao longo do tempo:

“(...) ajudou, eu gosto de trabalhar, eu trabalhando eu tenho certeza que vou ter meu almoço, janta café da manhã, meu leite meu pão, mas melhora eu não vejo muito, mas só de ter o pão de cada dia hoje, não é tudo, mas já é alguma coisa. Está difícil para todo mundo, aqui não tem como ganhar dinheiro e apesar desse meu pequeno comércinho que eu tenho eu ajudo alguém que precisa.” (entrevista com AS 05, no dia 02 de junho de 2017).

Outros ainda relatam a autonomia, seja pessoal:

“Primeiramente que eu nunca fui dependente, isso me faz muito feliz, sempre trabalhei e criei meus filhos sozinha. Aí teve uma época que eu fiquei dependente e é muito triste ser dependente, é uma prisão e se você quer alguma coisa tem que pedir e a outra pessoa pergunta o “por que?” e “para que?”. (entrevista com AS 10, no dia 02 de agosto de 2017)

Seja coletiva:

“(...) principalmente quando nós conseguirmos fazer a sede. Falta muito para ela ficar pronta, mas se a gente se unir e se dedicar mais um pouco a gente consegue. A delegacia foi assim, fizemos tudo com recursos próprios. A sede vai custar um investimento maior, antes nem tinha banheiro público, agora tem o da sede.” (entrevista com AS 09, no dia 13 de junho de 2017).

Por outro lado, 02 de 20 preferiram não se posicionar quanto à percepção sobre melhora ou piora “não melhora nem piora, é o que eu faço todo dia, não interfere não.” (entrevista com AS 04, no dia 27 de maio de 2017) e 04 de 20 perceberam uma influência negativa, que o empreendimento contribui para uma piora na qualidade de vida. Em um caso se cogitou a mudança de atividade “Do jeito que está não, quero mesmo é comprar as coisas e fazer a banca mesmo.” (entrevista com AS 06, dia 26 de maio de 2017). Ou como ressalta as dificuldades que encontra o AS 11:

“Não melhorou, piorou porque a gente trabalha só para os outros, mas porque a gente firma um compromisso e não vai deixar que isso acabe. A gente que segurou, assinou isso perante o cartório, então eu pelo menos penso dessa maneira, tanto faz perdendo ou ganhando, se não, não haveria jogo, por exemplo joga o Flamengo e o São Raimundo, o Flamengo tem uma supremacia danada, então porque o São Raimundo leva o time para jogar né? (entrevista com AS 11, no dia 03 de maio de 2017).

Mas apesar da percepção de uma piora em seu bem-estar psicológico, o AS 11 ainda demonstra esperança no resultado do trabalho desenvolvido em sua associação “A gente tem uma esperança que vai melhorar, porque tem muita gente que fala que vai conseguir alguma coisa para nós, e vai que algum dia alguém consegue.” (entrevista com AS 11, no dia 03 de maio de 2017).

O AS 15 sinaliza também uma piora da qualidade de vida devido as responsabilidades com o empreendimento e também pela localidade onde mora, devido a qualidade de vida atrelada ao direcionamento da poluição provinda da metrópole, quando diz:

“Qualidade? Ar puro? Não chega! Lá onde eu morava (Município de Tapauá, às margens do Rio Purus), comparando lá porque lá é muito distante da cidade grande, neste aspecto aí a sujeira da cidade está vindo para cá, dá para ver no teto da casa. Tanto tempo trabalhando agente já tem algumas coisas, temos quase uma estabilidade, mas qualidade eu não tenho, se eu parar de trabalhar desanda tudo.” (entrevista com AS 15, no dia 06 de junho de 2017).

Por fim, existem muitas dimensões em relação ao que é este Bem-Estar Psicológico para os AS's do Livramento, em geral, pode estar relacionado à: a) autonomia; b) local de moradia; c) perspectiva de futuro; d) atendimento das necessidades básicas; e) dissociação do trabalho à qualidade de vida e f) baixa qualidade por proximidade da metrópole.

Pode-se afirmar que, neste caso, os empreendimentos contribuem para um Bem Estar Psicológico positivo para Comunidade do Livramento, tomando para esta afirmação uma das premissas dos conceitos avaliativos do Bem Estar Subjetivo (BES), que sinaliza que uma resultante positiva não implica “exatamente na ausência de fatores negativos, mas sim na predominância dos afetos positivos sobre os afetos negativos.” (ALBUQUERQUE & TRÓCOLLI, 2004, p.154).

3.1.2 Uso do Tempo

Sobre o Uso do Tempo, 08 de 20 agentes sociais perceberam que o empreendimento, de certa forma, contribuiu para uma melhoria em seu tempo livre para atividades além do trabalho.

O AS 01 diz que o empreendimento fez com que sua percepção sobre seu tempo livre mudasse “(...) para melhor, eu não tenho mais que ficar deslocando sempre para Manaus. Eu e mamãe tínhamos que ir sempre para Manaus, agora só aqui e quando vai fazer as compras.” (entrevista com AS 01, no dia 20 de maio de 2017). No mesmo sentido, o

AS 14 relata a melhoria no uso do tempo por mudanças estruturais na cooperativa onde trabalha, uma vez que nesta forma nova de trabalho sobrou “(...) mais tempo para mim agora, porque formou dois grupos porque tem dia que eu trabalho tem dia que não.” (entrevista com AS 14, no dia 12 de agosto de 2017).

O AS 17 comenta que apesar de trabalhar de manhã e pela tarde “(...) tempo sempre tem, a gente trabalha muito, mas do jeito que a gente trabalha eu até tenho tempo de costurar.” (entrevista com AS 17, no dia 06 de julho de 2017). Em sentido parecido, alguns percebem que apesar do empreendimento tomar muito tempo, em relação à outros trabalhos exercidos, este lhe fornece mais tempo livre, como no caso do AS 13 quando diz que sua pizzaria “(...) toma um bocado, não muito, tenho mais tempo trabalhando dessa forma do que em Manaus.” (entrevista com AS 13, no dia 26 de maio de 2017).

O AS 02 aponta que o fato de desempenhar o trabalho no mesmo lugar onde mora faz com que tenha mais tempo “(...) sim, passo mais tempo em casa, ajudo na tarefa, a passear com meus filhos, ensinar o caminho para os meus filhos.” (entrevista com AS 02, no dia 21 de maio de 2017).

Para 9 de 20 agentes sociais, há a percepção que o empreendimento influi de forma negativa em relação ao uso do tempo para outras atividades não relacionadas ao trabalho. Destes, tem aqueles que conseguem administrar, como o AS 10 que afirma que o “(...) o tempo diminuiu. Igreja, casa, as vendas, mas graças a Deus, mas tem tempo para tudo e cabe a nós saber dividir nosso tempo.” (entrevista com AS 10, no dia 02 de agosto de 2017), acompanhando esse pensamento o AS 05 diz que “Para fazer minhas coisas de casa diminuiu, aí tem que ter um controle se não, não dá conta dos dois.” (entrevista com AS 05, no dia 02 de junho de 2017). O AS 16 aponta ter acostumado com a supressão do tempo devido ao desempenho de atividades “Tinha mais tempo antes, eu tenho é menos agora. Mais para mim isso não importa. Quase não estranhei, como eu fazia faculdade e trabalhava eu já não tinha tempo para mim mesmo.” (entrevista com AS 16, no dia 12 de junho de 2017).

Outros AS's não conseguem dividir seu tempo “(...) eu sou muito ocupado, eu vivo sempre sonhando em ter mais folga, em descansar, mas até agora ainda não deu, lá (Tapauá) eu tinha.” (entrevista com AS 15, no dia 06 de junho de 2017). “Não, eu não posso deixar meu comércio aqui e limpar o meu quintal, tenho que botar outra pessoa, entendeu?” (entrevista com AS 03, no dia 23 de maio de 2017). Existe um caso, mais extremo, onde o AS enxerga sua atividade como um desperdício de tempo “Não, para costurar eu fico aqui perdendo muito tempo.” (entrevista com AS 06, no dia 26 de maio de 2017).

Os 02 AS's dedicados às Associações percebem a supressão de seu tempo, mas apresentam o sacrifício com o objetivo de benefícios coletivos futuros, como afirma o AS 09 “(...) tem vezes que deixo até do que fazer em casa e ajudo lá para ver se um dia alguém

olha e começa a apoiar.” (entrevista com AS 09, no dia 13 de junho de 2017) e confirma o AS 11 “(...) eu tenho me dedicado tanto ao “ERNA 11” que eu esqueço até da minha família, sendo bem sincero com o senhor.” (entrevista com AS 11, no dia 03 de maio de 2017). Deste último, esta supressão do tempo dedicado ao ERNA 11 deprecia sua relação privada, e explica suas razões, quando este avalia que “Eu não me dedico a minha família, mas muita gente se beneficia com isso. Por exemplo, aquele negócio de Brasília, foram 80 delegados de 11 etnias diferentes, nós não ganhamos nada, mas são 80 que se esforçaram e 50 mil que ganharam.” (entrevista com AS 11, no dia 03 de maio de 2017).

Além destes, 03 de 20 não perceberam o empreendimento influir no uso do tempo “(...) o tempo é um só, independente do que eu faço” (entrevista com AS 21, dia 04 de setembro de 2017).

A resultante da dimensão Uso do Tempo pode ter sentido em relação àquilo que Seabra (2004) chama de dois níveis de prática social pela definição de formas do uso do tempo: inserção territorial e inserção na vida cotidiana. Por um lado, a resultante negativa relaciona-se aos aspectos de inserção territorial, considerando que as atividades econômicas passaram a sofrer restrições com a instituição da RDS. Por outro lado, a inserção na vida cotidiana influi para que esta resultante não se agrave, uma vez que por meio dos ajustes culturais estes articulam os espaços de uso e tempo de uso.

Diferente do Bem-Estar Psicológico, o Uso do Tempo foi percebido em uma variedade menor de perspectivas positivas, como: a) o aproveitamento do local de trabalho e de moradia e b) a administração do tempo. Existe ainda a percepção negativa sobre a influência desta dimensão no Bem Viver da Comunidade do Livramento, principalmente: c) como consequência do tipo de atividade que exerce e d) da centralidade do empreendimento no agente social responsável.

3.1.3 Vitalidade Comunitária

Sobre a Vitalidade Comunitária, 16 de 20 agentes sociais percebem que o empreendimento, de certa forma, contribuiu para seu envolvimento com a Comunidade como um todo. O AS 12 aponta que a forma com que desempenha sua atividade comercial resulta em além de um melhor relacionamento com outras pessoas, bem como aumenta o número de pessoas que visitam seu comércio: “Hoje em dia o pessoal tem mais variedade. O pessoal só comia frango, salsicha e ovo. Hoje em dia a gente traz um queijo, uma carne, o que faz as pessoas virem mais aqui” (entrevista com o AS 12, no dia 20 de maio de 2017).

O AS 14 também ressalta a importância da sua atividade para as relações de interdependência com a Comunidade, quando diz que “As pessoas da Comunidade dependem da gente e nós dependemos deles, mas a gente depende mais deles do que deles da gente, porque eles podem pegar outro barco né. Aí trabalhando de forma alegre a gente alegra a vida dos outros.” (entrevista com AS 14, no dia 12 de agosto de 2017). O AS

10 ressalta ainda que além do relacionamento concebido pelo empreendimento, “(...) alguns já falaram para mim que me admiram porque eu tenho criatividade para fazer as coisas” (entrevista com AS 10, no dia 02 de agosto de 2017). O AS 15 também percebe a importância do empreendimento para o relacionamento inclusive para além da Comunidade, chegando às Comunidades do perímetro interno e zona de amortecimento RDS do Tupé:

“Porque nem Jesus Cristo agradou a todo mundo, mas a gente tem um bom relacionamento. Logo que a gente montou o comércio a gente conseguiu manter o time de futebol, aí a relação minha com as outras Comunidades também melhorou. Passei a ser bem conhecido em todas as Comunidades, Julião, Tupé (São João do Tupé), Ebenézer, Fátima, Agrovila, São Sebastião e Caioé, só a Central eu nunca fui.” (entrevista com AS 15, no dia 06 de junho de 2017).

O AS 01 percebe que ter instaurado o ERNA 01 o possibilitou expandir as relações para além do âmbito familiar, apresentando seu empreendimento como responsável pela instituição de sinais de pertença:

“Fez com que eu participasse da feira que tem na (ERNA 20), antes eu não conhecia a (AS 20), agora troco coisas na (ERNA 20) com as coisas daqui e também comecei a conhecer mais as pessoas da Comunidade, aí melhorou bastante, começamos a nos relacionar, antes eu era tímido, não conhecia ninguém, agora já conheço mais pessoas sim, apesar de mamãe morar aqui há 10 anos, eu vinha mais final de semana mesmo, alguns feriados, mas agora já estou conhecendo as pessoas.” (entrevista com AS 01, no dia 20 de maio de 2017).

Como já sinalizado pelo AS 14, o AS 11 e 16 também percebem a capilaridade das ações de seus empreendimentos por toda a Comunidade, principalmente por que cada atividade desenvolvida:

“(...) muda, de modo geral, a Comunidade inteira. A festa indígena hoje possui grande alcance, por exemplo, me ligaram ontem da Secretaria que ela não tinha recebido convite nenhum, mas ela fazia questão que o pessoal dela não fique de fora. Aí eu disse os convites foram mandados para todas as etnias, aí a Secretaria que vai ter que se virar com eles lá e conseguir ônibus para trazer eles. Graças a isso a gente tem um relacionamento melhor, somos mais procurados, as pessoas digamos assim, quando alguém está com problema com filho na polícia, para conseguir algum advogado, para amenizar a situação né? Na doença também as pessoas procuram. Aí a gente liga na ambulância.” (entrevista com AS 11, no dia 03 de maio de 2017).

Como ponto de conversão sobre as ações acerca das questões indígenas, as ações do AS 16 influenciam para “(...) além das crianças, ensinamos também adolescentes e adultos. É um espaço que não tinha e agora os pais dão muito valor, porque aqui eu não recebo só indígena, mas não indígenas também, os pais pedem e eu não posso dizer não.” (entrevista com AS 16, no dia 12 de junho de 2017) e a AS 17 percebe que o conhecimento tradicional pode ser complemento à ações de saúde básica na Comunidade, sendo que:

“(...) às vezes o pessoal vai no doutor e não descobre as dores que tem, aí quando eles chegam aqui a gente tenta resolver os problemas, às vezes as pessoas vêm dura assim e a gente tem força e dá um jeito, com remédio

que a gente faz. A gente trabalha com vários tipos assim, é inteligência que Deus dá para nós.” (entrevista com AS 17, no dia 10 de julho de 2017)

e O AS 06 comenta que percebe a importância da contribuição de sua atividade “(...) mais é na festa indígena ajudando com a decoração e também quando as pessoas trazem as roupas aqui para eu consertar.” (entrevista com AS 06, no dia 26 de maio de 2017).

Acerca de atividades ligadas aos esportes, o AS 09 percebe que as ações promovidas pelo ERNA 09 visa:

“Ver a melhoria para todos, a gente quer cada vez a situação dos esportes melhor. Não é para ter bons jogadores, mas pelo menos para ter gente do bem saindo daqui (...) agora mesmo está tendo o torneio é rodada do Fátima que estão jogando no campo aqui, vai ter três jogos mais ainda. Todo aniversário de Comunidade sempre tem torneio e a gente participa. No próximo sábado nós íamos fazer evento e festa, mas nós suspendemos porque como o Agrovila ia fazer festa, tanto eles ficam feliz, porque a gente vai e vice-versa. Até mesmo porque a Agrovila se esforça sempre em trazer time para cá. Imagina só, seis times todos eles pagando inscrição e gastando aqui, ajuda todo mundo, porque se dividir os dois saem perdendo. O ERNA 09 não melhora só minhas amizades na Comunidade, mas nas outras Comunidades também, por exemplo, fora os torneios que nós já nos juntamos, quando precisa de alguma ação pra poda de galho junto com o Fátima para evitar que tenha problema na energia a gente sempre se ajuda. Se não fosse isso a energia estaria muito pior do que está, melhorou muito depois que nós fizemos isso.” (entrevista com AS 09, no dia 29 de maio de 2017).

04 de 20 agentes sociais não percebem influência, positiva ou negativa, do empreendimento sobre o seu envolvimento comunitário: “Não, não, todo mundo continua amigo mesmo.” (entrevista com AS 07, no dia 03 de junho de 2017) ou quando AS 13 comenta que sua relação de amizade “(...) é a mesma. Porque na verdade eu sou tranquila, não sou de encrenca e nem de amizade, amizade assim só com o pessoal que veio mais aqui né. Mas não é uma amizade, as pessoas conhecem mais.” (entrevista com AS 13, no dia 26 de maio de 2017.)

A dimensão Vitalidade Comunitária possui duas características interessantes: i) alta percepção positiva na contribuição do empreendimento para o envolvimento comunitário e ii) a ausência de percepção deste como fator negativo. Visto isso, os empreendimentos, por sua vez, possuem alta influência para o envolvimento comunitário da Comunidade. As perspectivas apresentadas na dimensão Vitalidade Comunitária, pelos agentes sociais, são predominantemente positivas, tendo como características principais: a) envolvimento comunitário; b) sinais de pertença; c) prestígio; e de forma neutra a e) dissociação do trabalho e amizade.

Por ser coesa e ser de alta transitividade (WATTS & STROGATZ, 1999), as relações sociais podem ser um indicativo para o ótimo resultante apresentada na dimensão Vitalidade Comunitária. É possível estabelecer esta relação, uma vez que Sales *et al* (2013) sinaliza que a comunicação e a cooperação entre agentes sociais são os instrumentos necessários

para a Vitalidade Comunitária, estes pautados em valores, observados na Comunidade do Livramento, como cooperação, altruísmo e solidariedade.

3.1.4 Cultura

Ainda mais forte que a Vitalidade Comunitária, a dimensão Cultura apresenta 17 de 20 agentes sociais que perceberam que as atividades desenvolvidas em seu empreendimento, de certa forma, contribuem para um maior envolvimento com atividades e ações relacionadas à valorização cultural da Comunidade. Outros 3 de 20 não perceberam a influência de seu empreendimento para a cultura.

Alguns absorvem custos privados em troca do benefício social na Comunidade, sendo que “Na festa da Comunidade e sempre que tem torneio (...) uso meu transporte para trazer músicos na festa (...) na festa da Comunidade eu participo vendendo e doando algumas coisas.” (entrevista com AS 03, no dia 23 de maio de 2017). Outro entende que o empreendimento auxilia na dimensão Cultura quando presta auxílio “(...) nas festas, aí ajuda né? Porque a gente sempre colabora com uma cota” (entrevista com AS 12, no dia 20 de maio de 2017).

O AS 11 liga a questão da cultura aos costumes dos povos indígenas, aponta certas barreiras, mas ao final demonstra o papel positivo do evento promovido pela Associação no intercâmbio cultural, tudo isso retratado em sua fala, quando diz que a Associação:

“(...) contribui nas atividades, nas conquistas, mas para os costumes ela ficou muito difícil, porque nem todos os parentes concordam do que é o nosso costume, alguns são reconhecidos, mas a maioria só quer se identificar na hora do benefício, mas quando é na hora de fazer uma manifestação, por exemplo em Manaus para melhorar a saúde e a educação, ninguém vai. Tem muitas barreiras né? Por exemplo os Jogos é através da Associação, os parentes que mora em Manaus estão ajudando no processo, nós temos vindo de 5 municípios diferentes, Autazes, Eirunepé, Iranduba, Sta Izabel do Rio Negro e São Gabriel da Cachoeira. Eles vão trazer uma delegação não muito grande, mas vão vir para celebrar conosco.” (entrevista com AS 11, no dia 03 de maio de 2017).

O AS 17 também auxilia com o saber indígena “(...) eu dou aula de artesanato, aí ajuda.” (entrevista com AS 17, no dia 10 de julho de 2017) e o AS 16, também ligado ao saber indígena, reconhece o papel amplo do desempenho de suas atividades para a Cultura, uma vez que:

“É uma forma de resistência, porque assim vários povos têm vergonha, porque lá fora outras crianças têm preconceito. É uma forma de quebrar esse preconceito. Somos assim, temos nossa cultura, ninguém pode mudar isso. Aqui é feita a dança, pintura, grafismo, que é uma forma de resistência” (entrevista com AS 16, no dia 02 de junho de 2017).

Em sentido semelhante, percebendo a cultura como costumes, o AS 15 percebe sua contribuição nas relações interculturais, uma vez que “Talvez nessa mistura de outra região de outro lugar do Amazonas com essa ajuda né. Tipo em festa, aqui as pessoas não dançam muito, lá dançavam demais, no entanto que eu trago gente que gosta de dançar

porque aí o pessoal pega o pique e dança todo mundo.” (entrevista com AS 15, no dia 06 de junho de 2017). Já o AS 13 percebe de forma semelhante, mas não vê interferência de seu empreendimento neste processo “A cultura é o costume das pessoas e eu acho que a pizzeria não interfere. As pessoas tradicionais da Comunidade vêm aqui, como a (AS 17), mas isso não quer dizer que interfere na cultura da Comunidade” (entrevista com AS 13, no dia 26 de maio de 2017).

O AS 09 entende que a contribuição de seu empreendimento é “Só mais por causa do esporte e porque outra parte não tem, tiveram outros projetos, mas nada foi para frente.” (entrevista com o AS 09, no dia 29 de maio de 2017). Também ligado à promoção dos esportes, o AS 05 entende que o esporte

“Ajuda a cultura, tipo, enquanto eles estão com nós uma hora aqui, fazendo esportes, as crianças, aprendendo as coisas daqui, aí não tão mexendo no que não deve, fazendo o que não deve, então eu vejo que apesar do trabalho ser voluntário, ele é gratificante, eu apoio para comprar uma bola, alguma coisa, eu apoio eles. O treinamento está com meu filho. Meu filho é professor de educação física e ele já tem mais prática para passar coisas para eles do que eu.” (entrevista com AS 05, no dia 02 de junho de 2017).

O AS 10, por sua vez, percebe seu empreendimento como influenciador da característica artística do Livramento, “(...) porque assim se eu faço um artesanato aqui e é novidade, as pessoas vem e compram, fazem questão de comprar e então eu isso acho que faz bem, aí elas levam para tirar modelo e reproduzir depois” (entrevista com AS 10, no dia 02 de agosto de 2017) e concorda com esta percepção o AS 06, que fala que colabora com a cultura quando produz “artesanatos regionais e fazendo cartazes com revistas que tem coisas dos parentes, com as pinturas de coisas da reserva, essas coisas.” (entrevista com AS 06, no dia 26 de maio de 2017).

Alguns aliam a alimentação regional como parte da cultura, uma vez que um deles idealizou “(...) no restaurante não só para o pessoal de Manaus, mas para o pessoal do entorno e servir as coisas regionais no final de semana. (entrevista com o AS 07, no dia 03 de junho de 2017). “A gente contribui porque traz peixe para o pessoal poder comer uma comida assim, mais regional sabe?” (entrevista com AS 19, no dia 20 de maio de 2017).

Por fim, sobre a capacidade de influência dos empreendimentos na dimensão Cultura, dentre todas as outras, é a que possui a percepção mais positiva dos agentes sociais. Há uma ampla diversidade de perspectivas percebidas responsáveis por essa influência, apontadas pelos AS's, que podem ser resumidas em: a) eventos e festas; b) costumes; c) a alimentação; d) o saber indígena; e e) esportes.

Por meio da valorização costumes e da interculturalidade (CRUZ, 2014) presente na Sede da Comunidade do Livramento, é possível compreender os motivos da dimensão Cultura possuir uma ótima percepção para os agentes sociais, uma vez que, como sinaliza Boff (2017), o homem sendo um ser integrado e complementar com seus pares em suas

ações, tendo a capacidade de respeitar as diferenças culturais (indígena, quilombola, urbano, rural, camponês, etc.) promove uma valorização cultural mútua, uma vez que estas refletem diversidade humana.

3.1.5 Ambiente

Sobre o Ambiente, 16 de 20 agentes sociais percebem que o empreendimento, de certa forma, contribuiu para uma melhoria na conservação da Comunidade. Não foi explicitado qual o tipo de conservação estávamos nos referindo, propositalmente, o que acabou evidenciando também qual a compreensão dos AS's sobre o termo.

O AS 16 aponta que seu centro cultural não incentiva só ações voltadas à valorização cultural, mas na "(...) sustentabilidade de uma forma geral, porque aqui eles fazem artesanato e podem um dia vender, entender o valor disso, eles pegam o material na beira do rio, pegam sementes e transformam em algo que pode servir para eles mais para frente né?" (entrevista com AS 16, no dia 02 de junho de 2017). Tangenciando o conceito de reaproveitamento como um paradigma para conservação:

“Os meus artesanatos eu reaproveito as coisas, garrafas pet, grande e pequena, de pet e de vidro. Quem trabalha com artesanato sabe, tem gente que olha e dependendo de como vê só enxerga lixo, para quem não tem conhecimento é um lixão que você está trazendo para casa, minha mãe quando vem aqui ela olha e fala, ah meu Deus, nunca imaginei que minha filha fosse virar mendigo.” (entrevista com AS 10, no dia 03 de agosto de 2017).

Já o AS 12 aponta que o fato de seu ERNA gerar postos de trabalho no ramo comercial, tira pessoas de atividades que geram um impacto ambiental maior, quando diz que “Se eu gerar 4 empregos, se ele é serrador de madeira ele não vai mais serrar, e vai trabalhar comigo, vai parar de tirar areia da praia para vender” (entrevista com AS 12, no dia 20 de maio de 2017), o que é percebido de forma parecida na fala do AS 07, quando ressalta a mudança do ramo devido à restrição ambiental “Antes nós não tínhamos do que gerar nada aqui, porque os trabalhos antigosm que nós vimos ele crescendo fazer é o carvão, mas o carvão agora não pode porque é Reserva.” (entrevista com AS 07, no dia 03 de junho de 2017). De forma semelhante, o AS 15 disserta sobre a conservação atrelada ao desempenho das atividades no ramo de eventos que contribuem para a circulação na Comunidade “(...) às vezes o presidente vem aqui e diz que a SEMMAS (Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Sustentabilidade – o órgão gestor da RDS do Tupé) não gosta muito que faça evento aqui. Mas aí eu te pergunto: se não tiver nada aqui, como gera renda para Comunidade?” (entrevista com AS 15, no dia 02 de junho de 2017).

O AS 14 relaciona a conservação à prestação do seu serviço no preenchimento de uma lacuna do serviço público, uma vez que “Tanto faz ser tanto de noite quanto de dia, meu serviço ajuda no prestar socorro, mais é com mulher grávida. Rapaz! Toda hora o

telefone toca, é mulher grávida indo pra Manaus.” (entrevista com AS 14, no dia 12 de agosto de 2017).

O AS 17 liga sua contribuição para a conservação, em sua atividade complementar agrícola, pela forma tradicional do trato da terra para agricultura “Nós que somos índios fazemos uma roça e a maior que é são 2 quadras, a gente limpa em volta e bota fogo, o que o pessoal chama de “acero”, aí quando queima só queima onde está a roça, aí não pega na floresta e é assim que o índio preserva a floresta.” (entrevista com AS 17, no dia 20 de julho de 2017). Em sentido semelhante “A gente ajuda plantando alguns alimentos, tipo goiaba, maracujá, acerola, abiu, caju e jambo.” (entrevista com AS 04 no dia 27 de maio de 2017).

Apenas 01 dos 20 agentes sociais não percebe a capacidade de ação para conservação, como retrata o AS 11, que apesar da percepção de um agente como “originário e verdadeiro ambientalista”, se sente impossibilitado em contribuir para a conservação por conta da restrição do uso da terra, quando diz que:

“a gente se sente originário, mas agora a gente só perdeu a questão do trabalho, porque aqui a gente não tem a liberdade de explorar a reserva, a selva, mas aqui nós é que somos os verdadeiros ambientalistas (...) a gente ainda tem aquele sentimento que a gente trouxe da selva, porque a gente não precisa ter ar condicionado, é só abrir a janela que o vento vem.” (entrevista com o AS 11, no dia 03 de maio de 2017).

Já os 03 outros agentes de 20 perceberam que esta restrição ao uso da terra não só impede, como contribui negativamente para a conservação:

“Manaus a coisa foi diferente e emprego só é bom assim para quem tem nível superior. No interior eu plantava muita coisa, aqui a gente já está prejudicando a conservação porque não plantamos mais nada, aqui a gente só tem: banana, acerola, goiaba, uns pezinhos de mamão, 03 pés de caju, tem as mangueiras porque já estavam aí, jambeiro que já estavam aí, 11 pés de cupuaçu” (entrevista com AS 03, no dia 23 de maio de 2017).

Ou também, o desempenho de suas atividades pode provocar impactos negativos, como ressalta o AS 05 quando diz que:

“(…) nunca tive problemas com a SEMMAS porque eu sei meu limite. Eu tenho meu negócio, eu sei que eu estou poluindo (...) é assim então, a lei da reserva não proíbe nada e nós temos nosso limite e acho que o limite da lei tem que ser respeitado.” (entrevista com AS 05, no dia 02 de junho de 2017).

Bem como, corrobora o AS 18 “Olha o lixo que o pessoal joga aqui na frente das coisas que compram aqui, eu acho que de certo modo prejudica” (entrevista com AS 18, no dia 20 de julho de 2017).

No que diz respeito sobre os canais para o empreendimento ajudar na conservação, o mais citado em 5 das 20 vezes foi o órgão gestor. Apesar de citar, nenhum dos agentes sociais vê efetividade do órgão gestor como canal pró conservação, ou por não ter precisado utilizar “Tem a SEMMAS né? Mas só que até agora é uma coisa que eu sei que

eu posso usar, mas nunca precisei.” (entrevista com AS 01, no dia 20 de maio de 2017), ou pela ausência de frequência do órgão “A SEMMAS, mas ela é ausente da Comunidade” (entrevista com AS 07, no dia 03 de junho de 2017).

Para 4 de 21 AS's, a Associação de Moradores, muitas vezes na figura do presidente, é o canal responsável:

“(…) se eu quero dar uma ajuda procuro o presidente. Pode ajudar na limpeza da Comunidade auxiliando quando os garis não dão conta, as vezes doando um rancho para quem está precisando, perdeu emprego ou trabalha na roça e está sem comida, aí se ajuda né? O presidente faz a coleta no comércio e faz o repasse para aquela família que está precisando.” (entrevista com AS 03, no dia 23 de maio de 2017).

Ou quando o AS 12 comenta que quando tem algum problema comprometendo a Comunidade ele comunica “(…) o presidente da comunidade. Ele aceita, faz uma reunião, chama o pessoal.” (entrevista com AS 12, no dia 20 de maio de 2017).

Apenas 03 de 20 AS's, disseram algum outro órgão ligado ao Estado, que não o órgão gestor (SEMMAS), que nos dois casos foram a Secretaria Municipal de Limpeza e Serviços Públicos (SEMULSP), como corrobora o AS 09, quando diz que:

“Como eu tenho um bom relacionamento com o fiscal da, como é que chama, de limpeza lá, ele disse que é só ligar que ele ajuda. E assim eu tenho feito, quando preciso de ajuda para limpeza da Comunidade ou outras coisas eu ligo para ele e ele ajuda, ele é de lá, da Secretaria de Limpeza. Sempre que ele pode ele libera o gari, sempre libera também para limpar os galhos para não atrapalhar a energia.” (entrevista com AS 09, no dia 29 de maio de 2017).

Ou o AS 16, que comenta que além da “SEMED (Secretaria Municipal de Educação), agora tem a SEDUC (Secretaria Estadual de Educação) que ajuda também no intercâmbio com outras escolas indígenas. A gente tem várias apresentações agora.” (entrevista com AS 16, no dia 02 de junho de 2017).

Outros 04 de 20 AS's disseram desconhecer ou não existir canais para auxiliar na conservação da Comunidade, inclusive um destes aponta que existem barreiras ao invés de incentivo:

“Não existe ajuda aqui, até na igreja quando faço algo com os jovens nem a igreja ajuda. Tudo por conta, eu quis ir no escondidinho com as crianças, mostrar a natureza o que Deus fez, aí o pastor que é dirigente não deixou eu ir com as crianças, não permitiu, porque eu ia levar as crianças onde tem água e isso não tem nada a ver, porque tinham pessoas que iam me ajudar. Em vez de ter canal tem é barreira. Quando eu peço qualquer ajuda peço para pessoas de fora, é tudo por minha conta. Fui fazer um passeio com as crianças no CIGS, tive que pagar até o barco para elas, não tem nenhuma ajuda. (entrevista com AS 10, no dia 02 de agosto de 2017).

Ou quando o AS 14 desabafa que “Só Deus mesmo” (entrevista com AS 14, no dia 12 de agosto de 2017).

Sobre a dimensão Ambiente do Bem Viver, há uma ligeira predominância positiva quanto a contribuição dos empreendimentos, porém muitos apontam a restrição do uso da terra como um entrave e vê a ausência do órgão gestor, como responsável para esta visão. Por outro lado, há a percepção de alguns AS's sobre o impacto de seus empreendimentos, o que transmite bom sinal sobre o trabalho de sensibilização realizada na Comunidade. As principais perspectivas sobre a dimensão ambiental são: a) reaproveitamento; b) alteração no tipo da natureza das atividades, da produção para a circulação; d) alteração no uso da terra; e) múltiplas concepções de conservação e f) múltiplos canais para o auxílio, apesar de baixa efetividade.

A baixa efetividade dos canais para a contribuição da conservação é um gargalo que deve ser observado pelo órgão gestor, uma vez que a participação dos agentes sociais implica necessariamente “em um trabalho que atravessa diversas formas de conhecimento, especializados e leigos, e que envolve a participação das comunidades locais na definição de variáveis, instrumentos e coleta de dados quantitativos e qualitativos para a investigação e avaliação de problemas ambientais” (FREITAS, 2004, p.152).

3.1.6 Governança e Cidadania

Sobre a Governança e Cidadania, 11 de 20 agentes sociais indicaram que o empreendimento, de certa forma, contribuiu para uma melhor compreensão de seus direitos e deveres quanto agente social da Comunidade do Livramento. As percepções positivas, em sua maioria, estão ligadas ao desempenho das atividades diárias: “(...) assumimos a bronca de outras pessoas que estavam tocando esse negócio aqui e agora mais do que antes, hoje em dia a gente descobre que do mesmo jeito que tem deveres, a gente tem prioridades.” (entrevista com AS 12, no dia 20 de maio de 2017) ou como retrata o AS 01:

“(...) o presidente da Comunidade embargou o negócio que meu padraço mandou fazer, ia ficar um buracão aqui e meu padraço fez essa barricada de saco de areia na frente do mercado, eles viram que era algo para o bem da Comunidade e aí meu padraço foi na SEMMAS para ver como seria e a SEMMAS liberaram porque ia fazer bem não só para ele.” (entrevista com AS 01, no dia 20 de maio de 2017).

As relações entre os agentes sociais e as relações de trabalho contribuem para esse processo de esclarecimento sobre direitos e deveres:

“(...) de fato eu entendi como é que a máquina funciona, digamos que tem o empresário e tem a mão de obra (...) Digamos que eu tivesse alguém que eu pagasse para trabalhar e ele me pedisse um aumento para construir uma casa, eu falaria que ajudava ele com material para ele construir a casa, porque a casa acaba, e se eu der o aumento vai cair na indenização, quer dizer que tudo aumento, os dias das férias, aumenta o 13º, fazendo a casa terminou ela terminou de gastar aquela importância.” (entrevista com AS 03, no dia 23 de maio de 2017).

O AS 15 diz que o fato de ter seu empreendimento o fez conhecer uma diversidade maior de pessoas e

“conversando com gente essa gente que a gente conhece, vai nos ensinando. Eu mesmo não estudei mesmo, mas tenho um amigo advogado que ajuda a gente em diversas situações. Por exemplo, eu comprei uma impressora com um preço, eu vi na loja um pouco mais à frente a mesma impressora mais barata, aí eu falei que não queria mais a máquina, quero meu dinheiro de volta, chama o gerente, aí trocaram na hora. Isso como a gente conversa, a gente vai sabendo mais dessas coisas.” (entrevista com AS 15, no dia 02 de junho de 2017).

O AS 11 liga a boa governança às ações desenvolvidas pela associação, quando retrata a necessidade da união para as conquistas dos direitos dos povos indígenas e diz que:

“Eu aprendi a partir do momento que a gente começou a associação, porque quando a gente estava só a gente, não se interessava. O meu pensamento e meu posicionamento hoje é que a gente veio para trabalhar e beneficiar aqueles menos esclarecidos. Nós somos esquecidos, mas tem aqueles que são mais esquecidos. São os que são beneficiados pela CONAB (Companhia Nacional de Abastecimento) e agora vão ser beneficiados pelo Mesa Brasil. A Mesa Brasil é uma conquista da associação para todos.” (entrevista com AS 11, no dia 03 de maio de 2017).

O AS 09 também percebe a união dos AS's para cobrança de seus direitos: “Por exemplo, quando falta a energia, o pessoal aqui se junta para descobrir onde está o problema, liga pra companhia de energia e ela resolve, e é com tudo assim.” (entrevista com AS 09, no dia 03 de julho de 2017). O AS 16 comenta sobre a união dos AS's que acabam por legitimar e ceder autonomia ao centro cultural, compartilhando o processo de decisão sobre as matérias à ensinar e nas atividades complementares “Nas reuniões junto com os pais, decidimos juntos quais são as prioridades de aprendizado das crianças.” (entrevista com AS 16, no dia 02 de junho de 2017).

Outros 09 de 20 AS's, responderam não influir na percepção sobre seus direitos e deveres, como aponta o AS 10, quando diz que “(...) o que eu sei agora eu já sabia antes” (entrevista com AS 10, no dia 02 de agosto de 2017). Ou quando o AS 14 diz que “(...) trabalhar aqui ou em outro lugar, para cobrar nossos direitos não tem como não. Acho que o máximo que pode, é aquilo que a gente pode fazer mesmo” (entrevista com AS 14, no dia 05 de julho de 2017), ou quando o AS 17 diz que “(...) não sei como cobrar meus direitos não. Eu acho que é por isso que as pessoas ficam mais aqui, porque não sabe como tem que fazer na cidade e como ir atrás das coisas.” (entrevista com AS 17, no dia 20 de julho de 2017).

Sobre os canais, 07 de 20 AS's indicaram o órgão gestor como canal de acesso às decisões da Comunidade: “Tem a SEMMAS. Toda reunião eu vou e foi assim que eu descobri que nada é proibido e que tem que ter um limite e foi na reunião que eu aprendi isso.” (entrevista com o AS 05, no dia 02 de junho de 2017). Outros apesar de citarem o órgão gestor, demonstram distanciamento no processo de inclusão e participação dos agentes sociais nos processos de decisão, como sinaliza o AS 14 quando fala que “quando

tem reunião da SEMMAS eles até dão oportunidade, mas é raro também, mais se ouve do mesmo e quando a gente vai falar para o melhor do ribeirinho eles pulam fora, fala que a lei é assim e que tem que ser cumprida.” (entrevista com AS 14, no dia 15 de julho de 2017). O AS 19 aponta que:

“(…) nós temos de direitos aqui, a gente tem que preservar, mas precisamos de uma vida digna. Por que a gente mora na Reserva, a gente não pode ter nem nossa casa? Assim fica difícil. Quando o (Gestor da RDS do Tupé) veio aqui ele falou o seguinte, falou que a gente pode tirar as coisas da natureza para nossas coisas, mas não para vender. Teve uma época que eles pegaram tão pesado que pegavam até rede de pesca aqui, rasgaram, cortaram aqui. A minha irmã veio e final de semana quiseram prender a malhadeira dela, e tem tanta coisa que eu vejo que devem fazer algo e não fazem.” (entrevista com AS 19, no dia 20 de maio de 2017).

Para 09 de 20 AS's, o canal é a Associação dos Moradores, normalmente ligada à figura do presidente como salienta o AS 09, quando diz que sempre procura “(...) presidente da Comunidade. É mais ele. Depois dele é que repassam os ofícios para tipo a Polícia, para a SEMMAS, para a saúde, dizendo o que nós estamos precisando.” (entrevista com o AS 09, no dia 29 de maio de 2017) ou alguma oportunidade da associação dos moradores, como diz o AS 03 quando conta que existe “(...) a reunião da prestação de contas. Quando eu pago os 10 reais para a associação, ela tem que reverter para recursos para Comunidade, para pagar a banda, para pagar o transporte. Às vezes eu falo quando pede para mim falar.” (entrevista com o AS 03, no dia 23 de maio de 2017).

Por sua vez, 04 de 20 AS'sressaltaram não existirem canais acessíveis para mobilização social ou para a exigência do cumprimento dos seus direitos.

Sobre a Governança e Cidadania como dimensão do Bem Viver, há uma ligeira predominância positiva quanto a contribuição dos empreendimentos e que, apesar de um número significativos daqueles que não percebem a contribuição, não houveram quem apontasse o empreendimento influenciando de forma negativa para a elucidação sobre direitos e deveres. As principais perspectivas sobre a governança e cidadania são: a) união dos agentes sociais por direitos; b) concentração em dois canais principais para a governança, o órgão gestor e a associação de moradores; e c) os empreendimentos como espaço de articulação de processos de decisão.

Apesar da não negativa, a baixa eficiência dos canais de participação, assim como na dimensão Ambiental representam uma potencialidade a ser trabalhada no Livramento, uma vez que as estratégias participativas podem:

“(…) contribuir para fortalecer os laços comunitários de solidariedade e incrementar o poder técnico e político das comunidades nos processos decisórios (...) permitindo que a incorporação de diferentes perspectivas que derivam das formas comunitárias de vida possam vir contrabalancear ou mesmo compensar o que Bauman denomina de potencial genocida adormecido nas capacidades instrumentais da modernidade.” (FREITAS, 2004, p.152).

3.1.7 Padrão de Vida

Sobre o Padrão de Vida, 13 de 20 AS's perceberam que o empreendimento, de certa forma, contribuiu para uma melhoria de sua capacidade de adquirir ou fornecer um melhor padrão de vida, seja por independência e segurança financeira ou ainda na confiança de desenvolver seu espaço de reprodução social.

Assim como na dimensão Bem-Estar Psicológico, os sinais de pertença sobre moradia influenciam no padrão de vida: “Daqui só sai daqui morto, vamos melhorar os quartos, fazer quartos para visita, construir para cima.” (entrevista com AS 01, no dia 20 de maio de 2017). O AS 14 também aponta a percepção da moradia como fundamento para o padrão de vida “Aumentou, antigamente eu não tinha nem a casa que prestava.” (entrevista com AS 14, no dia 12 de agosto de 2017).

Com relação à percepção sobre o padrão de vida como independência:

“Melhorou, dependia mais do marido. Agora tem a casa e quem compra as coisas sou eu, porque a maioria recebe uma vez por mês, aí o meu é mais seguro, e ele compra outras coisas. Por exemplo, a gente queria uma televisão melhor, tinha aquelas de bundão, aí chegou a de tela plana, mas ainda tem o bundão, mas aí quando chegou a copa, aí terminou de construir a casa e aí comprou a televisão.” (entrevista com o AS 02, no dia 21 de maio de 2017).

O AS 09 relaciona os eventos do Livramento com o padrão de vida: “Todo final de semana tinha gente e ficava gastando, agora vem mais dono de terreno que tem na Comunidade e traz o pessoal para gastar aqui. Mas se não tiver um torneozinho aí para tudo.” (entrevista com o AS 09, no dia 29 de maio de 2017)

Sobre o Padrão de Vida relacionado ao provimento de estrutura familiar: “Consigo ajudar meus filhos que não estão mais aqui.” (entrevista com AS 06, no dia 26 de maio de 2017). No mesmo sentido o AS 15 disserta sobre sua percepção sobre um bom padrão de vida ao proferir suporte às conquistas de sua família, percebida em sua fala quando menciona que: “Mais por ter uma casa, as coisas que ajudam na educação dos filhos né, tem uma que está fazendo técnica em estética agora na cidade aí a gente vai ajudando.” (entrevista com AS 15 no dia 06 de junho de 2017).

Existe quem associa um bom padrão de vida à condição de trabalho:

“De qualquer maneira é melhor do que se eu tivesse trabalhando de vigilante porque eu tinha horário para ir e no final do mês o dinheiro era muito curto. Um salário e meio é muito pouco. Eu não ganho isso no final das contas aqui, mas pelo menos aqui não tenho despesas porque a preocupação de pagar a conta na taberna no fim do mês não tem, a gente tira daqui para ir comendo. A preocupação é manter o comércio.” (entrevista com AS 03, no dia 23 de maio de 2017)

O fator segurança também esteve presente na dimensão padrão de vida na fala de 3 dos 20 AS's. Um destes AS's, apesar de sentir-se inseguro após ter sido assaltado pela primeira vez no dia anterior ao da entrevista, percebe um padrão de vida melhor “(...) a

renda maior permitiu um padrão de vida melhor, por outro lado chega a perder um pouco a liberdade, tem que andar com mais cautela, com mais cuidado. A gente muda sempre rota, essas coisas todas, na segurança né.” (entrevista com AS 12, no dia 20 de maio de 2017).

Seu empreendimento está localizado bem em frente ao posto policial da Comunidade, que na época não o fornecia proteção alguma, pois os policiais que estavam designados a estar na Comunidade foram realocados para a capital desde o mês de fevereiro, mês seguinte ao massacre de 56 presos e fuga de outro montante de presidiários do COMPAJ (Complexo Penitenciário Anísio Jobim), localizado também em zona rural da Cidade de Manaus, na rodovia BR 174, demonstrando assim a priorização da segurança da metrópole e descaso de áreas fora da concentração urbana da cidade, produzindo reflexos na recente sensação de insegurança dos moradores da Comunidade, como relatado pelo AS 13 “Aqui é muito tranquilo, mas ultimamente com a segurança do jeito que está e os assaltos.” (entrevista com AS 13 no dia 26 de maio de 2017).

Alguns dias depois do ocorrido com o AS 12, o AS 15 comentou que alguns dias depois, por reflexo da falta de policiamento, “Roubaram minha rabeta (peça da parte de baixo do motor de 250hp de seu barco). A Alegria que é uma loja grande me cobraria 28 mil, mas acabei achando a minha roubada no Educandos, aí na emoção botei para rodar sem óleo aí deu problema.” (entrevista com AS 15, no dia 02 de junho de 2017). A segurança esteve ausente na fala dos agentes sociais antes deste fato.

Para 03 de 20 AS's, a percepção é que esta influência se dá de forma negativa, atrelado a renda: “A associação alterou minha renda para eu não ganhar nada. Piorou. Padrão de vida não é legal não.” (entrevista com AS 11, dia 03 de maio de 2017). “(...) é que o problema é que aqui ninguém dá valor à arte, nem como produto nem como aula” (entrevista com AS 21, no dia 04 de setembro de 2017).

Apenas 04 de 20 dos AS's perceberam que seu empreendimento não influi em seu padrão de vida, como retrata o AS 10, quando diz que a renda está dissociada de padrão de vida “A renda aumentou, final do ano eu fiz um balanço, aumentou bastante, mas o padrão manteve, porque eu estou focada só aqui.” (entrevista com AS 10, no dia 05 de julho de 2017) ou o AS 13 que não expressa, de fato, uma melhora ou piora “A gente vive assim do básico né.” (entrevista com AS 13, no dia 29 de maio de 2017).

Sobre a dimensão do Bem Viver Padrão de Vida, há uma multiplicidade de percepções positivas sobre a contribuição dos empreendimentos, sendo: a) estrutura familiar; b) sinais de pertença; c) segurança alimentar; d) independência; negativas temos e) segurança pública, sendo que desta última percepção, um possível aumento no padrão de vida atrelado à retirada do policiamento local pode afetar de forma negativa a sensação de segurança na Comunidade e f) piora no padrão de vida pelo aumento de custos privados; neutro estão aqueles que g) não atrelam a renda ao padrão de vida.

A não conexão para alguns agentes sociais em relacionar a renda com o padrão de vida pode ser compreendida mais claramente na construção coletiva e cultural peculiar à Comunidade do Livramento. Procuramos aqui entender qual é esta concepção de Padrão de Vida e suas influências na coletividade dos agentes sociais e não no indivíduo, uma vez que esta é uma noção encontrada:

“(...) na vida familiar, amorosa, social e ambiental e à própria estética existencial. Pressupõe a capacidade de efetuar uma síntese cultural de todos os elementos que determinada sociedade considera seu padrão de conforto e bem-estar. O termo abrange muitos significados, que refletem conhecimentos, experiências e valores de indivíduos e coletividades que a ele se reportam em variadas épocas, espaços e histórias diferentes, sendo portanto uma construção social com a marca da relatividade cultural.” (MINAYO; HARTZ; BUSS, 2000, p.08)

3.1.8 Saúde

Sobre a Saúde, 08 de 20 agentes sociais indicaram que o empreendimento, de certa forma, contribuiu para uma melhoria da percepção sobre sua saúde. Alguns deles atrelam à consequência da redução da jornada de trabalho, como no caso do AS 13 “(...) eu acho que o astral é melhor, tudo é melhor um pouco. Eu sou estressada, é coisas de mulher, mas é rápido, mas fora isso eu sou bem melhor. Eu era mais estressada antes, trabalhava 12 horas direto, aí chegava muito cansada.” (entrevista com AS 13, no dia 25 de maio de 2017).

A segurança alimentar também é presente nesta dimensão “(...) alimentação regrada melhorou, porque em Manaus comia muita besteira e agora não tomo mais refrigerante, não como mais fora de hora e até durmo no mínimo 8 horas por dia, é o principal. Eu fiquei operado e agora porque estou aqui consigo melhorar.” (entrevista com o AS 01, no dia 20 de maio de 2017). Em sentido semelhante aos dois anteriores, o AS 02 diz que “Sei lá parece que o sangue circula, ficar dentro de casa fica depressivo. Ah! E come tomate e coisas naturais.” (entrevista com o AS 02, no dia 21 de maio de 2017).

O AS 07 assinala que gosta de trabalhar com pessoas, quando diz que “(...) ah eu adoro trabalhar, ocupa minha mente, eu fico feliz de trabalhar com pessoas.” (entrevista com AS 07, no dia 03 de junho de 2017) e o AS 10 também ressalta, assim como o AS 02, que seu empreendimento contribui com sua saúde “porque tirou o sedentarismo e assim eu me sinto bem de fazer alguma coisa.” (entrevista com AS 10, no dia 03 de agosto de 2017).

Outro AS ainda aponta a qualidade de vida de morar fora do centro urbano “Tanto melhora que quando eu chego na cidade, passando ali do hotel Tropical eu já sinto outro clima, já não me sinto mais à vontade, no entanto que não tenho vontade nenhuma de ir para a cidade. Viajar de barco é bom.” (entrevista com AS 03, no dia 23 de maio de 2017).

Porém, para 06 de 21 AS's, o empreendimento influi de forma negativa em sua saúde, como ressalta o AS 14 quando aponta que a rotina de trabalho prejudica sua saúde

na capacidade executar atividades manuais, o que acaba refletindo no seu relacionamento intrafamiliar “Piorou, eu não faço mais o tipo de serviço que eu fazia, às vezes a mulher me briga dizendo “Tem tanta coisa para fazer aqui em casa e tu não faz mais”, porque eu não tenho mais aquela destreza, mas no final das contas eu acho que é pior trabalhar assim, porque trabalhar muito parado o sangue não circula.” (entrevista com AS 14, no dia 12 de agosto de 2017).

Sobre a consequência do desempenho das atividades diretamente em problemas físicos, o AS 06 diz que “Piorou, a vista tá ruim.” (entrevista com AS 06, no dia 26 de maio de 2017) ou quando o AS 11 diz que “A saúde apertou né, eu estou pensando até em fazer um checkup, né?” (entrevista com o AS 11, no dia 03 de maio de 2017), o AS 15 diz que a rotina de trabalho lhe “deixou muito mal de coluna, meu maior problema é de coluna, passa muito tempo sentado complica, é como se fosse cobrador ou motorista de ônibus.” (entrevista com AS 15, no dia 02 de junho de 2017) e a AS 16 sobre a intensidade dos trabalhos relacionados à problemas de ordem psicológica, ressalta que “Piorou, é muita correria, muito estresse.” (entrevista com AS 16, no dia 01 de junho de 2017).

Para 06 de 20 AS's, não há a influência de seu empreendimento em sua saúde, uma vez que: “Sempre tive uma saúde boa, mesma coisa, normal.” (entrevista com AS 05, no dia 02 de junho 2017). “Saúde é as vezes o que fez a gente não trabalhar. O atendimento da saúde é muito lento. Mas o ERNA 09 não faz mudar nada não. Mas eu já vinha com problema já, desde que sofri um acidente de carro.” (entrevista com AS 09, no dia 29 de maio de 2017). O AS 12 declara que “Até agora está boa, do antes pro agora é está a mesma.” (entrevista com AS 12 no dia 20 de maio de 2017).

A dimensão Saúde do Bem Viver, assim como o Uso do Tempo tem avaliação neutra e negativa superior a positiva e que esta predominância afeta negativamente nas: a) condições físicas; b) condições psicológicas; c) relações intrafamiliares; d) baixa eficiência das políticas públicas da saúde, mas ainda sim aponta fatores positivos como e) a segurança alimentar e f) redução do sedentarismo.

Esta dimensão apresentou um dos menores valores da somatória de percepções, apenas à frente da dimensão Uso do Tempo. Podemos levar em consideração que 03 de 04 percepções aqui apresentadas na síntese do parágrafo acima, podem ser amenizadas com o esforço do poder público, uma vez que este é responsável pelo “(...) conjunto das políticas públicas e sociais que induzem e norteiam o desenvolvimento humano (...) cabendo parcela significativa da formulação e das responsabilidades ao denominado setor saúde” (MINAYO; HARTZ; BUSS, 2000, p.16). Não se trata aqui de encaixar a dimensão da Saúde do Bem Viver em padrões da saúde pública dentro de um pensamento moderno, mas em considerar as prioridades dos agentes sociais na questão da saúde.

3.1.9 Educação

Em relação à dimensão Educação, 14 de 20 AS's indicaram que o empreendimento, de certa forma, contribuiu para uma melhoria em seu aprendizado ou de outros agentes sociais

O AS 11 aponta a importância para si e para outros agentes sociais das ações realizadas pela associação:

“Contribuiu sim, como por exemplo, quando a gente não estava como associação a gente era isolado. Hoje passamos a conhecer pessoas de costumes diferentes, de outros estados, de outras etnias e isso alterou muito na nossa comunicação, acaba aprendendo com os parentes e com os brancos mesmo. Nós tivemos aqui 3 alunos que foram para UEA e fizeram pedagogia e são formados, e foi através da Associação.” (entrevista com AS 11, no dia 03 de maio de 2017).

O AS 16 também ressalta que graças ao trabalho no ERNA 16, “consegui acesso e terminei Licenciatura em Língua Indígena na UFAM, que é uma parceria com a SEMED” (entrevista com AS 16, no dia 01 de junho de 2017).

O AS 02 disserta que, por servir o almoço dos servidores públicos da escola, melhorou parte de seus conhecimentos, por meio “do contato com os professores mesmo.” (entrevista com AS 02, no dia 21 de maio de 2017). Também sobre as relações sociais com outros agentes sociais o AS 07 comenta que:

“(…) a gente aprende com os outros comerciantes, se eles fazem algo que deu certo eles falam e a gente faz, se a gente faz algo que dá certo a gente ensina e eles fazem e assim vai (...) estou fazendo serviço social, ultimamente eu tranquei, mas em junho vou reabrir de novo.” (entrevista com AS 07, no dia 03 de junho de 2017).

Dois AS's apontam que o ganho na dimensão Uso do Tempo reflete na melhoria da dimensão Educação: “Ler mais livros, principalmente ler mais livros (...) tipo assim, eu comprei um livro e fazia tempo que eu não conseguia ler esse livro, depois que vim para cá eu consegui ler.” (entrevista com AS 01, no dia 20 de maio de 2017) e também o AS 10, quando diz que:

“Porque assim, nas minhas horas vagas eu faço palavras cruzadas, quando eu não fazia isso aqui era como eu vivesse isolada, as vezes aconteciam coisas aqui e eu não sabia. Depois que eu vim para cá, as pessoas passam aqui e contam o que aconteceu.” (entrevista com AS 10, no dia 02 de agosto de 2017).

Alguns AS's apontam que só fizeram cursos por conta de desenvolverem atividades em seus empreendimentos, como por exemplo o AS 06, que trabalha com beneficiamento e diz que “(...) eu fiz uns cursos do SEBRAE de criação de frango, doce de cupuaçu e caju, de bordado.” (entrevista com AS 06, no dia 26 de maio de 2017). Os AS 05, 12 e 15 dizem que fizeram curso “No SEBRAE, cursos de negócios mesmo.” (entrevista com AS 12, no dia 20 de maio de 2017), que “Participei só de um curso do SEBRAE sobre comércio, como a gente trata, como faz, como lida, com o financeiro.” (entrevista com AS 05, no dia 02 de junho de 2017) e o AS 15 comentou que esse curso no SEBRAE, divulgado na Comunidade

se chamava “Brasil Empreendedor”. O AS 13 comenta ter feito um curso promovido pela SEMMAS, alguns anos antes, no ano de Copa do Mundo, que na oportunidade “Fiz curso de inglês para atender os turistas, foi pela SEMMAS, fizemos eu e meu esposo.” (entrevista com o AS 13, no dia 28 de junho de 2017).

Existem aqueles que apontam alguns ajustes culturais como contribuição para o seu aprendizado e seu empreendimento fomenta a educação de sua filha, uma vez que:

“Aqui conversa com todo mundo, de 9 a 90 anos, com jovem com velho e acaba sabendo de tudo, exatamente, uma vez um comerciante disse para mim: “você ser um comerciante é como se tivesse estudado para ser advogado, você aprende muita coisa”. Aprende até lidar com as pessoas e com diferentes pessoas de diferentes naturezas (...) minha filha até estudou, é Pedagoga” (entrevista com AS 03, no dia 23 de maio de 2017).

Em sentido semelhante, o AS 09 comenta que seu empreendimento “(...) faz a gente tomar conhecimento com outras Comunidades, dos trabalhos nas outras Comunidades e assim a gente vai fazendo as coisas através do conhecimento que vamos tendo do outro (...) é mais nas experiências mesmo, fazendo as coisas juntos.” (entrevista com AS 09, no dia 29 de maio de 2017).

Dentro destes ajustes culturais, o AS 16 vai além, comenta sobre a educação para a valorização da tradição indígena

“(…) sobre a resistência aprendi mais, de não ter vergonha, na SEMED a gente fala a nossa língua mesmo. Eu e o cacique fomos apresentar o espaço em uma mostra pedagógica perto de Novo Airão, todo ano a gente tem que apresentar para outros professores o resultado aqui.” (entrevista com AS 16, no dia 02 de junho de 2017).

Quanto a influência do empreendimento no seu aprendizado, 05 de 20 AS’s não perceberam estas influências, como afirma o AS 14: “Teve de finança pela cooperativa, a gente ouviu, foi interessante, mas a gente não cumpre, isso é uma ilusão.” (entrevista com o AS 14, no dia 12 de agosto de 2017) e em um caso, o AS relatou que seu negócio prejudica o aprendizado “(...) se eu tenho que trabalhar o dia todo, como vou estudar?” (entrevista com AS 18, no dia 19 de julho de 2017).

Por fim, sobre a percepção dos AS’s na dimensão Educação do Bem Viver, esta é uma das mais bem avaliadas, assim como Vitalidade Comunitária e Cultura. Há uma ampla diversidade de perspectivas percebidas responsáveis por essa influência, como a) ajustes culturais; b) resistência social; c) cursos oferecidos pelo setor público e d) de forma positiva e negativa, a interferência no Uso do Tempo.

Voltando à Seabra (2004), como as práticas sociais possuem dois níveis, um de inserção territorial e outro de inserção na vida cotidiana, a educação recebe influência positiva do uso do tempo quando este agente social está inserido na vida cotidiana, integrando os espaços de uso da Comunidade às atividades desenvolvidas pelos agentes sociais. Em outra mão, as incertezas sobre possíveis restrições impostas pelo poder público

fomentam a submissão das atividades desenvolvidas à ciclos econômicos insensíveis ao tempo social e natural da Comunidade. Frente à estas restrições, manifestam-se iniciativas de resistência social para a valorização da identidade cultural do Livramento, o que concede a dimensão Educação do Bem Viver, uma sinergia e potencialidade quando integrada com as dimensões Cultura e Vitalidade Comunitária.

O Bem Viver do Indivíduo ao Coletivo

Quando tratamos de políticas públicas na dimensão Saúde, ou abordamos a qualidade de vida nas dimensões Bem-Estar Psicológico e Padrão de Vida, esta “qualidade de vida”, não significa uma escala entre viver mal ou viver bem, ou de um viver melhor provindo de conceitos moderno-ocidentais, ou ainda padrões internacionais de saúde pública, mas sim ao conjunto de valores que se traduzem na concepção dos agentes sociais sobre Bem Viver, qualidade de vida, ambiente e saúde. Neste sentido, o Bem Viver:

“Não se trata da reprodução ou cópia do modelo andino, mas de “ideia força” nele inspirada, e de projeto em construção. Um conceito aberto que poderá ser sempre resignificado, acrescido e atualizado, mas nunca instrumentalizado por concepções vinculadas à modernidade-colonialidade.” (LACERDA & FEITOSA, 2015, p.19).

Os agentes sociais da Sede da Comunidade Nossa Senhora do Livramento traduzem alguns preceitos do Bem Viver quanto a um outro paradigma de sociedade, produção e consumo, uma vez que mesmo inconscientes de sua filosofia, princípios e preceitos, os sinais de pertença à Comunidade, as relações interpessoais e a absorção de custos privados em troca e benefícios sociais nos mostra que empiricamente este conjunto de valores já está internalizado, em sentido semelhante ao Bem Viver, salientado por Boff (2017) como sendo uma dimensão espiritual que possui valores que refletem sobre o sentimento de pertencer à um todo e solidariedade entre todos.

Em busca de tornar visível estas visões e percepções subjetivas ao agente social, foi feita uma síntese (QUADRO 01) sobre as considerações de cada dimensão, para podemos assim observar as principais alegações dos agentes sociais, o que pode ser útil para tomadores de decisões considerarem como impactos positivos das estratégias de adaptação desenvolvidas pela Comunidade, também à percepção de alteração na natureza das atividades principais, bem como a reflexão sobre os pontos nodais das percepções negativas, como por exemplo a ineficiência dos canais de conservação da Comunidade, ou ainda a interpretação das posições neutras em situações imprescindíveis, como por exemplo, a incapacidade de alguns agentes sociais em participarem dos processos de governança e cidadania. É importante ressaltar que esta síntese aborda alguns pontos mais recorrentes nas falas dos AS's, o que não descarta a necessidade de leitura na integra das percepções apresentadas.

QUADRO 01 – Síntese das percepções (n=180) dos Agentes Sociais (n=20) sobre o Bem Viver na Comunidade do Livramento.

SÍNTESE DAS PERCEPÇÕES DOS AGENTES SOCIAIS SOBRE AS DIMENSÕES DO BEM VIVER			
DIMENSÕES	POSITIVAS	NEUTRAS	NEGATIVAS
Bem Estar Psicológico	<ul style="list-style-type: none"> • autonomia; • perspectiva de futuro; • atendimento das necessidades básicas 	<ul style="list-style-type: none"> • dissociação do trabalho à qualidade de vida 	<ul style="list-style-type: none"> • baixa qualidade por proximidade da metrópole
Uso do Tempo	<ul style="list-style-type: none"> • trabalhar no local de moradia; • administração do tempo 	<ul style="list-style-type: none"> • noção de tempo natural com as atividades exercidas como parte integrante deste tempo 	<ul style="list-style-type: none"> • supressão do tempo para outros afazeres; • centralidade no AS responsável
Vitalidade Comunitária	<ul style="list-style-type: none"> • envolvimento comunitário; • sinais de pertença; • prestígio; 	<ul style="list-style-type: none"> • dissociação das atividades com as relações interpessoais 	_____
Cultura	<ul style="list-style-type: none"> • organização de eventos e festas; • costumes e saber indígena; • alimentação regional; • promoção de esportes 	<ul style="list-style-type: none"> • relação indireta da atividade com a valorização cultural 	_____
Ambiente	<ul style="list-style-type: none"> • reaproveitamento; • alteração no tipo da natureza das atividades • alteração no uso da terra; • múltiplas concepções de conservação (social, econômica e ambiental) 	<ul style="list-style-type: none"> • incapacidade de colaborar na conservação da Comunidade 	<ul style="list-style-type: none"> • canais de conservação ineficientes • falta de iniciativas de educação ambiental • alta quantidade de resíduos sólidos
Governança e Cidadania	<ul style="list-style-type: none"> • união dos agentes sociais por direitos; • dois canais para a participação • empreendimentos como espaço de processos de decisão 	<ul style="list-style-type: none"> • ineficiência dos canais de participação nas decisões da Comunidade 	_____
Padrão de Vida	<ul style="list-style-type: none"> • estrutura familiar; • sinais de pertença; • segurança alimentar; • independência; 	<ul style="list-style-type: none"> • renda não interfere no padrão de vida 	<ul style="list-style-type: none"> • segurança pública; • custos privados
Saúde	<ul style="list-style-type: none"> • segurança alimentar; • redução do sedentarismo 	<ul style="list-style-type: none"> • ligação com o poder público e não com o empreendimento 	<ul style="list-style-type: none"> • condições físicas; • psicológicas; • relações intrafamiliares.
Educação	<ul style="list-style-type: none"> • valorização da cultura pela educação; • resistência social; • cursos oferecidos pelo setor público; • permite aprimoramento nos estudos. 	<ul style="list-style-type: none"> • apesar do incentivo à educação, isso não se traduz em ações práticas. 	<ul style="list-style-type: none"> • número excessivo de atividades retira o tempo para estudos.

Em linhas gerais, os empreendimentos possuem impacto positivo no Bem Viver da Comunidade como um todo. Algumas dimensões tiveram uma resultante negativa no somatório de percepções, assim como indivíduos também tiveram, mas como o Bem Viver consiste em uma análise qualitativa que procura entender o impacto do indivíduo sobre a coletividade, um ou outro caso negativo isolado não falseia a contribuição destes para o Bem Viver da Comunidade do Livramento. Esta contribuição é melhor observada na visualmente (Figura 23) onde: para cada percepção positiva, foi adicionado 1 ponto; cada percepção neutra atribuída a nota 0; e cada percepção negativa atribuído -1. Em outras palavras, cada percepção negativa subtrai uma percepção positiva no somatório final.

Figura 23 – Síntese das percepções (n=180) dos Agentes Sociais sobre o Bem Viver

	DIMENSÕES DO BEM VIVER									Total por Indivíduo
	Bem Estar Psicológico	Uso do Tempo	Vitalidade Comunitária	Cultura	Ambiente	Governança e Cidadania	Padrão de Vida	Saúde	Educação	
AS 01	1	1	1	0	1	1	1	1	1	8
AS 02	1	1	1	1	1	0	1	1	1	8
AS 03	1	-1	1	1	-1	1	1	1	1	5
AS 04	1	0	0	0	1	0	0	0	1	3
AS 05	1	-1	1	1	-1	1	1	0	0	3
AS 06	-1	1	1	1	0	0	1	-1	1	3
AS 07	1	1	0	1	1	0	1	1	1	7
AS 09	1	-1	1	1	1	1	1	0	1	6
AS 10	1	-1	1	1	1	0	0	1	1	5
AS 11	-1	-1	1	1	0	1	-1	-1	1	0
AS 12	1	-1	1	1	1	1	1	0	1	6
AS 13	1	1	0	0	1	0	0	1	1	5
AS 14	1	1	1	1	1	0	1	-1	0	5
AS 15	-1	-1	1	1	1	1	1	-1	1	3
AS 16	1	-1	1	1	1	1	-1	-1	1	3
AS 17	1	1	1	1	1	0	0	0	0	5
AS 18	0	-1	0	1	-1	1	1	-1	-1	-1
AS 19	1	1	1	1	1	1	1	0	1	8
AS 20	1	0	1	1	1	0	1	1	1	7
AS 21	-1	0	1	1	1	0	-1	1	1	3
Total por Dimensão	11	-1	16	17	12	10	10	2	15	

Legenda:

- Percepção individual positiva
- Resultante de percepções positiva
- Percepção individual neutra
- Resultante de percepções neutra
- Percepção individual negativa
- Resultante de percepções negativa

Percebe-se uma quantidade razoável, em números totais, de percepções negativas e neutras de Bem Viver, mais especificamente 1 de cada 3 (34,44%), ou 62 de 180 percepções, como a concentração das percepções negativas, estão mais associadas às dimensões de características privadas. Já os resultados coletivos apresentam um outro panorama, sendo que no total dos agentes sociais apenas 2 de 20 apontam um resultado negativo ou neutro (AS 11 e AS 18). No que diz respeito ao total das dimensões, apenas 1 de 9 resultaram num somatório negativo.

Quanto aos indivíduos, dos 9 pontos possíveis, 12 de 20 empreendimentos apontam para uma percepção positiva de Bem Viver acima da média (4,6 pontos), cabendo destaque

positivo aos AS's responsáveis por 5 empreendimentos (AS 01, 03, 07, 10 e 12) de natureza comércio do ramo alimentício, ao qual todos obtiveram resultante acima da média, sendo 1 com somatória de 7 pontos e 2 com somatória de 8 pontos. Isso também reflete na média por natureza: o comércio, somando todos os ramos, obteve média de 5 pontos, superior à média de 4,43 pontos de beneficiamento e de serviços, o que inicialmente pode nos levar a concluir que a contribuição das atividades comerciais para o Bem Viver de toda a Comunidade.

Sobre as dimensões coletivas, nas dimensões, dos 20 pontos possíveis, 5 das 9 dimensões (Bem-Estar Psicológico, Vitalidade Comunitária, Cultura, Ambiente e Educação) também possuem somatório acima da média (10,22 pontos), 2 pouco abaixo à esta média (Governança e Cidadania e Padrão de Vida) e outros dois bem abaixo desta média, um próximo de 0 (Saúde) e um apresentando resultado negativo (Uso do Tempo).

Diante destes dados podemos confirmar que nos resultados coletivos, tanto no conjunto de indivíduos, quanto no conjunto de dimensões, o percentual de percepções neutras e negativas foram significativamente menores que quando analisados por números totais de percepções. É neste sentido que é possível sinalizar que os Empreendimentos Rurais Não-Agrícolas, e seus agentes sociais responsáveis, possuem um potencial a ser reconhecido pelo órgão gestor para a promoção do Bem Viver da Comunidade como um todo, sendo necessário então integrar representantes destes nos processos de decisão e de conservação da RDS.

O sacrifício de dimensões privadas em detrimento à coletivas é intensificada nos agentes sociais responsáveis por organizações de eventos na Comunidade (FIGURA 24), os AS's 06, 09, 11, 15, 16 e 20.

Figura 24- Recorte da percepção dos Agentes Sociais (n=06) organizadores de eventos da Comunidade

		DIMENSÕES DO BEM VIVER								
		Bem Estar Psicológico	Uso do Tempo	Vitalidade Comunitária	Cultura	Ambiente	Governança e Cidadania	Padrão de Vida	Saúde	Educação
IDENTIFICAÇÃO	AS 06	-1	1	1	1	0	0	1	-1	1
	AS 09	1	-1	1	1	1	1	1	0	1
	AS 11	-1	-1	1	1	0	1	-1	-1	1
	AS 15	-1	-1	1	1	1	1	1	-1	1
	AS 16	1	-1	1	1	1	1	-1	-1	1
	AS 20	1	0	1	1	1	0	1	1	1
Total por Dimensão	0	-3	6	6	4	4	2	-3	6	

Legenda:

■ Percepção individual positiva	■ Resultante de percepções positiva
■ Percepção individual neutra	■ Resultante de percepções neutra
■ Percepção individual negativa	■ Resultante de percepções negativa

Este recorte nos apresenta um panorama sobre o quanto o ramo de atividades de evento alavancam a resultante positiva nas dimensões coletivas do Bem Viver, sendo que nestes, Vitalidade Comunitária, Cultura e Educação, obtiveram somatório máximo, em

detrimento de um resultado expressivamente baixo nas dimensões de potencialidade individual, como Uso do Tempo e Saúde, que obtiveram resultados negativos abaixo do coletivo geral (com todos os AS's) e no Bem Estar Psicológico somatório nulo, abaixo do positivo no coletivo geral. Este é mais um indicativo sobre a necessidade de estudos adicionais sobre os eventos realizados na Comunidade.

CONCLUSÃO

Por fim, analisando por outra perspectiva, por um lado, estes valores baixos em relação à Saúde e Uso do Tempo podem ser consequência de dois pontos nodais: i) na Saúde o baixo envolvimento do poder público com a Comunidade e ii) a centralidade no AS responsável do empreendimento no Uso do Tempo. Por outro lado, podemos entender que estes sacrifícios individuais refletem em um ganho expressivo em dimensões com maior alcance social do que privado, como Vitalidade Comunitária, Cultura, Ambiente e Educação. Associando isso aos fundamentos do humanismo da Administração, estas percepções podem ser compreendidas como um “sistema de sentimentos” (CHIAVENATTO, 2014, p.114) e que estas percepções negativas são parte inerente do empreendimento de atividades ao qual são necessários alguns desequilíbrios, neste caso, entendidos como sacrifícios de algumas percepções individuais, para atingir um ganho coletivo e, sendo assim, não cabe à este estudo sugerir um número necessário e suficiente de condições objetivando o equilíbrio destas dimensões.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, A. S. & TRÓCOLLI, B. T. **Desenvolvimento de uma Escala de Bem-Estar Subjetivo**. Revista Psicologia: Teoria e Pesquisa. Vol. 20, No.02, p.153-165. 2004.
- ALCANTARA, L. C. S. & SAMPAIO, C. A. C. **Bem Viver como paradigma de desenvolvimento: utopia ou alternativa possível?** Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente. Vol. 40, p. 231-251. 2017.
- BOFF, L. **Sustentabilidade: o que é - o que não é**. Petrópolis, RJ. Editora Vozes. 2017.
- CHIAVENATO, I. **Introdução à Teoria Geral da Administração**. 9ª Edição. Editora Manole. Barueri – SP, p.65-72, 2014.
- CRUZ, J. G. **Organização político-cultural e interculturalidade na gestão dos territórios indígenas para o bem viver no rio Negro-AM**. Tese (Doutorado em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia) - Universidade Federal do Amazonas. 2015.
- FREITAS, C. M. **Ciência para a Sustentabilidade e a Justiça Ambiental**. In: Henri Acelrad; Selene Herculano e José Augusto Pádua (Org.) Justiça ambiental e cidadania. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fundação Ford, p.141-157. 2004.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GÜNTHER, H.; ELALI, G. A.; PINHEIRO, J. Q. **A abordagem multimétodos em Estudos Pessoa-Ambiente: Características, definições e implicações.** Série: Textos de Psicologia Ambiental, nº23. Brasília, DF: UnB, Laboratório de Psicologia Ambiental. 2004

HAGGBLADE, S.; REARDON, T.; HYMAN, E.. **Technology as a motor of change in the rural nonfarm economy.** In S. Haggblade, P. Hazell, & T. Reardon (Eds.), Transforming the rural nonfarm economy: Opportunities and threats in the developing world (pp. 322–351). Baltimore: Johns Hopkins University Pres. 2007.

INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS – IHU. **Sumak Kawsa, Suma Qamaña, Teko Porã. O Bem-Viver.** Revista IHU On-Line. ISSN 1981-8469. São Leopoldo, 2010.

LIEDHOLM, C.. **Enterprise dynamics in the rural nonfarm economy.** In S. Haggblade, P. Hazell, & T. Reardon (Eds.), Transforming the rural nonfarm economy: Opportunities and threats in the developing world. Baltimore: Johns Hopkins University Pres. p. 99–114, 2007.

MARIOSIA, P. H. *et al.* **Rds Do Tupé: mecanismos da economia ambiental, solidária e da educação ambiental como alternativa ao uso da terra.** Revista Areté. Manaus, Vol. 10, p. 50-62, 2017a.

MATTEI, L. **Pluriatividade no Contexto da Ruralidade Contemporânea: Evolução Histórica dos Debates sobre o Tema.** Revista Econômica do Nordeste. Vol.39, No.03, Fortaleza. 2008.

MINAYO, M. C. S.; HARTZ, Z. M. A.; BUSS, P. M. **Qualidade de vida e saúde: um debate necessário.** Revista Ciência & Saúde Coletiva. Vol. 05, No. 01, p.7-18, 2000.

MORAIS, L. P. & BORGES, A. **Novos paradigmas de produção e consumo: experiências inovadoras** (Orgs). São Paulo : Instituto Pólis, 2010.

SALES, A. P. *et al.* **Felicidade Interna Bruta: aplicação e discussão no contexto de cidades de porte médio brasileiras.** Revista Cade, Vol. 12, No. 01. p. 59-82. 2013.

SCHNEIDER, S. **A pluriatividade como estratégia de reprodução social da agricultura familiar no sul do Brasil.** Estudos sociedade e agricultura. No 16. p. 164-184. Rio de Janeiro, RJ. 2001.

SCHNEIDER, S. **A pluriatividade no meio rural brasileiro: características e perspectivas para investigação.** In Hubert Carton Grammont e Luciano Martinez Valle (Orgs.) La pluriactividad en el campo latinoamericano. 1ª ed. Quito/Equador: Ed. Flacso - Serie FORO. Vol. 1, p. 132-161. 2009.

SEABRA, O. C. L. **Territórios do uso: cotidiano e modo de vida.** Revista Cidades. UNESP: São Paulo- SP. Vol. 01, No. 02, p.181-206. 2004.

WATTS, D. J. & STROGATZ, S. H. **"Collective dynamics of 'small-world' networks".** Nature. Vol. 393 (6684). p.440–442. 1998.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma vez que as práticas de gestão de uma RDS devem primar por atingir o objetivo de proteger a diversidade biológica e natural, bem como preservar o ambiente, incentivar a pesquisa científica, promover a educação ambiental, o turismo ecológico, o manejo sustentável dos recursos naturais e a resolução de problemas socioambientais, neste sentido, a estratégia de adaptação dos agentes sociais desenvolvendo atividades rurais não-agrícolas como alternativa à restrições impostas podem representar uma nova postura socioambiental para atingir estes objetivos e quem sabe fomentar o Plano de Gestão destas UC, passando a considerar e promover incentivos atrelados à estes tipos de atividades.

Recomenda-se aqui, então, primar por estes incentivos à empreendimentos econômicos não-agrícolas em RDS's, administrados pelos próprios agentes sociais envolvidos, em busca de tornar possível experiências adaptativas em outras sociedades, permitindo assim reforçar novos paradigmas de produção e consumo que levem em consideração lançar mão de alguns custos privados em detrimento de benefícios coletivos de uma sociedade.

Por meio do o trabalho de campo e posteriores análises e reflexões, foi possível responder satisfatoriamente à todas as indagações levantadas durante o processo de construção do objeto. Os 3 estudos abordaram 3 perspectivas diferentes sobre os agentes sociais e seus empreendimentos rurais não-agrícolas.

O primeiro capítulo consistiu em abordar uma perspectiva intra empreendimento, ou seja, revelar quem eram os agentes sociais que empreendiam atividades rurais não-agrícolas e levantar as características e dinâmicas socioeconômica destes empreendimentos. Como resultado obteve-se uma diversidade de 21 empreendimentos rurais não-agrícolas que empreendem 14 atividades diferentes como atividade principal, sendo estas atividades com maior representatividade do setor terciário e com o foco de atendimento das necessidades dos próprios agentes sociais da Comunidade. A economia rural não-agrícola mostrou alguns resultados próximos à estudos realizados na África, Ásia e outros países da América Latina, sendo que o que surpreendeu no estudo, em relação à outros já apresentados, é a alta taxa de sobrevivência dos ERNA's e a quantidade elevada de empreendimentos com a finalidade Vitalidade Comunitária, o que abriu possibilidades para os dois capítulos subsequentes.

A partir destas possibilidades, então, o Capítulo 2 objetivou entender a complementariedade da pluriatividade e da rede de relações entre os agentes sociais responsáveis pelos ERNA's, sem a pretensão de homogeneizar os agentes sociais em categorias pré-estabelecidas. Nessa relação entre empreendimentos, foi constatado que os ERNA's são sim pluriativos, com apenas um ERNA desenvolvendo uma atividade. Sobre esta pluriatividade dos ERNA's, estes demonstraram 4 grandes agrupamentos de naturezas

diferentes, os chamados Macro *Clusters*: 1. mais voltadas à serviços; 2. mais voltada ao beneficiamento; 3. proporção semelhante entre beneficiamento e comércio; e 4. mais voltada ao comércio. Esta pluriatividade está intrinsecamente ligada a rede de relações sociais, seja por questões de vitalidade comunitária, similaridade de atividades ou ainda por parentesco entre agentes sociais. Por um sistema de reciprocidade, a rede de relações sociais entre os AS's dos ERNA's do Livramento mostrou ser de alta transitividade e de baixa extensão.

Como a Vitalidade Comunitária mostrou-se representativa nos dois estudos anteriores, coube ao Capítulo 3 perceber a contribuição dos AS's dos ERNA's para o Bem Viver da Comunidade como um todo. Nesta relação entre empreendimentos e Comunidade, o resultado mais expressivo foi o sacrifício das dimensões pessoais (Uso do Tempo, Padrão de Vida e Saúde) em prol do coletivo. Os resultados individuais da percepção dos agentes sociais sobre sua contribuição para o Bem Viver de todos, apresentou um número razoável de percepções negativas e neutras, porém, na análise da coletividade, as percepções positivas predominaram. Durante o processo de análise, revelou-se também a baixa efetividade dos canais de comunicação para as dimensões “Ambiente” e “Governança e Cidadania”, atrelada a viabilização de participação e envolvimento entre a Comunidade e SEMMAS. Cabe aqui um destaque final às dimensões “Vitalidade Comunitária”, “Cultura”, “Ambiente” e “Educação”. Pode-se afirmar que o ganho nestas dimensões coletivas reflete a capacidade dos agentes sociais, que desenvolvem atividades rurais não-agrícolas, em desenvolver estratégias de adaptação socioeconômicas capazes de reduzir as divergências causadas pelas intervenções inapropriadas do Estado.

Agora, voltando ao cerne deste trabalho e respondendo o questionamento norteador desta pesquisas sobre “as atividades rurais não-agrícolas, empreendidas por agentes sociais, podem ser consideradas uma estratégia para promoção do Bem Viver frente às intervenções do Estado?”, em síntese, este estudo foi capaz de evidenciar como as atividades rurais não-agrícolas como estratégia representativa para a garantia do Bem Viver das Comunidades da Reservas de Desenvolvimento Sustentável do Tupé. Ao evitar algumas pré-noções do conhecimento científico e se propondo construir todo o percurso da pesquisa junto aos agentes sociais, foi possível superar o romantismo habitual de estudos sobre os modos de vida destes AS's em áreas de proteção de uso sustentável.

A relação destes agentes sociais dentro do campo da sustentabilidade é, de fato, conflituosa e deixamos alguns apontamentos para serem considerados pelo órgão gestor, pelos agentes sociais da Comunidade e para pesquisadores de estudos futuros:

- a) As atividades rurais não-agrícolas podem ser consideradas de baixo impacto, desde que articuladas em uma lógica de reciprocidade e pautadas pela Vitalidade Comunitária;

- b) A melhoria dos canais de comunicação das dimensões “Ambiente” e “Governança e Cidadania” são pontos a serem otimizados na relação entre os agentes sociais do órgão gestor e da Comunidade. Garantir a representatividade destes, quanto classe, se faz necessária para atingir essa melhoria;
- c) O prosseguimento da sensibilização para os impactos gerados pelas atividades rurais não-agrícolas se faz necessário. Sendo assim, permitir estas atividades e incorporar boas práticas às diretrizes do Plano de Gestão se faz necessário;
- d) O estudo sobre a contribuição dos eventos sociais, públicos e privados, nas Comunidades da RDS do Tupé, se faz necessário. Recomendamos aqui trabalho acerca destes envolvendo os agentes sociais da Comunidade, da SEMMAS e da academia.

Por fim, estratégias de adaptação, envolvendo ajustes culturais acerca de atividades rurais não-agrícolas, podem representar um novo paradigma de produção em Comunidades em AP's próximas à grandes centros, mas para que isso seja plausível é necessário apreender as perspectivas endógenas acerca da relação: economia, cultura, ambiente e sociedade. Caso estas perspectivas estejam integradas às políticas públicas e questões territoriais, é possível entrever esta estratégia como uma das saídas à promoção do Bem Viver das Comunidades da RDS do Tupé.

5. REFERÊNCIAS

ACOSTA, A. **O Buen Vivir – uma oportunidade de imaginar outro mundo**. In: BARTELT, Dawid Danilo (Org.). Um campeão visto de perto. Uma análise do modelo de desenvolvimento brasileiro. Rio de Janeiro: HeinrichBöll-Stiftung, 2012.

ACSELRAD, H. **Justiça ambiental: ação coletiva e estratégias argumentativas**. In: Henri Acselrad; Selene Herculano e José Augusto Pádua (Org.) *Justiça ambiental e cidadania*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fundação Ford, p.141-157. 2004.

ALMEIDA, A. W. B de. **Terras de quilombo, terras de indígenas, “babaçuais livres”, “castanhais do povo”, faxinais e fundos de pastos: terras tradicionalmente ocupadas**. Manaus: PPGSCA-UFAM, 2006.

ALMEIDA, C. A. de. **O Mosaico do Baixo Rio Negro: conservação da biodiversidade e sustentabilidade na Amazônia**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília (UNB), p.150. 2014.

BACHELARD, G. **A formação do espírito científico: contribuição para uma psicanálise do conhecimento**. Rio de Janeiro: Ed. Contraponto. 1996.

BAUMEL, A.; BASSO, L. C. **Agricultura familiar e a sustentabilidade da pequena propriedade rural**. In: Gisele Camargo; Maurício Camargo Filho; Jorge Luiz Fávaro (Orgs.) *Experiências em desenvolvimento sustentável e agricultura familiar*. Guarapuava – Paraná: Ed. Unicentro, 2004.

BAUMOL, W. J. & OATES, W. E. **The Theory of Environmental Policy**. Cambridge University Press, 299p. 1988.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2009.

BARRERA, C. B.; REARDON T.; WEBB, P. **Nonfarm income diversification and household livelihood strategies in rural Africa: concepts, dynamics, and policy implications**. Elsevier. Pergamon. Food Policy, Vol. 26, p. 315–331. 2001

BECK, U.; BLOK, A.; TYFIELD, D.; ZHANG, J.Y. **Cosmopolitan communities of climate risk: conceptual and empirical suggestions for a new research agenda**. Global Networks 13, 2013.

BOURDIEU, P. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2005.

BOURDIEU, P. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

BOURDIEU, P. **Compreender**. In: *A Miséria do Mundo*. 7ª ed. Petropolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2008.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

CHATEAUBRIAND, A. D. *et al.* **REDES DO TUPÉ: especialização e informações das comunidades**. Manaus: EDUA, 2009

CHEVALIER, S. **Uma sociedade em mudança: antropologia de uma “transição” na Bulgária**. Horizontes antropológicos. Vol. 07, No. 15. Porto Alegre. 2001.

CHIAVENATO, I. **Introdução à Teoria Geral da Administração**. 9ª Edição. Editora Manole. Barueri – SP, p.65-72, 2014.

CRUZ, J. G. **Organização político-cultural e interculturalidade na gestão dos territórios indígenas para o bem viver no rio Negro-AM**. Tese (Doutorado em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia) - Universidade Federal do Amazonas. 2014.

CUNHA, M. C. **Índios no Brasil: história, direitos e cidadania**. 1a ed. São Paulo: Claro Enigma, 2012.

ELIAS, N. **Escritos & ensaios**. Org. e apresentação, Federico Neiburg e Leopoldo Waizbord; Rio de Janeiro. Jorge Zahar Ed. 2006.

FAIGUENBAUM, S., BERDEGUE, J. A. & REARDON, T. **The Rise of Supermarkets in Chile: Effects on Producers in the Horticulture, Dairy, and Beef Chains**. Development Policy Review. Vol 20. p.459–471. 2002.

FATHEUER, T. **Amazônia: Região paradigmática situada entre destruição, valorização e resistência**. In: Dawid Danilo Bartelt (Org.). Um campeão visto de perto. Uma análise do modelo de desenvolvimento brasileiro. Rio de Janeiro: HeinrichBöll-Stiftung, 2012.

FREITAS, M. C. da S. **Os Amazônidas contam sua história: territórios, povos e populações**. In: Amazônia: território, povos tradicionais e ambiente / Elenise Scherer, José Ademir de Oliveira (Orgs.). – Manaus. Edua - UFAM. p.15-17, 2009.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GÜNTHER, H.; ELALI, G. A.; PINHEIRO, J. Q. **A abordagem multimétodos em Estudos Pessoa-Ambiente: Características, definições e implicações**. Série: Textos de Psicologia Ambiental, nº23. Brasília, DF: UnB, Laboratório de Psicologia Ambiental. 2004

HAGGBLADE, S.; REARDON, T.; HYMAN, E.. **Technology as a motor of change in the rural nonfarm economy**. In S. Haggblade, P. Hazell, & T. Reardon (Eds.), Transforming the rural nonfarm economy: Opportunities and threats in the developing world (pp. 322–351). Baltimore: Johns Hopkins University Pres. 2007.

HAGGBLADE, S.; HAZELL, P.; REARDON, T. **The Rural Non-farm Economy: Prospects for Growth and Poverty Reduction**. Elsevier: Word Development. Vol. 38, No. 10, p. 1429-1441. Oct, 2010.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização: do fim dos territórios à multiterritorialidade**. Rio de janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HANSSON, H., FERGUSON, R., OLOFSSON, C., 2010. **Understanding the diversification and specialization of farm businesses**. Agriculture Food Science. Vol. 19, p.269–283. 2010

HILL, J. **Ethogenesis in the Americas 1492-1992**. Iowa City: University of Iowa Press. 1996.

INSTITUTO BRASILEIRO DE MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA. **Roteiros metodológicos: Plano de Gestão de uso múltiplo das reservas extrativistas federais**. Ecio Rodrigues, Alberto Costa de Paula, Carla Medeiros y Araujo (Orgs.). Brasília: Ibama, 2004.

INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS – IHU. **Sumak Kawsa, Suma Qamaña, Teko Porã. O Bem-Viver.** Revista IHU On-Line. ISSN 1981-8469. São Leopoldo, 2010.

JACOBS, W. *et al.* **Transporte, fluxo de mercadoria e desenvolvimento econômico urbano na Amazônia: o caso de Belém e Manaus.** Cad. Metrop., São Paulo, Vol. 15, No. 30, p. 389-410. 2013.

LATOUR, B. **Reagregando o Social: uma introdução à Teoria do Ator-Rede.** Trad. Gilson César Cardoso de Sousa. Salvador/Bauru: Edufba/Edusc, 2012.

LEFF, E. **Ecologia, capital e cultura: a territorialização da racionalidade ambiental.** Petrópolis, RJ. Vozes, 2009.

MADURO, E. S. **Territórios de Vida e Resistência: um estudo com a comunidade N. S. do Livramento na Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Tupé - Manaus/AM.** Tese (Doutorado em Geografia Física) – Universidade de São Paulo e Faculdade do Estado do Amazonas (DINTER). 2013.

MANKIW, N. G. **Introdução à Economia.** São Paulo: Pioneira Thomson Learning, p.11, 2009.

MARCHAND, G. A. **Avaliação da gestão da fauna silvestre na comunidade de São João do Tupé (Manaus, Amazonas) pelo meio de um sistema de indicadores.** Confins, Vol. 20. 2014.

MARIOSIA, P. H. *et al.* **Rds Do Tupé: mecanismos da economia ambiental, solidária e da educação ambiental como alternativa ao uso da terra.** Revista Areté. Manaus, Vol. 10, p. 50-62, 2017a.

MARIOSIA, P. H. *et al.* **A Inclusão dos Povos Indígenas nas Diretrizes do Plano de Gestão da RDS do Tupé, Amazonas.** Revista Terceira Margem Amazônia, Vol.02, No. 09, p.36-52, 2017b.

MATTEI, L. **Pluriatividade no Contexto da Ruralidade Contemporânea: Evolução Histórica dos Debates sobre o Tema.** Revista Econômica do Nordeste. Vol.39, No.03, Fortaleza. 2008.

MENEZES, E. S. de. **Os "piaçabeiros" no médio rio Negro: identidades coletivas e conflitos territoriais.** Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Antropologia Social / Orientador: Prof. Dr. Alfredo Wagner Berno de Almeida. Manaus: UFAM, 2012.

MMA. Ministério do Meio Ambiente. **Lei Nº 9985/2000** - "Regulamenta o art. 225, § 1o, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências" - Data da legislação: 18/07/2000 – Publicação DOU, de 19/07/2000. <http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=322>. Acesso em 06/10/2016

MORAIS, L. P. & BORGES, A. **Novos paradigmas de produção e consumo: experiências inovadoras** (Orgs). São Paulo : Instituto Pólis, 2010.

MORAN. E. F. **Adaptabilidade Humana: Uma Introdução à Antropologia Ecológica.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994.

NASCIMENTO, E. P. do; LÉNA, P. **Sustentabilidade: O campo de disputa de nosso futuro civilizacional.** In *Enfrentando Os Limites Do Crescimento : Sustentabilidade, Prosperidade E Decrescimento.* Philippe Lena E Elimar Nascimento (Orgs) Rio De Janeiro : Garamond, 2012

OLIVEIRA, E. F. de. **Regularização Fundiária em Reservas de Desenvolvimento Sustentável do Estado do Amazonas.** Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Direito Ambiental. / Orientador: Prof. Dr. Serguei Aily Franco de Camargo. UEA. 2009.

PEDROSA, J. **Moradores das comunidades aprovam texto final do Plano de Gestão da RDS do Tupé.** Portal da Prefeitura de Manaus. Disponível em: <www.manaus.am.gov.br/noticia/moradores-das-comunidades-aprovam-texto-final-do-plano-de-gestao-da-rds-do-tupe/>. Acesso em: 28 de setembro de 2017.

PNAP - Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas, **DECRETO Nº 5.758, DE 13 DE ABRIL DE 2006.**

PORTO, N. P. **Análise socioeconômica do turismo de base comunitária no mosaico de áreas protegidas do baixo Rio Negro- AM.** Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Gestão de Áreas Protegidas (MPGAP) na Amazônia do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA), p.149. 2014.

REARDON, T., STAMOULIS, K. & PINGALI P. **Rural nonfarm employment in developing countries in an era of globalization.** *Agricultural Economics*, Vol 37, p.173-183. 2007.

RIVAS, A. A. F. **Economia e valoração de serviços ambientais utilizando técnicas de preferências declaradas.** Manaus: EDUA, 2014.

SACHS, I. **Estratégias de transição para o século XXI.** In: BURSZTYN, M. *Para Pensar o Desenvolvimento Sustentável.* São Paulo: Brasiliense, 1993. p. 29-56.

SACHS, I. **Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável.** 3ª edição. Rio de Janeiro: Ed. Garamond, 2008.

SANTOS, G. S. dos. **Territórios pluriétnicos em construção: a proximidade, a poiesis e a praxis dos indígenas em Manaus.** Tese (Doutorado em Sociedade e Cultura na Amazônia) - Universidade Federal do Amazonas. 2016

SANTOS, R. **História Econômica da Amazônia (1800-1920).** São Paulo. T. A. Queiroz, p.12-24, 1980.

SCHNEIDER, S. **A pluriatividade no meio rural brasileiro: características e perspectivas para investigação.** In Hubert Carton Grammont e Luciano Martinez Valle (Orgs.) *La pluriactividad en el campo latinoamericano.* 1ª ed. Quito/Equador: Ed. Flacso - Serie FORO. Vol. 1, p. 132-161. 2009.

SCUDELLER, V. V.; SANTOS-SILVA, E. N. dos; APRILE, F. M.; MELO, S., (Orgs.). **BioTupé: meio físico, diversidade biológica e sociocultural do Baixo Rio Negro, Amazônia Central.** Vol. 1. Manaus: Editora INPA. 2005.

SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE - SEMMAS. **Plano de Gestão da Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Tupé, Amazonas – Volume I.** 2016. Disponível em: <http://semmas.manaus.am.gov.br/wp->

<content/uploads/2017/03/Plano-de-Gest%C3%A3o-da-RDS-do-Tup%C3%A9.pdf>. Acesso em 22 de dezembro de 2017.

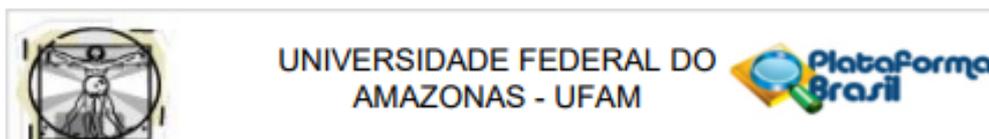
WRIGHT, R. M. **História indígena e do indigenismo no Alto rio Negro**. Campinas: Mercado de Letras; São Paulo: Instituto Socioambiental – ISA, 2005.

WRIGHT, R. M. **História Indígena do Noroeste da Amazônia: hipóteses, questões e perspectivas** In: CUNHA, Manuela Carneiro da. (Org.) História dos Índios no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras. FAPESP. SMC. 1992.

WWF-Brasil. **Gestão de Unidades de Conservação: compartilhando uma experiência de capacitação**. Realização: WWF-Brasil/IPÊ - Instituto de Pesquisas Ecológicas. Org. Maria Olatz Cases. WWF-Brasil, Brasília, 2012.

6. ANEXO I

Parecer Consubstanciado do CEP



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Empreendimentos Ribeirinhos da Comunidade Nossa Senhora do Livramento: Economia e Conservação Socioambiental na RDS do Tupé - Amazonas

Pesquisador: Pedro Henrique Marlosa

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 66467317.6.0000.5020

Instituição Proponente: Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 2.077.742

Apresentação do Projeto:

Protocolo de dissertação de mestrado em segunda submissão.

Objetivo da Pesquisa:

Mantido.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Mantido.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Mantido.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

TCLs: adequados atendendo ao parecer.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

O protocolo em segunda submissão atende a Resolução 466/12.

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Endereço: Rua Teresina, 4950
Bairro: Adrianópolis CEP: 69.057-070
UF: AM Município: MANAUS
Telefone: (92)3305-5130 Fax: (92)3305-5130 E-mail: cep@ufam.edu.br



Continuação do Parecer: 2.077.742

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_881518.pdf	15/05/2017 12:13:24		Acelto
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Plano_de_Dissertacao_Pedro_Mariosa.docx	15/05/2017 12:05:58	Pedro Henrique Mariosa	Acelto
Cronograma	Cronograma.pdf	13/05/2017 23:25:14	Pedro Henrique Mariosa	Acelto
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_Responsavel.pdf	13/05/2017 22:41:56	Pedro Henrique Mariosa	Acelto
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_Gestor_Semmas.pdf	13/05/2017 22:40:59	Pedro Henrique Mariosa	Acelto
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_Empreendedor.pdf	13/05/2017 22:40:00	Pedro Henrique Mariosa	Acelto
Folha de Rosto	folha_de_rosto.pdf	20/03/2017 15:54:40	Pedro Henrique Mariosa	Acelto
Orçamento	Orcamento.pdf	20/03/2017 12:25:32	Pedro Henrique Mariosa	Acelto

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

MANAUS, 23 de Maio de 2017

Assinado por:
Eliana Maria Pereira da Fonseca
(Coordenador)

Endereço: Rua Teresina, 4950
Bairro: Adrianópolis CEP: 69.057-070
UF: AM Município: MANAUS
Telefone: (92)3305-5130 Fax: (92)3305-5130 E-mail: cep@ufam.edu.br

Autorização do Órgão Gestor



Rua Rubídio, nº 288, Vila da Prata.
 Manaus – AM, Cep: 69033 - 170
 Tel.: 3236-7907/(Fax) 3236-7420
 www.manaus.am.gov.br

PROGRAMA DE CONHECIMENTO

TERMO DE COMPROMISSO E AUTORIZAÇÃO PARA A REALIZAÇÃO DE PESQUISA Nº01/2017 – SEMMAS

1. DADOS DO REQUERENTE

Discente responsável: PEDRO HENRIQUE MARIOSA		Cidade: Manaus
CPF: 348.217.938-73	RG: 32059594-8	
DDD/Telefone: 99320-0833		E-mail: pedromariosa@ufam.edu.br
Orientador responsável: Profª Dra. Maria de Albuquerque Ribeiro Simão		Instituição: Universidade Federal do Amazonas
Curso: Programa de Pós Graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia (PPGCASA)	Contato: (92) 99602-1937	E-mails: mariaolivar@uol.com.br
Endereço: R. Delmiro Leão, nº 54 – Cidade Nova 1 – Conj. Renato Souza Pinto 1		

2. DADOS DA SECRETARIA

Nome: Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Sustentabilidade - SEMMAS	Fone: (92) 3236-6070
Setor Responsável: Departamento de Áreas Protegidas - DEAPR	Fone: (92) 3236-7420

3. DESCRIÇÃO DA PESQUISA

TÍTULO: Empreendimentos Ribeirinhos da Comunidade Nossa Senhora do Livramento: Economia e Conservação Socioambiental na RDS do Tupé, Amazonas.

IDENTIFICAÇÃO DO OBJETO: A pesquisa será realizada no Reserva de Desenvolvimento Sustentável- RDS Tupé, com o objetivo de compreender o potencial dos empreendimentos da Comunidade do Livramento para operar de forma solidaria e sustentável; contribuindo para a promoção da conservação socioambiental da RDS do Tupé.

4. CRONOGRAMA DE ATIVIDADES PARA O PERÍODO DE VIGÊNCIA DO TERMO

		Anos 2017/2018														
		Meses														
Id	Atividades/Periodos	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D	J	F	M
01	Reunião com orientador															
02	Revisão bibliográfica do Projeto de Pesquisa															
03	Exame de qualificação															
04	Submissão ao Comitê de Ética															

05	Produção do artigo científico																					
06	Atividades em campo (Estudo Exploratório)																					
07	Atividades em Campo(Entrevistas e Coletas)																					
08	Análise e tabulação de dados																					
09	Redação da dissertação																					
10	Defesa da dissertação																					

5. CONDICIONANTES

- O docente responsável deverá ter ciência e dar cumprimento no Protocolo e na Resolução nº 002/2002 – COMDEMA (Regimento de Uso das Unidades de Conservação Municipais);
- O responsável pela pesquisa deverá arcar com os materiais e demais recursos que se fizerem necessários à execução da pesquisa;
- **Em caso de coleta, informar a quantidade e natureza do material, a metodologia de coleta e/ou captura, bem como à instituição onde o material coletado será depositado (para pesquisadores devidamente licenciados pelo Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade - SISBIO);**
- Ao final da visita/pesquisa o responsável deve apresentar a SEMMAS relatório descritivo contendo registros fotográficos e textuais das atividades realizadas, bem como resultados alcançados para apreciação do Conselho da Unidade;
- Os resultados da pesquisa estarão à disposição desta SEMMAS;
- Esta autorização não dispensa a apresentação de outros documentos solicitados a posteriori.

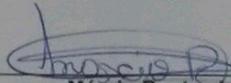
6. CONSIDERAÇÕES

Espera-se com essa pesquisa (estudo) compreender o potencial dos empreendimentos da Comunidade Nossa Senhora do Livramento para operar de forma solidaria e sustentável, contribuindo para promoção da conservação socioambiental da RDS do Tupé. Além de que a pesquisa trará elementos importantes que permearão temas de muita relevância como uso público, Economia Solidária, Geração de Renda entre outros. A base desse estudo servirá para subsidiar informações para várias tomadas de decisão e auxiliarão a elaboração de políticas públicas que possam beneficiar as pessoas que moram em UCs e na zona rural dos municípios da região

7. AUTORIZAÇÃO

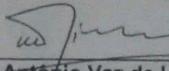
Fica autorizada a realização de Pesquisa referente à **Empreendimentos Ribeirinhos da Comunidade Nossa Senhora do Livramento: Economia e Conservação Socioambiental na RDS do Tupé, Amazonas**, conforme solicitação do discente responsável.

Este documento tem validade para o período de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura deste **Termo**, prorrogável por igual período.



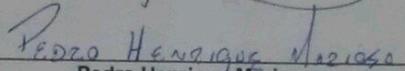
Márcio Bentes Lima

Diretor do Departamento de Áreas Protegidas



Marco Antônio Vaz de Lima

Gestor da Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Tupé



Pedro Henrique Mariosa

Responsável pela Pesquisa

Manaus, 16 de Março de 2017.